

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPH

ANA PAULA APARECIDA CUNHA

**HISTÓRIA DE MANDAGUARI: A CONSTRUÇÃO DE UMA NARRATIVA ACERCA
DE SEU DESENVOLVIMENTO**

Maringá
2016

ANA PAULA APARECIDA CUNHA

**HISTÓRIA DE MANDAGUARI: A CONSTRUÇÃO DE UMA NARRATIVA ACERCA
DE SEU DESENVOLVIMENTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação História da Universidade Estadual de Maringá para obtenção do título de Mestre em História. Linha de Pesquisa: Política e Movimento Social.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias

Maringá
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

C972h Cunha, Ana Paula Aparecida
História de Mandaguari: a construção de uma narrativa acerca de seu desenvolvimento / Ana Paula Aparecida Cunha. - - Maringá, 2017.
110 f. : il., figs.

Orientador: Prof. Reginaldo Benedito Dias.
Dissertação (mestrado)- Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2017.

1. História - Paraná. 2. Paraná, Norte - História - Colonização. 3. Colonização - Norte do Paraná. 4. Companhia de Terras Norte do Paraná. I. Dias, Reginaldo Benedito, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD 21. ed. 981.62

MGC-001873

ANA PAULA APARECIDA CUNHA

**HISTÓRIA DE MANDAGUARI: A CONSTRUÇÃO DE UMA NARRATIVA ACERCA
DE SEU DESENVOLVIMENTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação História da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

Aprovada em: _____

Local de defesa: _____

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias – Universidade Estadual de Maringá
Orientador e Presidente

1° Examinador

2° Examinador

Dedico este trabalho primeiramente a minha mãe, Leonice, e minha irmã, Carla, que sempre foram minha base para tudo, na esperança de retribuir uma pequena parcela do que já fizeram por mim, renunciando a elas próprias em muitas vezes.

A meu parceiro nesta vida, Elvis, que acreditou em mim em momentos em que eu própria duvidei.

E a cidade de Mandaguari, onde vivi por 25 anos e será eterna em minhas lembranças.

AGRADECIMENTOS

A trajetória de um estudo como este é longa, e nela muitas pessoas participam e ajudam de forma direta ou indireta. Peço desculpas por não poder citar todas neste momento.

Agradeço ao meu orientador Reginaldo Dias pela dedicação e paciência atribuídas a mim. Por ter acreditado que eu seria capaz de cumprir com suas expectativas neste projeto juntos.

Ao apoio dos grandes amigos que fiz na graduação: Cristiano, Edna, Pamela e Carlos.

À secretaria do PPH por toda atenção e disponibilidade.

Ao jornalista André De Canini pelas preciosas contribuições.

Ao jornal Gazeta Regional de Mandaguari pela acessibilidade.

Novamente a minha família e namorado pelo amor que me motiva.

Tinham as mãos amarradas, ou algemadas, e ainda assim os dedos dançavam, voavam, desenhavam palavras. Os presos estavam encapuzados; mas inclinando-se conseguiam ver alguma coisa, alguma coisinha, por baixo. E embora fosse proibido falar, eles conversavam com as mãos. Pinio Ungerfeld me ensinou o alfabeto dos dedos, que aprendeu na prisão sem professor:

– Alguns tinham caligrafia ruim – me disse -. Outros tinham letra de artista. A ditadura uruguaia queria que cada um fosse apenas um, que cada um fosse ninguém: nas cadeias e quartéis, e no país inteiro, a comunicação era delíto.

Alguns presos passaram mais de dez anos enterrados em calabouços solitários do tamanho de um ataúde, sem escutar outras vozes além do ruído das grades ou dos passos das botas pelos corredores.

Fernández Huidobro e Mauricio Rosencof, condenados a essa solidão, salvaram-se porque conseguiram conversar, com batidinhas na parede. Assim contavam sonhos e lembranças, amores e desamores; discutiam, se abraçavam, brigavam; compartilhavam certezas e belezas e também dúvidas e culpas e perguntas que não têm resposta.

Quando é verdadeira, quando nasce da necessidade de dizer, a voz humana não encontra quem a detenha. Se lhe negam a boca, ela fala pelas mãos, ou pelos olhos, ou pelos poros, ou por onde for. Porque todos, todos, temos algo a dizer aos outros, alguma coisa, alguma palavra que merece ser celebrada ou perdoada.

(Eduardo Galeano)

RESUMO

Mandaguari se situa dentro da região do Paraná denominada *Norte Novo*, onde se destacam as cidades de Londrina e Maringá. A história da cidade está inserida em um processo mais amplo, iniciado na década de 1920, por meio da *Brazil Plantations Syndicate Ltda* (1924), criada a partir da *Sudan Plantation*, que no ano posterior se tornaria *Parana Plantations Syndicate*, e sua subsidiária brasileira *Companhia de Terras Norte do Paraná*. O núcleo pertenceu à circunscrição de Londrina e depois à circunscrição de Apucarana. No ano de 1947, Mandaguari é emancipada de Apucarana. Quando o município é fundado, este possui uma grande circunscrição, com uma área de aproximadamente 14.000km², abrigando os Distritos de Marialva, Maringá, Guaíra (Mandaguaçu), Capelinha (Nova Esperança) e Paranavaí, sendo naquele momento o segundo maior município do Paraná. Anos depois, passa a conter uma área de apenas pouco mais de 300 km². Nosso trabalho tratará dos litígios que ocorreram entre a CTNP/CMNP e a Prefeitura de Mandaguari, ou seja, entre a empresa privada e a administração pública. Utilizaremos, para tal, a análise das narrativas que constituíram a história da cidade, buscando afirmar o fato de que estas narrativas são responsáveis por perpetuar uma memória coletiva de que a cidade não se desenvolveu por conta dos litígios citados acima.

Palavras-chave: Mandaguari; Companhia de Terras Norte do Paraná, Norte do Paraná.

ABSTRACT

Mandaguari is located in an area called New North, where cities such as Londrina and Maringá. The history of the city is inserted in a wider process that was initiated in the early nineties by Brazil Plantations Syndicate Ltda (1924), a company created by Sudan Plantation, which in the following year it would be called as Parana Plantations Syndicate, and its Brazilian affiliate North Lands of Paraná. This core of enterprises belonged to the circumscription of Londrina and after that to the circumscription of Apucarana. In 1947 Mandaguari was emancipated. For a city to be founded it must have a great area of circumscription and, in this case, Mandaguari had approximately 14.000km² of area, housing the districts of Marialva, Maringá, Guaíra (Mandaguaçu), Capelinha (Nova Esperança) and Paranavaí. Thus, at that moment, it was the second biggest city of Paraná, but years later it featured an area of a bit more than 300 km². This article deals, therefore, with the disputes that occurred between CTNP/CMNP and the City Hall of Mandaguari. In other words, it discusses the disputes between a private company and the public administration. To this end, narratives that built the history of the city will be analyzed to seek confirmation the fact that these narratives are responsible for perpetuating a collective memory of a city that did not developed because of these disputes.

Key-words: Mandaguari; North Lands of Paraná; North of the Paraná.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Norte do Paraná - baseado na marcha cafeeira	1
Figura 2 – Terras da Companhia de Terras Norte do Paraná	23
Figura 3: Gleba dos Ribeirões Três Bocas. Jacutinga, Vermelho e Bandeirantes do Norte (1934). Destaque a cidade de Londrina, Cambé e Rolândia. Conexão Ferroviária e parcelamento rural.	29
Figura 4: Acampamento de topógrafos da CTNP, em 1929.....	33
Figura 5: Primeira construção em Londrina, em 1929: hotel da CTNP	33
Figura 6: Família de pioneiros vivendo em seu lote, 1932.	34
Figura 7: “assim começavam os patrimônios abertos pela CTNP”	34
Figura 8 - Visão gráfica em perspectiva panorâmica do sistema de repartição de terras executado pela CMNP	52
Figura 9: Planos urbanísticos projetados pela CTNP em entre as décadas de 1930 e 1950.	53
Figura 10: Primeira fotografia de Londrina, tomada em 1929	54
Figura 11: Posse do prefeito eleito Willie Davids e dos vereadores em 20 de janeiro de 1936	56
Figura 12: Caminhão carregado de perobas-rosa, na Praça Rui Barbosa, em 1943.	57
Figura 13- Comunidades fundadas pela CTNP/CMNP	60
Figura 14 : Planta Urbana de Lovat.....	61
Figura 15 : Planta de Mandaguari	63
Figura 16 : O município de Mandaguari (1944).	65
Figura 17 - Esquema do planejamento das estradas de rodagem organizado pela Companhia, o qual sistematiza a implantação da rede de cidades.....	72
Figura 18 – Projeto original de Lovat, de 1938, acima. Projeto de Mandaguari, de 1946, abaixo.....	74
Figura 19 - Croqui do traçado urbano de Mandaguari atual. Sem escala.	75
Figura 20- Imagem da Evolução Urbana de Mandaguari. Sem escala	76
Figura 21 : Estabelecimentos educacionais propostos por Jorge de Macedo Vieira.....	77
Figura 22: Escritório da CTNP em Maringá.....	79
Figura 23: Avenida Amazonas na Década de 1950	103
Figura 24: Visita do então governador Moysés Lupion nos anos 1950	104

Figura 25: Piloto José Conciani no aeroporto da cidade nos anos 1950.....104

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 COLONIZAÇÃO.....	19
2.1 IMAGENS REGIONAIS.....	32
2.2 O TEMA INDÍGENA.....	39
2.3 O ELDORADO	47
3 CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA: MANDAGUARI	52
3.1 MANDAGUARI E O NORTE NOVO.....	52
3.2 LONDRINA.....	54
3.3 APUCARANA	57
3.4 MANDAGUARI	59
3.5 DISTRITOS – MARINGÁ.....	78
4 MEMÓRIA COLETIVA	83
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS.....	109

1 INTRODUÇÃO

Mandaguari se situa dentro da região denominada por *Norte Novo*, no Paraná, onde se destacam as cidades de Londrina e Maringá. Segundo a Companhia de Terras Norte do Paraná, a cidade de Maringá representaria o expoente dos trabalhos da mesma. A chegada de moradores vindos de diversas regiões fez com que novos municípios fossem criados no Norte do Estado. Desta forma, o Município de Mandaguari é criado no dia 10 de outubro de 1947, através da Lei nº2. Publicada no Diário Oficial nº. 205 de 1 de Novembro de 1947, a lei dispunha sobre a divisão administrativa do Estado, na qual seu Art. 2º eleva à categoria de Municípios alguns distritos.

No entanto, o início do processo de colonização se dá anteriormente, com a criação de um vilarejo: Vitória, posteriormente Lovat. O povoado foi inicialmente batizado de Vitória por conta de uma serraria montada em 1937 pelos irmãos Manoel e Antonio dos Santos, que serviu de ponto central para a construção de um pequeno número de casas ao seu redor. Mas o Patrimônio é rebatizado pela Companhia Colonizadora, já em 1938, passando a se chamar Patrimônio Lovat - em clara homenagem à Lord Lovat -, permanecendo com este nome até 1942. Segundo Nair Bianchini e Elizabeth Fontes, em 1937 a Companhia de Terras resolve fazer uma planta urbana do povoado Vitória. Esta fica pronta em 1938, aparecendo com o nome de Lovat.

A história da cidade de Mandaguari está inserida em um processo mais amplo, iniciado na década de 1920 por meio da *Brazil Plantations Syndicate Ltda* (1924), criada a partir da *Sudan Plantation*, que no ano posterior se tornaria *Parana Plantations Syndicate*, e sua subsidiária brasileira *Companhia de Terras Norte do Paraná*.

O núcleo pertenceu à circunscrição de Londrina e depois à circunscrição de Apucarana. A cidade de Londrina é elevada a município em 1934, sendo fundados, nessa década, outros núcleos urbanos como Cambé, em 1930; Rolândia, em 1932; Araongas, em 1935; Mandaguari, em 1937 e Apucarana, em 1938. Estas comunidades, porém, até 1943 estiveram subordinadas, de várias maneiras, à cidade de Londrina.

No ano de 1947, Mandaguari é emancipado de Apucarana. Quando o município é fundado, este possui uma grande circunscrição, com uma área de aproximadamente 14.000km², abrigando os Distritos de Marialva, Maringá, Guaíra (Mandaguaçu), Capelinha (Nova Esperança) e Paranaíba, sendo naquele momento o segundo maior Município do Paraná. Mas era previsto que um município de tamanha circunscrição não permaneceria da mesma forma por muito tempo.

A Companhia de Terras instalou o seu mais avançado posto em Lovat, segunda denominação do local. Também instalou neste local o Escritório de Vendas, o Departamento de Topografia e o Almoxarifado. Este Departamento de Topografia executaria vários projetos, e dentre eles o da cidade de Maringá.

Mandaguari abrigava o escritório da Companhia de Terras, sendo sua sede administrativa naquele momento. No entendimento local, este escritório era o responsável por gerar o progresso da região. Bibliografias que tratam da cidade mencionam que já em 1946, por conta de um progresso vertiginoso, modifica-se a planificação urbana de Mandaguari. Tais modificações não obedeceram o ritmo necessário para um processo dessa natureza para que se evitasse qualquer morosidade danosa ao crescimento do município.

Entretanto, a partir da Lei 790/51, os distritos mandaguarienses (Marialva, Maringá, Paranaíba) foram emancipados e foram constituídos em outros municípios (Marialva, Maringá, Nova Esperança e Paranaíba), sendo que um dos quais, Maringá, assumiu a condição de polo regional muito cedo. Esta Lei teria causado uma crise institucional na Segunda Legislatura (1952-1955), pois, elevando os distritos à condição de Municípios, se desestimulariam e destituiriam de sentido os mandatos. Existe menção nas atas da Câmara Municipal de Mandaguari sobre impetração de mandado contra a instalação de novos municípios, pois Mandaguari ficaria com seu território reduzido a expressão de “fazenda”, e também sobre a solicitação ao Governo do Estado para nomeação de intendentes nos novos municípios criados.

Segundo Fabíola Cordovil, em sua Tese de Doutorado intitulada “A Aventura Planejada: engenharia e urbanismo na construção de Maringá, 1947 a 1982” (2010), o plano inicial da cidade de Maringá trata de 1947, tendo como engenheiro responsável Jorge de Macedo Vieira. A emancipação de Maringá ocorreu em 1951, e um dos grandes argumentos para tal foi seu plano urbanístico. A rapidez com que Maringá se formava, segundo Cordovil (2010), é tratada pela Enciclopédia dos

Municípios, organização do IBGE em 1959. A publicação, que leva em conta dados econômicos e populacionais, afirma que foi um crescimento espantoso.

No entanto, na bibliografia encontrada sobre a história da cidade de Mandaguari, a emancipação de Maringá e a transferência da base administrativa do primeiro município para o segundo teriam se constituído como decisivas no desenvolvimento da cidade. Essa transferência é vista pela literatura a qual recorreremos como um “grande golpe” para Mandaguari. Afirma-se que, a partir deste momento, há uma queda no movimento comercial mandaguariense, e muitas pessoas deixam a cidade acompanhando a Companhia. Ainda, há especulações que responsabilizam tão somente o progresso maringaense.

Uma personagem importante nesta narrativa é o Prefeito Décio Medeiros Pullin, pois, neste contexto, sua eleição representou o embate entre as forças da empresa privada contra o poder público. Pullin foi eleito tendo como adversário Valdemar Gomes da Cunha, popularmente “Valdemar Barbudo”, candidato da Companhia. Dentre os litígios que envolvem o nome do Prefeito, estão os que mencionam um problema tributário: a Companhia não queria pagar impostos pelas terras que ainda não haviam sido vendidas, e a narrativa da história da cidade responsabiliza Pullin pela saída do escritório da Companhia de Mandaguari e pelo conseqüente não desenvolvimento da cidade.

Nosso trabalho será dividido em duas partes: a primeira trata de uma revisão bibliográfica sobre a Colonização do Norte Paranaense. Dentre as fontes utilizadas para esta discussão inicialmente encontram-se os textos de autores como José Adalberto Firmino Silva, Nelson Dacio Tomazi, Reginaldo Benedito Dias, José Henrique Rollo Gonçalves, José Miguel Arias Neto, Lúcio Tadeu Motta e Francisco Silva Noelli. Estes autores mostrarão uma visão com diferentes pontos de vista, rememorando e discutindo as polêmicas acerca da colonização do Norte do Paraná.

Após uma discussão mais cronológica sobre colonização do norte paranaense, trabalhamos a imagem publicitária promovida pela companhia, a partir do texto de José Henrique Rollo Gonçalves (1999), “Quando a imagem publicitária vira evidência factual: versões e reversões do Norte (Novo) do Paraná - 1930/1970”; o tema *indígenas*, através dos autores Francisco Silva Noelli e Lúcio Tadeu Mota; e o *Eldorado* a partir de José Miguel Arias Neto e Shirlene Vieira de Almeida.

A segunda parte fará a reconstrução das narrativas da história de Mandaguari, baseando-se nos seguintes trabalhos: “Mandaguari, Sua História, Sua gente”, de

José Adalberto Firmino Silva, “Cinquentenário de Mandaguari: Mandaguari e sua História”, de Nair Bianchini e Elizabeth Fontes, “Certidões de Nascimento da História: o surgimento dos municípios no eixo Londrina - Maringá”, organização de Paulo César Boni, onde temos um capítulo dedicado a Mandaguari: *Vitória, Lovat, Mandaguari*; o texto de Gustavo Nunes Mourão, “A trajetória do desenvolvimento econômico de Mandaguari – PR: Uma interpretação a partir das teorias de North, Perroux e Myrdal”, e “Colonização e formação econômica do Município de Mandaguari”, de Sérgio Fajardo, além de reportagens de jornais locais, como Gazeta Regional de Mandaguari em seu Especial *Mandaguari 60 anos*. Também nos utilizaremos de entrevistas.

Por fim, trataremos do debate sobre o desenvolvimento de Mandaguari, nos baseando na forma como a narrativa apresentada em momentos anteriores o construiu, juntamente com nossos aportes teóricos que percorrem o imaginário local e a memória coletiva transmitida de tempos em tempos – onde está fixado, nesse caso, que a cidade não se desenvolveu satisfatoriamente devido a alguns desmembramentos específicos.

A cidade passa por um momento de prosperidade, uma “bela época” mandaguariense, e esta foi rompida. Raoul Girardet (1987), no capítulo intitulado “A Idade do Ouro”, em “Mitos e Mitologias Políticas”, nos fala sobre as imagens de um passado que foram tornadas lendas, e sobre uma determinada forma de leitura de história que seleciona “o mito no sentido mais completo do termo: ao mesmo tempo ficção, sistema de explicação e mensagem mobilizadora”.

Mandaguari se enquadra dentro do sentimento de uma “Idade do Ouro perdida”, deixando fixa em sua memória coletiva imagens idealizadas de um passado lendário ou projetando essas idealizações em uma utopia para o futuro, fatos que causam grande impacto na imaginação política local.

Há muitas variações, mas a noção geral é aquela que estimula uma nostalgia dos “bons e velhos tempos”, do passado, em contraste com os costumes corrompidos do presente. Este passado pode até ter sido vivenciado pelos enunciadores, mas a questão é que a memória não faz registros inteiramente homogêneos - ela se esquece, seleciona, amplifica o valor de detalhes sentimentais insignificantes, ou simplesmente apaga aquelas memórias mais inconvenientes.

O passado evocado nos discursos políticos não pertence mais à memória pessoal de alguém, mas sim é idealizado a partir de referências fragmentadas, ou seja, a memória não é um registro amplo e fiel da realidade.

Acredita-se que o papel de difusor do mito da “bela época” mandaguariense esteja intimamente ligado à memória coletiva do povo em questão. Como cita Maurice Halbwachs (2004), trata-se de algo que se acredita ser uma memória individual, mas que na verdade se constituiu como uma opinião baseada no depoimento dos outros, neste caso, na construção das narrativas que contam a história da cidade e são transmitidas para as futuras gerações de tempos em tempos.

Nasci na cidade de Jandaia do Sul, 1989, mas com menos de dois anos de idade passei a morar em Mandaguari. Vivo na cidade já há 25 anos, e cresci ouvindo o “ressentimento” mandaguariense como emanção de sua memória social, fato que me motivou a pesquisar sobre.

Maringá tornou-se um polo para Mandaguari. Diariamente o transporte metropolitano leva para Maringá um número muito grande de mandaguarienses em busca de trabalho, saúde, comércio e lazer. Como usuária deste transporte e moradora, já ouvi inúmeras queixas sentimentais de que Maringá pertencia a Mandaguari e que agora se encontra nesta situação. Uma visão de algo que foi perdido, ou até mesmo roubado de nós. Posso observar de perto uma noção de decadência carregada de emotividade, e pretendo, então, a partir dos métodos próprios da atividade de historiadora, investigar e interpretar criticamente a história do processo mencionado e ao mesmo tempo dar voz a esta cidade, uma primeira voz, não aquela que atualmente é a subjuga a outras.

Pretendemos elaborar a história de Mandaguari a partir das narrativas já existentes sobre a cidade. Mas já partimos de alguns princípios, dentre os quais o que coloca relatos e narrativas como sinônimos, e denominam as narrativas de “narrativas mitológicas”, não por não ser uma história verídica, mas por se constituir como uma representação onde a causalidade predomina. Segundo Todorov (1976), o relato é um texto referencial com temporalidade representada.

Quem narra ou relata está contando uma história, sendo, em nosso caso, a história de Mandaguari. É importante considerar o relato/narrativa como uma forma

de comportamento humano, representativo, a serviço de comunicação de mensagens entre seres humanos. Acreditamos que as narrativas que tratam sobre a história de Mandaguari contribuíram para que uma determinada representação desta história, a apresentada nestas narrativas, fosse fixada na memória coletiva da população. Não é nosso objetivo adentrar os campos da literatura ou da semiótica, apenas deixar clara a forma como estas narrativas estão sendo interpretadas: o relato/narrativa como representação e modalidade de discurso.

Nosso objetivo não é criticar ou deixar a entender que a bibliografia referida na construção da narrativa sobre a história da cidade não é verídica e mereça ser descartada. Esta bibliografia é de grande importância para a cidade, para sua população e para a história. Pretendemos, a partir desta bibliografia, compreender como a memória coletiva da cidade foi se constituindo, em que esta se baseou, para entender qual memória os livros de Mandaguari expressam, para assim ampliar os estudos sobre o município.

2 COLONIZAÇÃO

Estabelecendo uma discussão com relação à Colonização do Norte Paranaense, optou-se por manter um diálogo entre variadas fontes bibliográficas que tratam do tema, para, desta forma, obter uma visão mais ampla sobre o assunto. Dentre as fontes utilizadas para esta discussão inicial, encontram-se os textos de diversos autores, como José Adalberto Firmino Silva, Nelson Dacio Tomazi, Reginaldo Benedito Dias, José Henrique Rollo Gonçalves, José Miguel Arias Neto, Lúcio Tadeu Motta e Francisco Silva Noelli. Estes autores mostrarão uma visão com diferentes pontos de vista, rememorando e discutindo as polêmicas a cerca da colonização do Norte do Paraná.

Entende-se que antes de iniciar a discussão cabe citar a definição geográfica da região. A definição a seguir é da Companhia de Terras Norte do Paraná/Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. A mesma também aparece nos mapas que fazem referência a região no livro “Maringá e o Norte do Paraná: Estudos de História Regional” (1999), de Reginaldo Benedito Dias e José Henrique Rollo Gonçalves, e após, na Figura 1:

Essa região – definida pelos rios Itararé, Paranapanema, Paraná, Ivaí e Piquiri –, abrangendo uma superfície de aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados, foi dividido em três áreas, segundo a época e a origem da respectiva colonização: *O Norte Velho*, que se estende do rio Itararé até a margem direita do rio Tibagi; o *Norte Novo*, que vai até as barrancas do rio Ivaí e tem como limite, a oeste, a linha traçada entre as cidades de Terra Rica e Terra Boa; e o *Norte Novíssimo*, que se desdobra dessa linha até o curso do Rio Paraná, ultrapassa o rio Ivaí e abarca toda a margem direita do Piquiri (C.M.N.P., 1975, p. 35).

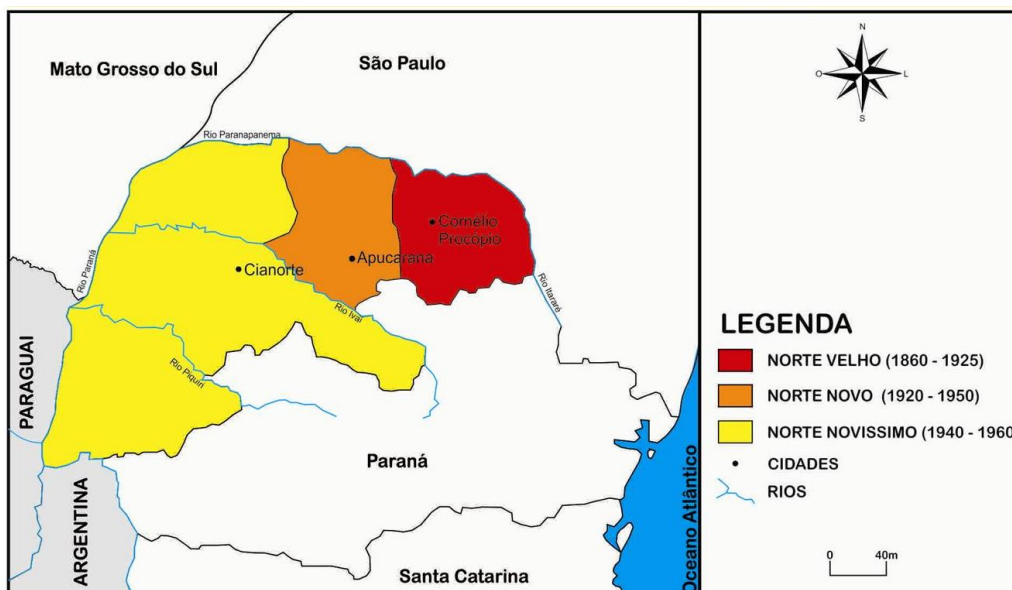


Figura 1: Norte do Paraná – baseado na marcha cafeeira.

Fonte: Cardoso (1986, p.11)

Adaptado por Faria (2014)

A denominação de Novo à região é alvo de críticas por parte de Nelson Dacio Tomazi (1999), para o qual esta estabelece que a Companhia foi a responsável por trazer o “novo” e depois o “novíssimo” e tudo antes dela representaria o “velho”. Também fica subentendido que a colonização teria sido algo linear, algo que ocorre em processos. Há ainda uma falta de consenso com relação a estas denominações. Mais adiante discutiremos mais sobre o termo “Norte do Paraná”.

Segundo José Adalberto Firmino Silva (1982), no início de sua discussão sobre colonização, dizem respeito desde a aliança Luso-Britânica de 1373, aliança muito útil para Portugal pois este recebeu ajuda da Inglaterra contra Napoleão. Esta longa e antiga ligação chega ao Brasil. São grandes os interesses ingleses nos mais variados recursos brasileiros – como, por exemplo, a utilização de portos - que em 1923, após problemas econômicos, o então presidente Arthur Bernardes convidou uma missão inglesa a vir para o Brasil com o objetivo de realizar estudos que viabilizassem uma reforma econômica. Esta missão inglesa percorreu terras, como as do Norte Paranaense, e relatou o desenvolvimento da agricultura, florestas, clima e potencialidades no geral. A publicação que comemora os 50 anos da CMNP, CMNP (1975), afirma que desde 1922 Arthur Bernardes pretendia que técnicos ingleses viessem para o Brasil para estudar a situação financeira e comercial, visando a quitação da dívida com a Inglaterra e também a reformulação do sistema tributário.

É o imperialismo britânico que é trazido à tona na dissertação de José Miguel Arias Neto (1998) , citando José Joffily (1905), destacando que a missão inglesa no Brasil teria se tratado de uma imposição inglesa na forma de seus credores. Ainda, segundo Nelson Dacio Tomazi (1997) , esta missão teria vindo por conta de um pedido de empréstimo do Presidente Arthur Bernardes a Casa Rothschild , que condiciona este pedido a vinda da missão.

Sabe-se que a concessão do empréstimo ficou condicionada a mudanças que favorecessem o governo inglês, como o freio do desenvolvimento da indústria brasileira de aço e controle da política ferroviária. Os britânicos foram a referência brasileira durante muito tempo quando se tratava de fornecimento de capital.

A missão inglesa foi denominada Missão Montagu, devido a seu chefe, Lord Montagu, que participou ativamente em outra missão inglesa, na Índia. Outro nome importante fez parte da missão, Lord Lovat, ou Mr. Simon Frazer, responsável pelo setor de agricultura da missão, e diretor da Sudan Cotton Plantation Syndicate, desenvolvendo, no Sudão, algodão para a produção dos tecidos ingleses. Juntamente com os Lords, vieram muitos técnicos, todos estes noticiados com ânimo no Rio de Janeiro e São Paulo quando de sua chegada, em 1924, segundo José Adalberto Firmino Silva, em seu livro Mandaguari, Sua História Sua Gente (1982).

Após dois meses de reunião, um relatório foi apresentado ao governo brasileiro como resultado da missão. Este documento destaca a agricultura como grande potencialidade, afirmando que as riquezas necessitavam de desenvolvimento, o qual necessitava de redes ferroviárias. Mas o relatório não recomendava que o Brasil operasse as vias ferroviárias, mas sim que fizesse contratos de concessões. Os britânicos seriam esses investidores, e dentre eles estava Lovat.

Renato Leão Rego, em sua obra “As cidades Plantadas – os britânicos e a construção da paisagem do norte do Paraná”, (2009) afirma que no Brasil o termo inglês que se refere à contribuição britânica nas transformações da região, e foi empregado de forma errônea por diversas vezes, levando um estereótipo que esconde a origem variada dos britânicos envolvidos neste empreendimento, como o próprio Lord Lovat, escocês de *kilt* e *tartan*, REGO (2009). Sendo assim, deixamos este esclarecimento com relação ao termo empregado em diversas obras utilizadas como referência neste trabalho.

A região visitada pela Missão era pouco conhecida pelo próprio Estado do Paraná, havendo poucas informações sobre a mesma nos mapas. Mas segundo Renato Leão Rego (2009), os britânicos possuíam familiaridades anteriores com o lugar, pois o Paraná havia sido cenário exótico e tropical de um romance inglês, autoria de Thomas Hardy (1891). O vale do rio Tibagi havia sido tema de uma conferência do engenheiro Thomas Plantagenet Bigg-Wither, onde este destacou topografia, hidrografia, geologia, etnologia, etc. Bigger-Wither é responsável por uma crônica destas terras, que pode ter despertado a curiosidade e interesse de Lovat.

Rego (2009), ao final da conferência de Bigger-Whiter, o mesmo questiona e ao mesmo tempo responde: o que é necessário para que essas grandes vantagens naturais possam ser utilizadas? Gente empreendedora. E ainda destaca que o lugar é apropriado para uma colônia inglesa. Não podemos negar a força do discurso.

A CTNP/CMNP menciona poeticamente Simon Joseph Fraser, o Lord Lovat, como um “Predestinado”,

É provável que esse momento de emoção vivido por Lovat, sua partida de Londres rumo às distantes paragens sul-americanas, se tenha fixado de tal maneira em seu inconsciente que, anos depois, abraçaria comovido o paulista João Sampaio quando este lhe sugeriu o nome do primeiro núcleo implantado na área de colonização aberta pelos ingleses no Norte do Paraná – Londrina – em homenagem à capital da Inglaterra (C.M.N.P., 1975, p. 40).

Silva (1982), trás um depoimento de Gastão de Mesquita Filho, engenheiro, sobre a Missão Montagu. Neste depoimento o engenheiro destacou as consequências da Missão para o Norte do Paraná, citando que a impressão que Lovat teve das terras e do clima de São Paulo e Paraná haviam sido excelentes, e que o mesmo fez menção a um interesse de um grupo por ele representado, em estabelecer negócios na região. Mesquita Filho deixou claro o objetivo de Lord Lovat em experimentar onde a cultura do algodão se desenvolveria melhor, e destacou também a futura empresa que o Lord e alguns sócios ingleses pretendiam organizar: Brazil Plantations Syndicate.

O engenheiro mencionou os negócios ingleses com a Companhia Ferroviária São Paulo - Paraná, e o convite que havia recebido para fazer parte da comitiva que acompanharia Lord Lovat em sua visita ao Norte do Paraná, devido a sua ligação com os diretores da empresa ferroviária. Por fazer parte desta comitiva, descreveu cenas que pôde presenciar nas viagens. Uma delas ocorre após um jantar, onde é

convidado pelo Major Barbosa Ferraz para expor o plano da estrada de ferro até Cambará e de seu prosseguimento. Mesquita conhecia o interesse de Lord Lovat, que era comprar terras para o plantio do algodão, mas este tinha o objetivo de chamar a atenção do Lord para as terras férteis que estavam ainda por serem colonizadas de forma eficiente e com recursos, levando assim lucros para agricultores, Estado do Paraná e Nação. Cremos que esta exposição do jovem engenheiro da ferrovia em construção nos dá a ideia do que foi o início daquilo que viria a ser mais tarde a Companhia de Terras Norte do Paraná, uma consequência da Missão Montagu (SILVA, 1982).

Quando Lord Lovat retornou a Inglaterra, levando seu relatório para o governo, este criou com os sócios da Sudan Plantations, a Brazil Plantations Syndicate Ltda, em 1924, que no ano seguinte se tornaria Parana Plantations Syndicate, tendo como subsidiária brasileira a Companhia de Terras Norte do Paraná, enviando Arthur Thomas para o Brasil. A assessoria jurídica da empresa foi entregue a Dr. João Domingues Sampaio e Dr. Antonio de Moraes Barros, conhecedores de assunto jurídicos e econômicos. Dr. João Domingues Sampaio já havia sido escolhido por Lovat antes de seu regresso para Europa, sendo estes dois advogados, importantes nomes para a Companhia de Terras Norte do Paraná.

Em resumo, a biografia de Lovat reúne episódios de influência política, poder financeiro, conhecimento prático, habilidade empreendedora, e entusiasmo imperialista. Isso mesmo, porque o biógrafo de Lovat se refere a ele como um "imperialista entusiasta". De fato, nas realizações de Lovat, perseveram duas atitudes marcantes na sociedade vitoriana: viajar e explorar. E, como viajante, explorador e empreendedor, Lovat alargou a fronteira do Império Britânico (REGO, 2009, p. 61).

Silva (1982) destaca em seu livro o pensamento, vindo da vontade de Arthur Thomas, em contato com Sampaio e Moraes de Barros, em ampliar a empresa, fundando algo maior em todos os aspectos, capital e possibilidades. Sendo assim, em 29 de setembro de 1925, o trabalho para o registro da nova empresa é concluído, e surge assim a Companhia de Terras Norte do Paraná. O próximo passo, segundo o autor, seria a aquisição de terras que pertenciam basicamente a outras companhias ou ao Estado. As ofertas para compra de terras surgem até mesmo de Dr. Caetano Munhoz da Rocha, que deseja ocupar o Norte do Estado, vendo uma boa oportunidade através do capital estrangeiro.

Hermann Moraes de Barros, em um depoimento citado no texto de Silva

(1982), destacou que seu pai, após examinar a legitimidade dos títulos oferecidos à Companhia, afirmou que a mesma deveria fixar seu campo de atuação em uma área situada entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí, e explicitou que esta região naquele momento era disputada por posseiros e possuidores de concessões outorgadas pelo governo do Estado do Paraná. Este teria sido então o primeiro problema a ser superado pela Companhia, e a solução se deu quando, com aprovação do Governo do Estado, a Companhia adquiriu títulos de concessões inseguros e posses de uma área de 415 mil alqueires, e em seguida propôs ao governo, que este lhe vendesse as mesmas terras por preço estabelecido em Lei. Assim, a Companhia rasgou os papéis inseguros e discutíveis, acabando com o que chamou de *retardo no desenvolvimento do Estado*, uma clara associação do progresso do Estado ao sucesso do processo colonizador empreendido pela empresa. As descrições dos depoimentos/discursos mencionados por Silva (1982) encontram-se no livro do Cinquentenário da CMNP.

Entre os anos de 1925 e 1927 a empresa adquiriu terras, chegando ao total de 515 mil alqueires paulistas, entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí. Em 1929, após a aquisição da Companhia Ferroviária São Paulo – Paraná, cuja estrada ligava apenas Ourinhos (SP) a Cambará (PR), viabilizou-se a continuidade da linha férrea no território paranaense. Observe a figura 2.

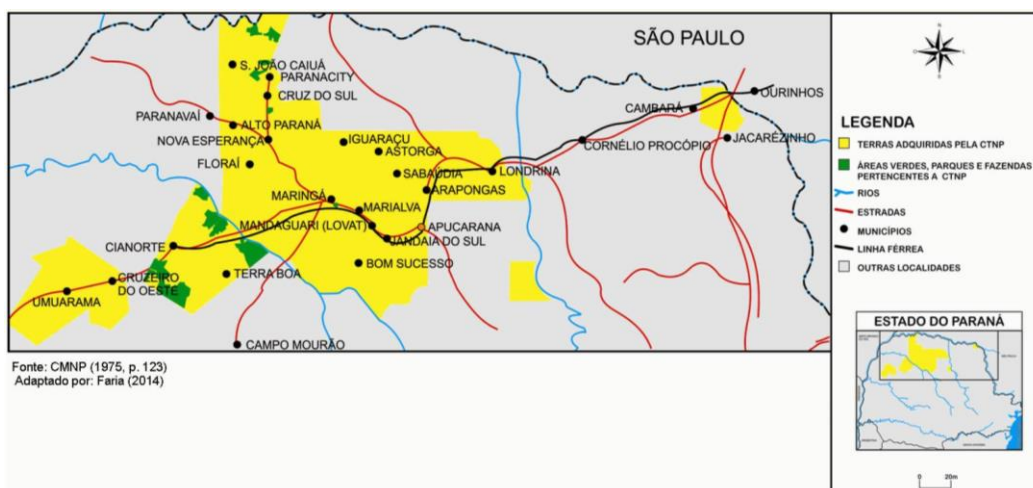


Figura 2: Terras da Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP
 Fonte: Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná - CMNP (1975, p.123)
 Adaptado por Faria (2014)

O Norte do Paraná não teve grandes aproximações ou familiaridades com a

vida britânica. Não houve grande mescla de culturas, como no caso de alemães e japoneses. Acredita-se que isto se deve ao fato de que a região não recebeu moradores britânicos, somente Arthur Thomas e uns poucos outros. Mas as marcas deixadas por estes e pela Companhia Ferroviária São Paulo – Paraná foram outras, segundo Rego (2009): marcas territoriais que fizeram sumir dos mapas os vazios: a linha férrea, as cidades espaçadas, malhas para divisão das porções de terras, desterramento de índios e assentamento de agricultores, migrantes e imigrantes.

Desse modo, a construção da paisagem do norte do Paraná, quanto à sua organização territorial, ao seu conjunto de cidades, ao cinturão verde estabelecido ao redor das formas urbanas e à sua conexão ferroviária, parece refletir uma ideia de planejamento urbano e regional que circulou pelo império britânico desde o começo do século XX [...] Além disso, o desenho urbano das cidades fundadas pela CTNP também reflete o padrão urbanístico verificado em outras regiões de influência britânica (REGO, 2009.p. 23).

Mas, sem dúvidas, o prestígio dos ingleses no Brasil contribuiu de forma significativa para o anúncio da transformação no Norte do Paraná. Seus empreendimentos traziam a característica da modernidade. Segundo Rego (2009), “podia ser aos poucos, em porções desiguais, mas ela acabou atingindo a todos” (REGO, 2009, p. 93). Em São Paulo, notou-se um intenso processo de urbanização nas áreas periféricas, advindo dos britânicos.

Este processo de transformação acima mencionado não acontece de forma imediata no Paraná: meia década seria necessária para que a implantação da primeira cidade fosse efetivada, desde a vinda de Lovat. Era uma área de grande extensão, os mapas feitos pelos ingleses traziam a advertência da imprecisão. Lovat acompanhou o traçado previsto da ferrovia, o qual quase alcançou o local onde hoje está a cidade de Mandaguari.

Com relação a estes mapas, Rego (2009) trata do desenho britânico da ocupação do Paraná, e adverte sua preocupação para os “discursos” que os mesmos trazem. Logo, além de questões geográficas, o mesmo analisou os mapas britânicos “como forma de conhecimento, como instituição da ordem e da lei, como propaganda, como desígnio” (REGO, 2009, p. 96). O autor destaca sua atenção aos projetos das cidades plantadas pela Companhia de Terras Norte do Paraná. Até a venda para brasileiros nove cidades haviam sido fundadas ao longo da via férrea: Londrina, Cambé (Nova Dantzig), Rolândia, Arapongas, Aricanduva, Apucarana, Pirapó, Jandaia e Mandaguari (Lovat) e havia previsão para: Marialva, Sarandi e

Maringá.

A colonização do Norte do Paraná pelos britânicos não dependeu apenas do capital empregado, mas de uma mistura de investimentos, fazendo com que a venda de terras não fosse o objetivo mais imediato da Companhia. A atividade agrícola a ser desenvolvida na região estava ligada ao êxito do desenvolvimento do empreendimento para os britânicos. A agricultura, somada a facilidades e infraestrutura, fariam com que as terras a serem vendidas posteriormente aumentassem de valor. A partir disto, compreendemos melhor a promoção das virtudes do desenvolvimento regional, pois isto chamaria atenção dos compradores futuros.

Segundo José Miguel Arias Neto (1998), os objetivos iniciais da CTNP eram em primeiro lugar a produção de algodão em fazendas paulistas, e a aquisição de terras na chamada “mesopotâmia” dos rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí, no Norte do Estado paranaense. Desta forma, segundo o autor, os negócios relacionados à Estrada de Ferro São Paulo – Paraná foram descartados pela Companhia. A explicação para o fato é dada pelo Professor Sandino Hoff (1991), que afirma a incapacidade inicial da Companhia em gerar um capital secundário. Este problema para a CTNP só foi superado com a venda dos lotes.

Sem dúvida a aquisição de terras foi um processo muito oneroso, uma vez que na região existiam muitos posseiros e proprietários com títulos duvidosos. Para garantir a sua propriedade incontestável das terras, a CTNP além de comprá-las do Estado do Paraná, foi adquirindo, um a um, os títulos ilegítimos que se apresentavam, tendo assim pago duas ou três vezes pela mesma parcela de terra (ARIAS NETO, 1998, p. 26).

Importante destacar que a utilização do termo “Mesopotâmia” para se referir a região torna-se recorrente, encontrando-se em um texto da Revista Londrinense Paraná Jornal Ano II nº90 Edição de aniversário de 1947, que se refere à Londrina como “A Nova Mesopotâmia”, destacando imensa qualidade da terra, o progresso e os grandes empreendimentos.

Hoje, o viajador, turista ou homem de negócios que aporta o setentrião paranaense, diante do esplendor que a luxúria de tanta vegetação determina, entra, fatalmente, em êxtase.

Os cafezais intermináveis a perder de vista, são na verdade, como já disse alguém, os versos miraculosos de um grande poema que o sertanista escreveu a golpes de machado e sulcos de enxada.

A volúpia da terra virgem, entregando-se irremediavelmente, com sensualismo e amor, à posse impetuosa do homem, para o milagre perene da fecundação das colheitas e a constância do homem no seu amor a essa

mesma terra, acolhedora e boa, - essa reciprocidade, aqui, no setentrão paranaense, é episódio que toma realce particular (PARANÁ JORNAL, 1947).

A elaboração propagandística da Companhia cria e reproduz, segundo José Miguel Arias Neto (1998), a representação de um “plano racional de colonização, que adquire o estatuto de fundamento do progresso” (ARIAS NETO, 1998, p. 27). Desta forma, o empreendimento inglês seria legitimado de forma crônica e científica.

O texto de Silva (1982) sobre a colonização, afirma que o Governo do Estado do Paraná desde cedo deu apoio e foi compreensivo com a Companhia, e que isto contribuiu para o êxito das transações realizadas. Dentre os nomes que contribuíram com seu apoio, destacam-se, no texto, Dr. Afonso de Camargo, Dr. João de Oliveira Franco e Interventor Manoel Ribas.

Este apoio do Governo é reafirmado no texto de Nelson Dacio Tomazi (1999). Para o autor, a presença do governo era direta, demonstrando assim que este não era somente um empreendimento particular. Esta participação do governo se traduz principalmente na formulação de uma legislação que beneficiou a Companhia de Terras Norte do Paraná, e também outras concessionárias. O Governo também criou núcleos coloniais e posteriormente fez a demarcação destas colônias. Ao longo do texto perceberemos com mais clareza este “favoritismo” político que fará com que em 1950 praticamente todas as terras já estivessem em mãos de particulares.

A questão seria a precariedade estatal, que teria feito com que a colonização privada fosse incentivada pela administração pública, que também sairia beneficiada por conta dos investimentos. A Companhia de Terras financiava assentados até a colheita da primeira safra e não deixava de fomentar atividades comerciais, e até mesmo conceder certo suporte para educação, saúde e lazer. As decisões políticas locais também eram influenciadas pela Companhia, até mesmo com o lançamento de candidatos à administração pública.

Sabe-se que todos os investimentos citados acima foram realizados com a perspectiva de lucro, e uma parte dele poderia ser reaplicado localmente, mas a ideia era a de que o capital investido retorne à sua origem. Mas apesar disto, estas realizações encorajavam a ideia de colonização.

Em 20 de agosto de 1929, segundo Silva (1982), saiu de Cambará uma comitiva até Jataí, onde compraram burros para transporte das cargas até o início das terras da Companhia: 22km além da margem esquerda do rio Tibagi. O

acampamento montado nesta viagem recebeu o nome de Três Bocas e seria a futura Londrina. José Adalberto Firmino Silva (1982) afirma em seu livro que Londrina foi o ponto de partida para a ocupação de toda área.

A fundação de Londrina data efetivamente em 1930, tendo como seu primeiro prefeito Willie da Fonseca Brabazon Davids, que era descendente de ingleses. Engenheiro e fazendeiro em Cambará, possuía carreira política como ex-prefeito de Jacarezinho e Deputado Estadual, além de diretor da empresa.

Segundo Rego (2009), as novas áreas que estavam por ser urbanizadas nos terrenos foram riscadas no terreno desbravado da mata que estava sendo aberta. Por conta disso, puderam ser pensadas como cidades ideais, pois foram elaboradas na prancheta, seguindo um padrão simplificado e obediente a certa regularidade funcional. Este posicionamento estratégico de elementos urbanos contemplam as posições dos edifícios institucionais, civis ou religiosos, estruturando a paisagem urbana.

A década de 1930 foi amplamente importante para a Companhia em termos de concretização de objetivos. A partir de Londrina, que nasce do Patrimônio de Três Bocas, sendo transformado em Município em 3 de dezembro de 1934, através do Decreto Estadual nº2519, foram criadas novas cidades, que nasciam como povoados de Londrina e logo se emancipavam. Numa sequência podemos ver Cambé, Rolândia, Arapongas, Apucarana e Mandaguari. Todas fundadas durante a década de 1930, mesmo que a emancipação política de algumas, como Mandaguari, só ocorresse na década de 1940 (SILVA, 1982, p. 2).

A cidade de Londrina é elevada a município em 1934, sendo fundados, nessa década, outros núcleos urbanos como Cambé, em 1930; Rolândia, em 1932; Arapongas, em 1935; Mandaguari, em 1937 e Apucarana, em 1938. Estas comunidades, porém, até 1943 estiveram subordinadas, de várias maneiras, à cidade de Londrina.

As circunstâncias topográficas serviram de base para os primeiros modelos da Companhia. A variedade das configurações das cidades projetadas (quando observadas em conjunto) se dá por conta deste fato, uma espécie de coerção geográfica, de acordo com Rego (2009), que impôs ajustes ao padrão ortogonal do desenho urbano.

A companhia viveu até então um período de grande prosperidade, chamando atenção de compradores brasileiros e estrangeiros. O plano de ocupação a partir de lotes médios e pequenos alcançou os objetivos de uma ocupação efetiva. Mas

inicialmente, segundo José Miguel Arias Neto, a ideia era uma repartição em grandes lotes, e após, a ideia de pequenos lotes é empreendida. Esta ideia de pequenos lotes teria sido tirada da experiência holandesa, afirma o autor baseado na biografia de um pioneiro, Oswald Nixdorf, elaborada por Gustavo Branco e Adão Anastácio, em 1969.

Podemos observar, na figura 3, e segundo Rego (2009), que o parcelamento rural determinava pequenas propriedades com o objetivo de atrair pequenos proprietários. Esta decisão teria sido vital para o empreendimento da *Parana Plantation*, pois se pretendia atingir primeiramente o pioneiro com sua mão de obra familiar. O desenvolvimento também seria mais efetivo neste tipo de divisão, e estaria afastado dos efeitos da economia de latifúndio e monocultura. Apesar disto, podemos observar fazendas grandes em pequena quantidade na figura 3, que demonstra que a Companhia não impediu a formação de grandes lotes rurais.

Esta opção relatada na voz da Companhia diz:

A área rural seria cortada de estradas vicinais, abertas de preferência ao longo dos espigões, de maneira a permitir a divisão da terra da seguinte maneira: pequenos lotes de 10, 15 ou 20 alqueires, com frente para a estrada de acesso e fundos para um ribeirão. Na parte alta, apropriada para plantar café, o proprietário da gleba desenvolveria sua atividade agrícola básica: cerca de 1.500 pés por alqueire. Na parte baixa construiria sua casa, plantaria a sua horta, criaria os seus animais para consumo próprio, formaria o seu pequeno pomar. Água seria obtida no ribeirão ou em poços de boa vazão. As casas de vários lotes contíguos, alinhados nas margens dos cursos d'água, formariam comunidades que evitassem o isolamento das famílias e favorecessem o trabalho em mutirão, principalmente na época da colheita do café, que para a maioria dos pequenos agricultores representaria lucro líquido de sua atividade independente, portanto no decorrer do ano ele viveria – consumindo o necessário e vendendo o supérfluo – das culturas paralelas: arroz e milho plantados por entre as fileiras de café novo, legumes e hortaliças, frutas diversas, porcos e galinhas. Esse pequeno proprietário não agiria como o grande fazendeiro de café, que produzia grandes safras e as comercializava nos grandes centros, diretamente em São Paulo ou em Santos. Ele venderia seu pequeno lote de sacas de café nos patrimônios, aos pequenos maquinistas, que por sua vez comercializavam a sua produção nas cidades maiores, já com representantes das casas exportadoras. Por outro lado, esse pequeno proprietário não gastaria o dinheiro recebido como o grande fazendeiro, nas grandes cidades. Ele o gastaria ali mesmo, no comércio estabelecido nos patrimônios, gerando assim uma distribuição de interesses e uma circulação local de dinheiro que constituíram um salutar fator de progresso local e regional CMNP (1975, p.70-71).



Figura 3: Gleba dos Ribeirões Três Bocas. Jacutinga, Vermelho e Bandeirantes do Norte (1934). Destaque a cidade de Londrina, Cambé e Rolândia. Conexão Ferroviária e parcelamento rural. Fonte: Acervo Centro de Documentação e Pesquisa Histórica - UEL Adaptado por Rego (2009).

Com o início da Segunda Guerra Mundial, a Companhia passa a sofrer de forma direta duas consequências: por um lado, o Brasil não tinha tecnologia, na forma de siderúrgicas, para oferecer suporte e material necessário para a construção de estradas de ferros; por outro lado, este material, que antes era fornecido pela Inglaterra, não tem mais condições de ser comercializado com o Brasil, pois as indústrias inglesas sofreram inúmeras perdas. Para completar o quadro, tendo em vista sua situação econômica, a Inglaterra faz com que o capital investido no exterior retorne. A consequência da soma destes fatos foi a iniciativa dos primeiros donos em colocar a Companhia de Terras Norte do Paraná à venda.

A companhia foi negociada com um grupo de brasileiros, que mantiveram os mesmos moldes colonizadores. Foi Gastão de Mesquita Filho que, vendo o nome da Companhia na lista de negócios ingleses à venda devido a Guerra, imediatamente foi atrás de sócios para compra da empresa. O primeiro a se aliar a empreitada de

Gastão foi seu amigo Dr. Gastão Vidigal, que era responsável pelo organismo que superintendia as exportações brasileiras. A dupla havia conseguido outros sócios, que desistiram do negócio após o condicionamento do Governo Federal a uma anuência ao negócio, desde que a Estrada de Ferro São Paulo - Paraná também fosse vendida por 88.000 contos de réis, sendo que o grupo já havia pago 128.000 contos de réis pela mesma. Gastão de Mesquita Filho e Gastão Vidigal foram atrás de novos sócios e consolidaram a compra.

Os anos de uma nova administração, ente 1944 e 1950, tiveram uma atuação mais veloz. Em 8 de fevereiro de 1951 a Companhia transforma-se em Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, buscando ampliar sua área de trabalho para setores como fábricas de cimento e usinas hidrelétricas. Arthur Thomas, quando aposentou-se em 1951, foi substituído por Hernnan Moraes de Barros, segundo Silva (1982),

A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná não se limitou apenas à colonização. Criou, por sua conta, fazendas modelos de café e gado. Mais tarde partiu para a produção de sementes selecionadas, instalando uma grande unidade beneficiadora em Cianorte.(...) Podemos verificar que dos interesses de Lord Lovat à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, um caminho de meio século ou pouco mais, nos separa. Tempo este suficiente para que esta vasta e fértil região se transformasse em uma das mais povoadas do Brasil e em uma das mais desenvolvidas(...) (SILVA, 1982, p. 3).

José Adalberto Firmino Silva afirma que neste momento a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná continuava fundando cidades, estando com um total de 62 comunidades estabelecidas, contando os distritos. Não limitando suas atividades, a mesma desenvolveu fazendas modelos de café e gado e produção de sementes selecionadas. O texto elogia o grau de desempenho da Companhia, de seus dirigentes e o trabalho corajoso de pioneiros.

Podemos verificar que dos interesses de Lord Lovat à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, um caminho de meio século ou pouco mais nos separa. Tempo este suficiente para que esta vasta e fértil região se transformasse em uma das mais povoadas do Brasil e em uma das mais desenvolvidas com cidade de porte de Londrina, Maringá, Cianorte, Umuarama, etc.(SILVA, 1982, p. 3).

Com relação à comercialização dos lotes no texto de Silva (1982), o trabalho de chefia topográfica e de campo teria ficado a serviço de Carlos Rothmann e Alexandre Razgulaeff, montando inicialmente o escritório em uma chácara próxima a

Londrina. Este trabalho posteriormente passou a ser tratado diretamente pela Companhia e seus acionistas brasileiros. No início da colonização, o posto da Companhia de Terras é instalado em Lovat, tendo como chefe Walter Hebert Gramer juntamente com escritório de vendas, departamento de topografia e almoxarifado. Até um hotel foi instalado para futuros compradores.

Silva (1982) destaca a visão de que as normas de colonização foram de excepcional conveniência tanto para a empresa como para o comprador. Lotes elogiáveis, termo usado pela empresa privada, vendidos a prazo, com 30% de entrada e até quatro anos para pagar o restante. As crises que a companhia teve no início de sua empreitada, tonaram-se nulas com a venda de milhares de lotes, fato tratado no texto por “progresso que surgia” (SILVA, 1982, p. 4).

Percebe-se, na maior parte do texto de José Adalberto Firmino Silva, a construção de uma imagem da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) /Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), benfeitora e responsável pelo progresso na região, quase como um agradecimento. Nelson Dacio Tomazi, em sua Dissertação de Mestrado “Certeza de Lucro e propriedade privada - O Mito da Companhia de Terras Norte do Paraná” (1989), menciona o número diminuto de trabalhos com uma visão crítica da CNTP/CNMP, e analisa em seu texto o discurso da mesma, sendo este considerado mítico, o mito do “civilizatório e progressista”, com o objetivo de criar sua memória, memória esta coletiva, que coloca-se como agente do progresso.

2.1 IMAGENS REGIONAIS

A história inaugural do Norte do Paraná foi amplamente documentada pela Companhia CTNP e também pela CMNP. Grande parte desta documentação corresponde a registros fotográficos que estão nos acervos das respectivas Companhias para registro permanente dos fatos ali ocorridos, segundo as mesmas.

Estes documentos, que foram feitos pelas Companhias, ou por profissionais contratados por elas, retratam seus feitos, seus valores e são grande motivo de orgulho, pois mostram o progresso vendido. Ali está o Norte do Paraná registrado através da análise de seu progresso. Este tipo de documentação, utilizada como propaganda, empolga novos habitantes, que necessitavam deste poder

transformador, bem como a própria Companhia acredita em sua ação civilizadora.

Podemos observar esta ação propagandística da Companhia novamente em trecho da Revista Paraná Jornal, Ano II, nº 90 de 1947:

Quem anos atrás, penetrasse a grande bacia do Paranapanema e varresse os sertões em busca do Ivaí, jamais pensaria que em tão curto espaço de tempo, uma grande e extraordinária civilização, aí nascesse e se impusesse a admiração do país e ao respeito dos homens.

Na realidade, quem haveria de supor de tão pronto, quase ainda quentes, na ânsia de penetração, as pegadas desses criadores de cidades que foram Lord Lovat e os homens da Paraná Plantation. O esplendor apoteótico da obra ciclópica, que a menos de quatro lustros, foi aqui, empreendida.

No entanto tudo se fez como ao toque da varinha mágica, muito simplesmente e muito extraordinariamente, ao mesmo tempo, tangido pela determinação inexorável de uma ideia, a serviço de uma grande causa, e pela força e poder da vontade dos homens que aqui aportaram com o determinismo histórico dos grandes empreendimentos.

E a penetração se processou calma e ininterruptamente através do tempo...e as cidades foram surgindo na orla fresca da mata... e a mata foi caindo aos golpes do machado sertanista... e os cafezais brotam da terra sucedendo a mata...e as lavouras cobriram de ponta a ponta a nova Mesopotâmia (PARANÁ JORNAL, 1947).

Ainda, nota-se tal ação nos seguintes títulos de reportagens da mesma revista: “Um caso inédito na história brasileira é o desenvolvimento assustador e crescente de Londrina”, “Recordando a memorável inauguração nos novos escritórios da Cia. de Terras e Colonização”, e “A nova Mesopotâmia”.

E, claro, no livro da CMNP, trechos e imagens:

Amanhece. É o dia 20 de agosto de 1929. Uma neblina fria espalha-se pelos vales e envolve a pequena cidade que tropeiros e viajantes esperançosos batizaram certa vez de Ourinhos. Algumas ruas sem calçamento, casas rústicas mal alinhadas na perspectiva que se abre para o desconhecido e para a aventura. Silêncio branco onde mal se distinguem as coisas que o destino plantou por ali. Claridade úmida que promete o sol e o azul dos dias claros de inverno. Ao redor de um caminhão Ford, alguns homens se movimentam arrumando coisas e tomando providências rápidas. Trabalham calados, com a expiração condensando-se ritmadamente em nuvenzinhas tênues de vapor. Sem pressa, mas donos de todos os momentos, aqueles personagens se preparam para o primeiro ato de mais uma investida histórica: o reconhecimento pioneiro da região ainda virgem, balizada pelo curso dos rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí, onde a Companhia de Terras Norte do Paraná se preparava para plantar a civilização. George Craig Smith, jovem paulista descendente de ingleses, Alberto Loureiro, o agrimensor russo Alexandre Ruzgulaeff, Ervin Froelich, Kurt Jakowats e mais alguns peões contratados para trabalhos de campo. Todos unidos na empreitada que transcorre em instantes comuns, que se desenha em traços locais, que se envolve no cotidiano das coisas simples, mas que na verdade se identifica como primeiro aceno de uma gloriosa jornada (CMNP, 1975, p.55)



Figura 4: Acampamento de topógrafos da CTNP, em 1929.

Fonte: C.M.N.P. (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná), 1975. Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná. Maringá, C.M.N.P.

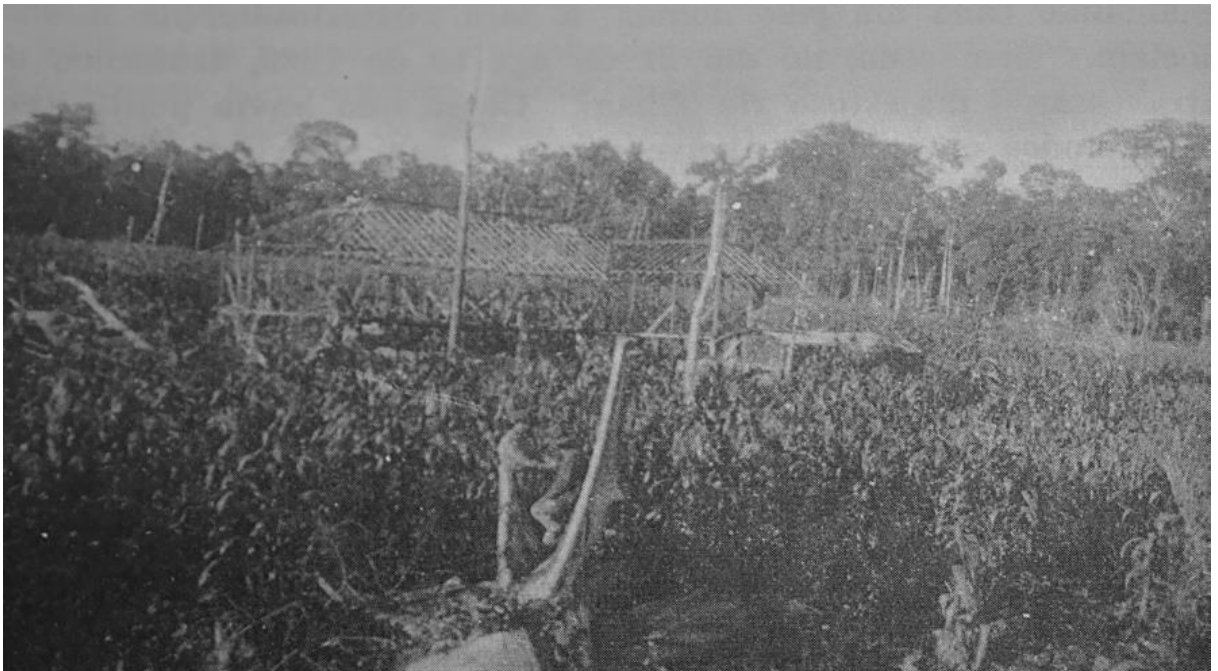


Figura 5: Primeira construção em Londrina, em 1929: hotel da CTNP

Fonte: C.M.N.P. (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná), 1975. Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná. Maringá, C.M.N.P.



Figura 6: Família de pioneiros vivendo em seu lote, 1932.

Fonte: C.M.N.P. (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná), 1975. Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná. Maringá, C.M.N.P.



Figura 7: “assim começavam os patrimônios abertos pela CTNP”.

Fonte: C.M.N.P. (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná), 1975. Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná. Maringá, C.M.N.P.

José Henrique Rollo Gonçalves (1999), em seu texto “Quando a imagem publicitária vira evidência factual: versões e reversões do Norte (Novo) do Paraná - 1930/1970”, remete-nos à importância de uma análise sempre cuidadosa das fontes,

verificando assim sua confiabilidade, tarefa complicada. Desta forma, Gonçalves analisa a credibilidade dada aos documentos da CTNP/CMNT, incitando uma investigação que entenda o porquê de certa unanimidade dentro da literatura que trata de imagens regionais, sendo estas duradouras e consistentes, mas que divergem em aspectos de preferências teórico-metodológicas.

Segundo o autor, entre final do século XIX e finais dos anos 20 do século XX, as demarcações que tratavam do território “Norte do Paraná”, eram pouco elaboradas, e somente a partir dos anos 30 que se passou a discutir de forma mais apurada o que se enquadrava no termo “Norte do Paraná”. O padrão dos textos era expositivo, descrevendo minuciosamente aspectos naturais da região, para que sua singularidade fosse elevada. Em seguida, houve uma abordagem histórica do processo de ocupação, para mostra-la como melhor sucedida dentro das possíveis formas de reprodução cafeeira.

Um Trecho do texto de Lysia Maria Cavalcanti Bernardes, “O problema das “frentes pioneiras” no Estado do Paraná” (1953), é citado por Gonçalves para demonstrar a narrativa dominante até então. O texto expressa um problema existente dentro do grupo de geógrafos que consiste na “briga” entre uma tradição de cunho determinista e as propostas conceituais que pretendiam romper com a exclusividade de uma versão naturalista da geografia, ou seja, relevar ação do homem no meio ambiente. O trabalho de Pedro Calil Padis, “Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná” (1981) também é citado pelo autor como inovador em muitos aspectos, da mesma forma que afirma que utilizar-se de caracteres somente fisiográficos não é satisfatória.

Ao contrário dos modelos regionais propostos pelos geógrafos do IBGE e da USP, que aderiram a enfoques usualmente estatísticos, como se a combinação entre colonização dirigida baseada na cafeicultura e as qualidades naturais da região fosse responsável por sua paisagem definitiva, o esquema de regionalização adotado por Padis tinha a vantagem de incorporar a historicidade específica do objeto. O “Norte do Paraná” não assumia contornos permanentes. Aparecia como região definida a partir de circunstâncias perfeitamente cambiáveis (GONÇAVES, J.H.R. 1999, p. 92).

Mas, segundo Gonçalves, Padis não aborda as relações sociais. Para o autor Padis chega a um *limite cognitivo possível* que não houve como ser analisado. Logo, somente após o colapso cafeeiro que foram dar abertura aos estudos das relações sociais, por volta de 1970. Mesmo após, nos anos 80, não havia a preocupação de que a ênfase em arranjos políticos pudesse transformar o enquadramento do

conhecido por “Norte do Paraná”.

José Henrique Rollo Gonçalves afirma que os números superlativos do norte-paranaense é uma das principais justificativas para a ênfase dos pesquisadores em temas socioeconômicos e demográficos, sendo estes índices de *crescimento populacional* e, após a década de 50, a *perda de população*, ligados ao processo da cafeicultura, auge e declínio, respectivamente. Outro processo de suma importância dentro da construção da imagem “Norte do Paraná” é o retraimento de seu espaço de referência factual, fazendo com que a utilização do termo “Norte do Paraná” seja uma referência aos antigos domínios da CTNP/CMNT. Esta associação tornou-se comum e foi reproduzida, e isto intrigou alguns pesquisadores que buscam dar explicações para o fato.

Dentro desta explicação, é importante destacar que a empresa CTNP/CMNT constrói uma narrativa que a deixa no centro da história regional. Para Gonçalves, através de uma ação publicitária a empresa consegue colocar-se na posição de construtora do espaço regional. Este é um processo de generalização, reduzindo, como afirma o autor, o todo à parte, que mostra-nos que existem muitos outros motivos além da ortodoxia cartográfica para preocuparmo-nos com uma melhor precisão do “Norte do Paraná”. Sendo assim estabelece quatro aspectos do processo de desenvolvimento do enquadramento cognitivo do “Norte do Paraná”:

Primeiro: a presença de uma grande empresa colonizadora, inicialmente de capitais ingleses e nacionais, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), mais tarde Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), que, adquirindo a área do governo do Estado, nos anos 20, teria gerenciado sua ocupação, a partir de 1930, com inaudita competência, estabelecendo uma ordem fundiária onde teriam predominado as pequenas e as médias propriedades rurais.

(...)

Segundo: o espraiamento da cafeicultura que, de finais dos anos 30 em diante, tornou-se o alicerce econômico da estrutura social regional. Embora a área jamais tenha se tornado monocultura, abrigando vários outros cultivos, como demonstram os cálculos minuciosos de Nadir Cancian, a presença dominante do café até finais da década de 1960, fazia com que todas as demais atividades agrícolas e boa parte da economia urbana ficassem na dependência de seus ciclos internos e suas possibilidades de crescimento extensivo. As terras mais férteis eram destinadas ao cultivo do café e os demais produtos, inclusive os de subsistência, tinham seu espaço determinado pela expansão ou (rara) contração da área ocupada por ele.

(...)

Terceiro: a aparentemente mínima participação do Estado em todas as suas esferas institucionais-administrativas no desenvolvimento do “Norte do Paraná”. Lá ter-se-ia estabelecido plenamente o primado da livre iniciativa. Os investimentos iniciais em infra-estrutura de transporte, em comunicações e em equipamentos urbanos foram alçadas da empresa colonizadora.

Apenas muito lentamente o poder público foi assumindo suas funções na região. Mais: o êxito da forma de colonização adotada teria inspirado iniciativas de outras empresas e do próprio governo paranaense em matéria de ocupação dirigida no norte e noutras parte do Estado.

(...)

Quarto: o caráter planejado de todas as operações, desde a publicidade sistemática até a rigorosa delimitação das formas de assentamento nas áreas agrícolas e urbanas. A empresa teria traçado minuciosamente a distribuição das pequenas, médias e grandes propriedades, bem como estabelecido, desde o início, uma hierarquia funcional urbana. Além disso, delimitou a rede viária de maneira a garantir o escoamento das safras e a integração entre zonas rurais e as cidades. Muitos núcleos urbanos tiveram seus traçados igualmente pré-definidos. Com todos aqueles elementos, este foi certamente o aspecto do processo de colonização que mais chamou atenção dos pesquisadores geógrafos e dos planejadores espaciais (GONÇAVES, J.H.R. 1999, p. 96-102-106-112).

A propaganda da Companhia que foi amplamente aceita divulgava que a mesma havia oferecido uma oportunidade única aos trabalhadores sem posses, para que estes pudessem adquirir seus lotes com as melhores formas de pagamento. Esta construção é mencionada no texto de Silva (1982). Assim, poderiam transformar-se em proprietários e, claro, obter mobilidade social de forma rápida. A empresa também seria responsável por uma dita Reforma Agrária paranaense, sendo esta democrática. Esta versão também é confirmada por inúmeros pioneiros. Sabe-se que a visão “filantrópica” não é a correta, mas sim a análise de uma conjuntura socioeconômica do século XX, como pontua Gonçalves (1999). Devem-se levar em conta as regiões expropriadas dos índios e caboclos oferecendo assim, muitas possibilidades de apropriação de terras, o loteamento das terras dos fazendeiros paulistas a partir da crise cafeeira, possibilitando a ascensão social dos colonos, a concorrência do mercado de trabalho urbano e claro, a influência de contextos políticos-ideológicos. Segundo o autor, diferentes propostas de mudanças no mundo agrário estavam no contexto, dentre elas políticos conservadores, comunistas, integralistas e intelectuais da classe média.

Os próprios dirigentes da Companhia, segundo Gonçalves (1999), temiam a monocultura cafeeira, e faziam assim uma vasta propaganda de que suas terras não tinham as saúvas, eram férteis e serviam para muitas culturas, incentivando a diversidade de plantio.

Para o autor, o destaque na atuação da CTNP /CMNT está no fato de que esta tinha intenções claras de se passar pela autoridade central, gerenciadora de um processo de territorialização do poder político e do desenvolvimento capitalista no interior do Paraná (GONÇALVES, 1999). Toda a ênfase na ausência do Estado está

relacionada com a introdução de uma imagem idílica do Norte do Paraná, com relação à questão agrária brasileira, em finais de 40. Procuram demonstrar que mudanças na área rural podem e devem acontecer sem a participação do Estado, colocando este no papel de ineficiente. Gonçalves levante a questão de uma possível visão simplificada de Estado, deixando claro que a versão de Estado dos autores convergentes com a Companhia, é reducionista e distorcida.

Houve, por fim, segundo o autor, a desconsideração dos problemas referentes ao impacto ambiental causado pela planificação. Poucos proprietários respeitaram as leis que estabeleciam a conservação de parcela da mata nativa e desta forma o solo do Norte Paranaense foi devastado. A CNTP/CMNP procurou diminuir sua parcela de culpa no fato, responsabilizando os proprietários pela devastação.

As quatro características citadas acima, foram responsáveis, segundo José Henrique Rollo Gonçalves, por conferir fundamentos para a publicidade da Companhia colonizadora dentro e fora do país, e também por corretores e agente imobiliários. Essa propaganda traduzia a região de forma pitoresca, através de termos como “Eldorado”, “Nova Canaã”, “Terra da Promissão”, dentre outros. Essa era a logística comercial da empresa colonizadora. Soma-se a propaganda da Companhia, considerada inédita até então em termos de área abrangida e efeitos obtidos, fotos e cartas, uma circulação não intencionalmente comercial, que tem seus efeitos. Estes quatro elementos, somados, geraram uma historiografia ampla, auto reiterativa, que legitimou uma imagem no Norte-Novo do Paraná.

Para José Arias Neto (1998) , com relação à propaganda da CNTP/CMNT, a venda de lotes estava intimamente ligada com a difusão da ideia da existência de uma “Terra da Promissão”, que recompensaria aqueles que nela fossem trabalhar. Ou seja, um vislumbre do futuro. O autor também destaca a noção de *progresso*, sempre presente nas narrativas.

2.2 O TEMA INDÍGENA

Percebe-se que o texto de Silva (1982) inicia e conclui o subtema Colonização sem destacar o fato de que os povos considerados “fundadores” não foram os primeiros a ocupar a região, desconsiderando assim a presença indígena e a destruição da floresta paranaense. Para tratar do tema indígena na região,

utilizaremos os capítulos I e II do livro “Maringá e o Norte do Paraná - Estudos de história regional” (1999), organizado por Reginaldo Benedito Dias e José Henrique Rollo Gonçalves, que são de autoria de Francisco Silva Noelli e Lúcio Tadeu Mota, respectivamente denominados “A pré-história da região onde se encontra Maringá, Paraná” e “ Exploração e Guerra de Conquista dos Territórios Indígenas nos Vales dos Rios Tibagi, Ivaí e Piquiri”. Além disso, será utilizado o capítulo de Nelson Dacio Tomazi, denominado “Construções e Silêncios sobre a (re) Ocupação da Região Norte do Estado do Paraná”.

Segundo Francisco Silva Noelli e Lúcio Tadeu Mota, a ocupação mais antiga do noroeste paranaense tem ligações com o povoamento original da América do Sul, quando todas as áreas do continente foram ocupadas por populações humanas pela primeira vez. Apesar de não ser possível definir a etapa de ocupação, alguns arqueólogos afirmam vínculos com as populações meridionais. As populações indígenas destacadas são: Tradição Humaitá, Guarani, Kaingang, Xokleng e Xetá.

Para compreendermos este silêncio sobre as populações indígenas, há de se compreender a construção de uma ideologia, que fez com que a ideia dos territórios indígenas estivessem vazios e prontos para serem ocupados fosse disseminada. Para Mota e Noelli (1999),

Os agentes desta construção são muitos: desde a história oficial das companhias colonizadoras; os discursos governamentais; os discursos que fazem a apologia da colonização; os geógrafos que escreveram sobre a ocupação das décadas de 30 a 50 do século XX; a historiografia paranaense produzidas nas universidades, e por fim, os livros didáticos que, se utilizando dessas fontes, repetem para milhares de estudantes do Estado a ideia que as terras indígenas do terceiro planalto do Paraná constituíam um imenso “vazio demográfico”, pronto a ser ocupado pelos pioneiros. Com isso, retiram-se, eliminam-se propositadamente da história regional as populações indígenas que aqui viviam e resistiram à conquista de suas terras e à destruição de seu modo de vida (MOTA; NOELLI, 1999, p. 22).

A guerra de conquista destacada pelos autores contra estes grupos indígenas ocorre desde a chegada dos brancos europeus ao continente, ou seja, no início do século XVI. Os agentes destas guerras mencionadas no texto são as expedições portuguesas e espanholas, as reduções jesuíticas, as bandeiras paulistas, a descoberta de ouro e diamante no rio Tibagi e as expedições militares, ocupação da bacia norte do rio Tibagi, a invasão dos campos do cacique Kaingang Inhoó e colonização por parte da Companhia de Terras.

As expedições portuguesas e espanholas passaram pelo interior do Paraná

em direção ao Paraguai e ao Peru, com o intuito de conhecer os territórios em processo de conquista e guerra contra os indígenas. Dentre os grandes nomes destas expedições, também responsáveis por relatos sobre as populações aqui existentes e sua forma de organização, estão Aleixo Garcia, Pero Lobo, Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, Domingues Martínéz e Ruy Dias Melgarejo. Os Padres Manuel Ortega e Thomas Fiels, segundo os autores, também percorreram a região do Guairá, visando trabalhos missionários. Nos relatos destes padres também havia informações sobre as populações indígenas e seus aspectos culturais, mais especificamente os Guarani.

Importante mencionar o destaque de Mota e Noelli para o fato de que a exploração destas populações indígenas não ocorreu sem resistência, e os conquistadores acabaram sendo derrotados algumas vezes.

No início de 600, a presença portuguesa em busca de escravos indígenas para trabalho nas fazendas paulistas, metais preciosos, e tudo que pudesse ser considerado uma riqueza. Houve uma intensificação da ação europeia na região do Guairá:

De um lado tivemos o choque entre índios e encomendeiros espanhóis que exploravam o trabalho escravo na coleta da erva-mate. Os padres jesuítas, em sua pregação religiosa, tentavam inculcar os valores da sociedade invasora junto às populações indígenas existentes na região. Contrariando os interesses do encomendeiros espanhóis e dos padres da Companhia de Jesus, os paulistas vieram diversas vezes ao Guairá, em busca de seu butim. De uma perspectiva oposta, os índios faziam uma leitura própria da conjuntura, resultando em alianças, acordos e guerras, complicando o entendimento sobre os fatos ocorridos nas relações deles com os invasores de seus territórios. Disso resulta que a análise histórica da ocupação da região não pode ser dicotômica: índios contra brancos. Devem ser considerados os grupos conquistadores europeus e seus interesses localizados, bem como os Guarani e os Kaingang, que eram inimigos e que, estrategicamente, estabelecera alianças com os brancos (MOTA; NOELLI, 1999, p. 28-29).

Foram fundadas 14 reduções jesuíticas nos vales dos rios Paraná, Iguaçu, Piquiri, Ivaí, Paranapanema e Tibabi. A presença dos bandeirantes paulistas na região resultou na destruição das reduções no Guairá, dispersando a população indígena.

Com relação à descoberta de ouro e diamante no rio Tibagi e as expedições militares, o vale do rio Tibagi e a serra da Apucarana eram os atrativos. Foram

descobertos ouro e diamantes em pedras brancas, à sudoeste da atual cidade de Tibagi, e isto levou à disputas entre grandes donos de lavras de Minas Gerais e autoridades de Paranaguá. Em Nossa Senhora do Carmo, na foz do rio Capivari, por conta desta disputa, foi instalado um forte militar.

Buscando a expansão de seus domínios, já no século XIX, os fazendeiros dos Campos Gerais Paranaenses iniciaram a ocupação da bacia ocidental do Tibagi e dos campos ao seu norte. Nomes responsáveis por este momento de ocupação foram Antônio Machado Ribeiro, José Félix da Silva, Auguste de Saint-Hilaire e João da Silva Machado, o Barão de Antonina.

O Barão de Antonina encarregou John Henry Elliot e José Francisco Lopes para fazerem expedições de reconhecimento da região. Segundo Mota e Noelli (1999), a partir dos relatos das viagens exploradoras, chegou-se à conclusão de que o Tibagi seria navegável, e que havia necessidade de exploração dos campos para concluir se poderiam instalar um depósito de gado, o fornecimento de pastagens para as tropas que seguissem com mercadorias para embarcar no Tibagi, em direção ao Mato Grosso. O Barão decide continuar as explorações com o intuito de abrir um caminho de Curitiba a Mato Grosso.

A expedição de Lopes e Elliot, com mais de 30 pessoas e utilizando-se de dois índios como guias, partiu para os campos do Inhoó, mais tarde denominada pelos mesmos de São Jerônimo. Esta região, de pertencimento de um grupo Kaingang, foi escolhida para a instalação de um depósito, um entreposto entre os futuros portos de Jataí e Castro. Mota e Noelli descrevem as entradas de Lopes e Elliot na região de acordo com os relatos dos mesmos, bem como a reação indígena, um ataque à fazenda de São Jerônimo realizado pelos Kaingangs.

Mas a ocupação branca avançou para o norte e ultrapassou o rio Tibagi para as terras de suas margens ocidentais. Na década de 1850, foi instalada a colônia militar de Jataí, hoje a cidade de Jataizinho, e em frente, na outra margem do rio, foi instalado o aldeamento indígena de São Pedro de Alcântara, com a finalidade de aldear os índios Kyová que viviam no Mato Grosso, nas margens do rio Paraná, e os Kaingang que viviam nas terras ao sul do aldeamento (MOTA; NOELLI, 1999, p38).

Mesmo em um contexto de preparativos para a guerra com o Paraguai em 1864, os autores destacam que a exploração das terras ao ocidente do Tibagi não cessaram, descrevendo missões de exploração por parte de Joscelim Moronis Borba, o engenheiro Egreville, os irmãos e também engenheiros Francisco e José

Keller e o explorador Gustavo Rumbelsperger. Em 1960, destaca-se a expedição do engenheiro paranaense Antônio Pereira Rebouças. Este teria o objetivo de estudar uma nova rota para o Mato Grosso, patrocinado pelo ministério da agricultura. Na década de 70, ingleses comandados, segundo os autores, pelo engenheiro Thomas Bigg-Wither, pesquisaram o traçado da estrada de ferro pelos vales dos rios Ivaí e Tibagi, futura Estrada de Ferro Paraná - Mato Grosso, idealizada em Londres. No ano de 1976 uma expedição percorreu os rios Tibagi, Paranapanema, Paraná até Sete Quedas e entrou pelo rio Piquiri, uma expedição de reconhecimento, comandada por Nestor e Telêmaco Borba, financiada pelo governo da província. Em 1882, após a informação de que os Kaingang do vale do rio Piquiri, nos campos de Guarapuava - em torno de 5 mil -, estavam dispostos a se relacionarem com os brancos, o ministério da agricultura, interessado na incorporação desse território, toma medidas para que a incorporação se estabeleça, como custear a fundação de colônias indígenas e militares.

As determinações foram as seguintes em relação aos índios: deveriam ser buscadas informações sobre as tribos, famílias, costumes, extensão dos territórios de cada grupo ou tribo e se a língua era comum a todos da região, para que o governo pudesse organizar um corpo de intérpretes. Distribuíram brindes para os índios, evitando qualquer incidente que pudesse atrapalhar os planos do governo imperial para ocupar a região. Os Praças do Segundo Corpo de Cavalaria, aquartelados na região, só poderiam agir em caso de extrema urgência. Estava planejada, portanto, a última etapa para a conquista dos territórios indígenas do oeste e, com essas determinações, desvendavam-se os territórios do Paiquerê, as terras do rio Piquiri e se chegava à última fronteira no rio paraná(MOTA; NOELLI, 1999, p. 45).

Nas próximas décadas as explorações continuaram a atuar nos vales do Ivaí e Piquiri, sendo elas oficiais ou particulares, segundo Mota e Noelli.

Após este panorama através dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, os autores concluem que até o século XVIII a justificativa para conquista de territórios e populações indígenas e da disseminação da cultura branca através dos jesuítas, consistia em um serviço à Deus e ao Rei, português ou espanhol. Ainda relembram o já mencionado acima, sobre o erro em se fazer uma análise dicotômica desta relação *índios contra brancos*, devendo então ser analisados elementos como os grupos invasores e os interesses locais, bem como as etnias Guarani e os grupos Jê. Já no século XIX, a justificativa consistiu na questão nacional e no perigo

externo, sendo assim, ocorrendo em “nome da nação brasileira”. No século XX pode-se acrescentar ainda a conquista em “nome do progresso”. “Em todos os tempos a conquista cumpriu o objetivo de satisfazer a ambição dos conquistadores, fossem eles espanhóis, portugueses, paranaenses tradicionais ou os denominados pioneiros modernos” (MOTA; NOELLI, 1999, p. 50).

Os territórios entre os rios Tibagi, Ivaí e Piquiri nunca estiveram vazios, muito menos eram “territórios desconhecidos”. As invasões sempre foram intencionais e violentas, não da forma como essas histórias são transmitidas, como uma ocupação pacífica e harmoniosa. Esta parte no texto cumpre a função de deixar claro que a história da região não se inicia com a chegada dos pioneiros e das companhias colonizadoras, como exemplificada acima no texto, mas sim há 10.000 anos com a chegada das primeiras populações.

Nelson Dacio Tomazi, da mesma forma, destaca a omissão ou desqualificação da população indígena na região, e acrescenta à análise de Mota e Noelli outros pontos. O autor utiliza-se de pequenos trechos retirados de trabalhos realizados sobre a região, como “Norte Pioneiro do Paraná: formação e crescimento através dos censos” (1974), de René Mussalam; “Cafecultura Paranaense (1900 – 1970): estudo de conjunturas (1977), de Nadir Aparecida Cancian, “Processos de Ocupação e a luta pela Terra Agrícola no Paraná” (1991), de Elpídio Serra e “Pioneiros de fazendeiros de São Paulo”(1984), de Pierre Monbeig.

Os problemas encontrados por Tomazi nestes trechos iniciam-se na forma como René Mussalam refere-se aos primeiros momentos da presença no estado, como um território desconhecido e desabitado. O trabalho de Cancian utiliza-se da expressão “terras virgens”. O problema de Serra encontra-se em sua perspectiva de Ocupação, e o de Pierre Monbeig na forma como se refere à presença indígena. No geral, estes trabalhos esquecem-se de que o território já era conhecido e analisado por diversos pesquisadores, e que os indígenas já o habitavam. Que não era um território “virgem”, e que a ocupação não se torna efetiva somente quando surge aqui a cultura ocidental cristã. E que apesar dos massacres, a população indígena ainda vive na região, ao contrário do que afirma Monbeig, que nada resistiu dos antigos habitantes.

Sobre a questão indígena, torna-se fundamental assumir a posição de K. Tommasino, quando refere-se aos índios ainda existentes na região em estudo, ao afirmar que, mesmo adotando padrões ocidentais, estes foram

reinterpretados segundo seus objetivos e necessidades. No processo permanente na produção de novos significados e valores, os índios conscientemente, recriaram o passado para afirmar sua **identidade indígena** e assim reivindicar os seus direitos constitucionais. Desse modo, a produção da identidade social que os unifica como **índios** não significou abdicação de suas identidades específicas como Kaingang, Guarani ou Xetá. Ao contrário, significou a ampliação de categorias que poderão ser acionadas e manipuladas de acordo como as necessidades de cada momento histórico (TOMAZI, 1999, p. 55).

Logo, houve uma redefinição da identidade indígena no interior da sociedade nacional, segundo Tomazi, sem deixar de serem Kaingag, Guarani ou Xetá. Além de unirem-se em torno de seus interesses, utilizam-se de acordos do mundo dos brancos, ou seja, governos, advogados, documentos, para reivindicarem seus direitos.

Tomazi (1999) discute uma série de fantasmagorias que fariam parte da história (re)ocupação do norte paranaense. As principais destas fantasmagorias são a suposta ocupação do Norte Velho pela grande propriedade, a Clivagem Norte/Sul no Paraná, a tentativa de criação de uma identidade norte paranaense, uma discussão sobre a violência na dita terra da promessa, a criação da figura do pioneiro e por fim, a identificação do processo de (re) ocupação com a ação da CTNP.

Segundo o autor, a maioria dos estudos referentes à (re)ocupação do Norte Velho, ou nordeste paranaense, afirma que ela se deu através da grande propriedade, mas quando se faz uma análise correta dos dados da região os resultados são outros: até 1920 a ocupação deu-se com base na pequena propriedade, e com uma grande concentração de terras, com destaque para os grandes estabelecimentos sem cultivo algum, somente à espera de valorização. Sendo assim, para Tomazi (1999, p. 59), “a grande propriedade convivia com a pequena de modo significativo”.

Este discurso da grande propriedade, seria para o autor, uma construção da CTNP, após os anos 30, para criar a ideia de que o processo de comercialização de sua área era algo diverso do que ocorria ali até então. Também existe a valorização da figura do fazendeiro, da grande propriedade, e ainda reafirma que a re(ocupação) seria uma extensão da cafeicultura paulista.

A Clivagem Norte/Sul no Paraná afirmava a existência de identidades diferentes para estes. Para Tomazi (1995), esta clivagem tem um objetivo claro na ótica da definição de territórios de poder. Esta ideia leva a uma construção de várias

propostas pedindo a criação de um estado à parte na região norte-paraense, justificando-se com a afirmação de que o governo em Curitiba não dada atenção adequada ao Norte. Nos destaques feitos por Tomazi para esta discussão aparecem trechos que citam Curitiba e Paraná como diferentes do Norte e ressentimentos históricos.

É significativo que as expressões destacadas, sempre na primeira pessoa do plural, evidenciam que haveria, na região em estudo, um nós, que pressuporia a ideia de uma comunidade, de interesse comuns. Silencia-se, novamente, a questão da diversidade do social e reafirma-se a existência de um “norte” diferente de um “sul” (TOMAZI, 1995, p. 63).

O evidenciado acima pelo autor conclui-se também que é de claro interesse político, destacando as eleições para prefeito de Londrina em 1996, onde a questão da clivagem foi levantada como bandeira por um dos candidatos, pois a esposa de seu concorrente era vice-governadora. O vencedor, que tinha interesses em manter a divisão norte/sul longe de pauta, vence por uma pequena diferença, deixando claro desta forma, que a clivagem norte/sul ainda tem força.

Para Tomazi, ao mesmo tempo em que observamos a clivagem norte/sul, temos a construção da identidade do norte paranaense. Para o autor, não existe uma especificidade no processo de ocupação da região, sendo assim, não há um elemento que crie uma identidade diferente para os habitantes da região, pois, genericamente, todas as novas terras ocupadas sentiram o peso na violência e da exclusão.

Esta fantasmagoria elenca alguns elementos que se enquadrariam em especificidades, como a “floresta exuberante”, a fertilidade da terra, bem como a presença da terra roxa, sendo designada como a “Terra da Promissão”, o “Novo Eldorado”, a “Nova Canaã”, segundo Tomazi (1999). Outro elemento tido como específico citado pelo autor é a cafeicultura, mas o mesmo coloca a questão: se este é o elemento definidor da região, o que passa a defini-la quando do declínio do mesmo? Ao passo que não existem mais elementos definidores, há a tentativa de definição fazendo um culto ao passado, segundo o autor. Quando uma série de autores “criam” uma identidade norte paranaense, estes a fazem afirmando sobre uma terra vazia, uma mata virgem, excluindo assim a participação, já discutida anteriormente, dos indígenas, e também dos caboclos, ou seja, silenciando sobre a

diversidade existente dentre os primeiros moradores.

Nelson Dacio Tomazi, em sua Tese de Doutorado, “Norte do Paraná: História e Fantasmagorias” (1997), discorre sobre “silêncios” em alguns fenômenos, especificamente sobre um conjunto de ideias e imagens construídas pela historiografia dominante que não dão margem a críticas. Há ainda outro grupo de “silêncios”, aquele que envolve certa cumplicidade, sendo interiorizado e compartilhado pela sociedade por meio do ensino, repetição ou até mesmo o medo da repressão, segundo Tomazi.

Os problemas sobre a posse efetiva das propriedades sempre foram aspectos de grande discussão quando analisadas as questões das terras no Paraná. Dentro desta discussão estão os posseiros, grileiros, jagunços e pistoleiros. Sendo assim, fica claro que não se trata de algo pacífico. A violência ocorria de forma velada e explícita, por parte das figuras citadas há pouco, mas é de grande importância destacar a ação da CTNP nesta questão. Segundo o autor,

Sabedora que as terras adquiridas possuíam outros ocupantes, e estavam no interior de grande “grilos”, a CTNP procurou sempre negar que tenha utilizado a violência para tornar as suas terras livres de qualquer litígio. Entretanto, Jorge Cervev, o maior dos apologistas da CTNP, afirma que ela fez determinadas coisas que ela própria nega. Ao se reescrever a história do ponto de vista apologético, vários autores, como é o caso desse, se “traem” e passam informações que são importantes para esclarecer a violência naquela época (TOMAZI, 1999. p. 70-71).

Segundo Tomazi, sabe-se que a CTNP, bem como outras companhias colonizadoras, possuíam uma guarda particular, para sanear e remover.

O próximo aspecto, a construção da figura do pioneiro, engrandece determinadas pessoas e coloca sobre estes a força da “pujança regional” (TOMAZI, in DIAS; GOLÇALVES, 1999, p. 74). O autor busca demonstrar em seu texto como este personagem é fantasmagoricamente idealizado, silenciando, assim, todos os outros que participaram do processo. Para Tomazi, a perspectiva que se cria através destes personagens é da manutenção da ordem estabelecida.

2.3 O ELDORADO

Os termos “Eldorado”, “Nova Canaã” e “Terra da Promissão” apareceram ao longo deste capítulo quando citamos a legitimação de uma determinada imagem

construída para o “Norte do Paraná”. Julgamos necessário uma explicação sobre a discussão relacionada a estes termos. Para isto, nos utilizaremos do texto de José Miguel Arias Neto, “ O Eldorado – Representações da Política em Londrina 1930-1975” (1998).

Estes termos na obra de Arias Neto designam períodos diferentes das representações da história política local e regional. Apesar de ser um estudo voltado para a cidade de Londrina, acreditamos que será de grande contribuição para o estudo da História do Norte do Paraná. Um importante destaque do autor sobre os termos acima é que estes, quando relacionados à história de Londrina e do Norte do Paraná, não tem o significado original, ou seja, não se trata de um paraíso onde se corria leite e mel ou haveria minas de ouro. Sendo assim, os termos designam o que os homens poderiam construir e construíram através do trabalho, grifo do autor. Estes termos, em especial o “Eldorado” (anos 50), está presente na documentação que trata a colonização do norte paranaense, referindo-se a uma terra próspera. Para o autor, esta não foi uma particularidade local, citando a correlação nacional e internacional do período com o termo “Anos dourados”.

Arias Neto trata o conceito de Eldorado como uma nova representação da sociedade regional que surge após um processo de redefinição em que passa o Norte do Paraná entre 1937 e 1945. O autor busca a análise da construção do chamado Eldorado Cafeeiro.

Uma das redefinições das quais o autor cita como parte da construção do Eldorado encontra-se na instauração do Estado Novo. Este altera o relacionamento político entre o Estado do Paraná e Londrina (cidade em estudo pelo autor), e por outro lado, medidas tomadas pelo governo federal retira da CTNP seu monopólio. Por sua vez, a CTNP reorienta sua propaganda em busca de legitimidade, divulgando o Norte do Paraná e o processo de expansão de suas atividades. Estas mudanças de representação estão atreladas aos ideias da Marcha para o Oeste, segundo o autor.

Nas décadas subsequentes, no entanto, muitas das imagens da Marcha para o Oeste se manifestaram nos discursos das políticas partidárias (o nacionalismo dos partidos locais durante o período populista), nos discursos da ciência, (a imensa polêmica sobre as frentes pioneiras e a questão regional no âmbito da geografia, da história e da sociologia), e no plano da crônica (que introduziu a narrativa da cidade de Londrina e região, o tema da conquista e destruição das missões jesuítas espanholas pelos bandeirantes paulistas) (ARIAS NETO, 1998, p. 83).

O autor afirma que os desdobramentos acima fizeram com que o Norte do Paraná obtivesse uma imagem única dentro do Estado, constituindo-se como um prolongamento da economia e da civilização bandeirante. Este fato está atrelado aos valores implantados a partir de década de 30, os quais levaram a um capitalismo autoritário, onde Vargas buscou legitimidade e desenvolvimento do capitalismo nacional.

Para Arias Neto (1998) a Marcha para Oeste (Oeste como uma oposição ao litoral tido como negatividade por se subordinar a ação colonialista portuguesa e ao capitalismo internacionalista) dá força para a o programa de colonização. Uma imagem de um Eldorado mostrando o ouro e metais extraídos das terras férteis e enfatizando a incorporação de terras vazias pelo deslocamento de fronteiras rumo a este oeste.

O Estado neste momento atua para viabilizar o crescimento da indústria, criando até mesmo órgãos responsáveis pelo projeto, e estabelece também controle sobre a classe operária, pois conflitos advindos deste grupo seriam prejudiciais para o desenvolvimento do país. Por outro lado, Arias Neto destaca que a estrutura agrária não sofre alterações durante o período em questão: “Se por um lado Vargas criticava o latifúndio e propunha o estabelecimento da pequena propriedade como meio de desenvolvimento agrário, por outro, evitou um confronto direto com as oligarquias rurais” (ARIAS NETO, 1998, p. 87). As relações de exploração, portanto, se mantêm.

Vários agentes foram responsáveis pela introdução do ideal da Marcha para o Oeste no Norte do Paraná, dentre eles a CTNP, que segundo Arias Neto (1998) foi responsável por iniciar este processo. Apesar da contradição entre nacional intervencionismo e a participação de uma Companhia inglesa, esta foi tida como modelo de modernidade e colonização, afirmando assim sua participação no processo, mas a empresa também tinha um discurso de que se adequaria ao regime.

Existia o discurso de que qualquer prejuízo que a Companhia inglesa tivesse, concomitantemente seriam prejuízos para o Estado e para a Nação, pois estes estavam unidos em interesses. Trata-se de um jogo de imagens que demonstram paz, trabalho e progresso atrelados a terra.

Arias Neto (1998) cita documentos produzidos pela Cia. de Terras onde está

tenta afirmar sua ligação com o Estado do Paraná e com o governo central. Em um folheto “O Norte do Paraná” de 1941 o Norte do Paraná foi representado como Eldorado, e isto representa a relação com a obra de Cassiano Ricardo “Marcha para Oeste”. O discurso então seria: Se não há minas de ouro, o trabalho transformaria as riquezas naturais do Norte e a fertilidade da terra em ouro. Para o autor, estas ideias permaneceram para muito além do Estado Novo, tendo em vista que até os dias de hoje nos deparamos com estas representações do Norte do Paraná. Ponto de suma importância está no fato de que o lançamento da cidade de Maringá está atrelado a esta representação da Marcha para o Oeste, conforme afirma Arias Neto (1998).

Dentro desta discussão, achamos muito elucidativo demonstrar o ideal do Eldorado através de trechos de depoimentos de trabalhadores que chegaram em Maringá e região por volta de 1950. Estes depoimentos fazem parte da pesquisa Shirlene Vieira de Almeida, Monografia com o tema: “Memórias de Trabalhadores: A procura do Eldorado 1050-60 – Maringá” (1998).

O trabalho da autora citada aborda a vida de trabalhadores que viveram no Paraná por volta de 1950. A mesma transcreve os depoimentos destes trabalhadores, resgatando suas memórias.

Sr. Manoel A

[...] Eu resorvi a vim embora para o Paraná foi um parente nosso, parente longe que morava do estado de São Paulo em Regente Feijó, fui lá e, diz que aqui era muito bom para ganhar dinheiro eu resolvi a vender o que eu tinha lá vendi uma vaca por 200 mil réis e ai resolvi e vim embora [...] quando nordestino chega aqui eles chamam de barriga verde e a loucura da gente é volta prá trás eu queria volta, eu vim pra ganhar dinheiro e volta pra trás, queria voltar de todo jeito, ai não deu, aqui era muito bom pra ganha dinheiro, esse italiano me arrumou 2 alqueire e meio de café, derrubo o mato naquela época era bom trabalha em qualquer serviço, tinha saúde de ferro, pegava por 4 anos, tudo que em 4 anos era meu, e não é que eu não quis pega queria volta pra trás, se eu pego, aquele café, todo mundo que pego café naquele tempo fico bem de vida, chovia todo ano, dava arroz que era uma beleza tudo que plantava dava feijão, então se eu pego aquele café tudo que dava em 4 anos, eu tinha ficado bem de vida [...].

Sr. Aderaldo

[...] eu vim chegar aqui em Paraná em 53 pra 53, eu vim de caminhão, aqui em Maringá não tinha nada só tinha Maringá Velho com uma pensãozinha e uns 2 bar ao lado da pensão eu vim direto para Maringá (por quê?) porque Maringá era bom pra ganhar dinheiro [...] quando eu cheguei em Maringá o que tava passando no meio de Maringá era o trator fazendo a estrada de ferro, fazendo ainda a fundação da estrada de ferro, mas aqui eu não entrei nela não, aqui já era outra firma, (trabalhou em que então), trabalhei em roça, o único lugar era roça, tinha café, era só café, aqui tem ano aqui do se colhe qualquer pezinho de café da mais de saco de café dai a riqueza daqui do Paraná era o café, trabalhei na roça, porque eu não perdia tempo, eu

trabalhava aonde eu achava, era em roça, me dava um emprego qualquer eu tava trabalhando, eu não ficava parado, quando eu não achava um emprego mais mole eu ia pra roça enfrentava a mesma coisa depois agora eu enfrento tudo, eu fiquei aqui na roça muito tempo mais no café, inchada, era difícil pega eu só trabalhei em negócio de lavoura[...]

Sr. Manoel

Eu vim embora, porque lá onde eu tava era muito fraco, muito fraco pra se ganha um tostão, não é aqui como no Paraná, neste caso é muito melhor do que lá, nois chegemo aqui eu não me recordo data, só sei que tinha passado aquele grande incêndio eu não me lembro o ano, foi no ano do grande incêndio no Paraná [...] ai arrumei aqui embaixo na Água Maringá um pedacinho de chão, pra faze uma hortinha, na bera de um brejo pra pranta verdura, ele disseste é seu Manoel, aqui dá arface boa, pode curtiva um cantinho ai[...] (ALMEIDA, 1998. p. 32-33-36-52-53-59).

O incêndio de 1963, citado pelo Sr. Manoel, trata-se de uma série de incêndios no Paraná entre agosto e setembro de 63 causando uma tragédia histórica. Atingiu 128 cidades e matou 110 pessoas.

Percebe-se que os depoimentos destacam saída de uma condição de vida ruim para a melhoria. A ênfase está nas condições econômicas, antes ruins, que melhoram após o incentivo, na maioria das vezes de parentes, para virem ao Paraná encontrar o “Eldorado”. Observa-se como a fertilidade do solo é mencionada, característica sempre presente nas propagandas da CTNP. A autora cita que muitos destacam que não se tornaram proprietários de terras porque a sorte não lhes ajudou, mas que no Paraná havia condições para isto.

3 CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA: MANDAGUARI

Nosso objetivo neste capítulo será trabalhar a forma como foi construída a narrativa da histórica da cidade, baseando-se em sua principal bibliografia, que consiste nos seguintes trabalhos: “Mandaguari, Sua História, Sua gente” de José Adalberto Firmino Silva; “Cinquentenário de Mandaguari: Mandaguari e sua História” de Nair Bianchini e Elizabeth Fontes; “Certidões de Nascimento da História: o surgimento dos municípios no eixo Londrina - Maringá”, organização de Paulo César Boni, onde temos um capítulo dedicado a Mandaguari: Vitória, Lovat, Mandaguari; o texto de Gustavo Nunes Mourão, “A trajetória do desenvolvimento econômico de Mandaguari – PR: Uma interpretação a partir das teorias de North, Perroux e Myrdal”; “Colonização e formação econômica do Município de Mandaguari”, de Sérgio Fajardo; e ainda reportagens de jornais locais como Gazeta Regional de Mandaguari em seu Especial Mandaguari 60 anos (1997). Por fim, utilizaremos entrevistas com o jornalista André De Canini e com Elizabeth Fontes.

Tratar a história baseando-se nestes materiais nos possibilita a análise do discurso e do pensamento tanto comum, quanto científico sobre a cidade. A análise de narrativas é uma forma privilegiada de pesquisa social, Contando histórias, os indivíduos organizam suas experiências de vida e constroem sentido sobre si mesmos; analisando histórias, podemos alcançar e aprofundar inteligibilidades sobre o que acontece na vida social. Os fatos serão tratados como eventos que monumentalizam a memória coletiva.

3.1 MANDAGUARI E O NORTE NOVO

Em 1929, a Companhia de Terras Norte do Paraná dedicava-se a fundação do Patrimônio de Três Bocas (futura Londrina). Desde o início, segundo a Companhia, a mesma adotou determinadas diretrizes para a colonização. As cidades destinadas a serem núcleos econômicos mais importantes seriam demarcadas de cem em cem quilômetros. Os patrimônios e núcleos comerciais estariam entre estas cidades, e distanciados de dez a 15 quilômetros, com a finalidade de se tornarem centros de comercialização, abastecedores intermediários e polos de convergência da produção agrícola. No entorno das cidades, foram instalados os chamados

“cinturões verdes”, ou seja, chácaras que pudessem abastecer os centros urbanos de hortaliças e pequenas criações.

Na divisão dos lotes rurais a CTNP seguiu o critério das pequenas propriedades rurais, onde os lotes eram traçados em forma de longos retângulos, tendo quase todos frente para uma estrada e fundo para um ribeirão ou rio. A estrada passava quase sempre nas regiões mais elevadas e todos os lotes ficavam inclinados. Os tamanhos dos lotes variavam de 5 a 15 alqueires (WACHOWCZ, 2010).

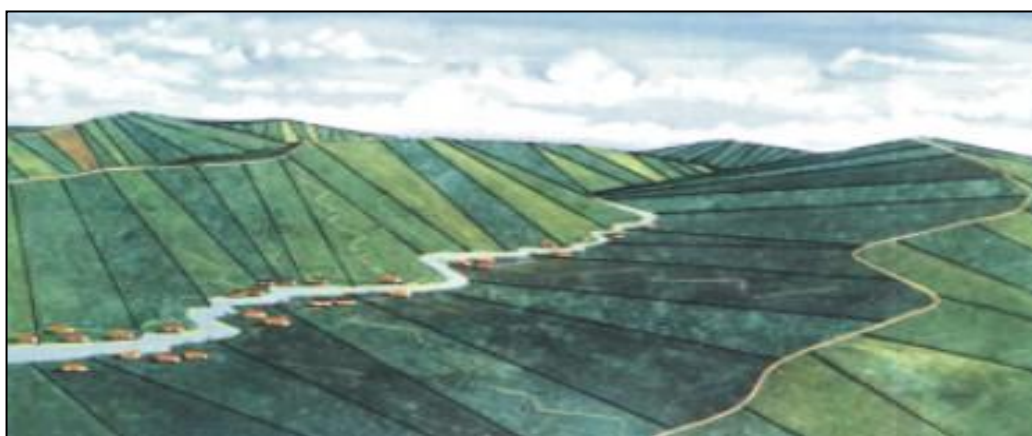


Figura 8 - Visão gráfica em perspectiva panorâmica do sistema de repartição de terras executado pela CMNP.

Fonte: Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná - CMNP (1975, p.122)

Outra medida se deu com relação à estrada de ferro. Em 1928, a ligação Ourinhos-Cambará foi completada, e após a compra da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná pela *Paraná Plantations*, a continuação da estrada se iniciou novamente chegando a Jataí, Londrina, Cambé, Rolândia, Arapongas, Apucarana e após, em 1954 a Maringá. Após a compra da Companhia de Terras Norte do Paraná pelo grupo de brasileiros, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná não altera o modelo de colonização inglês, e somente as atividades da mesma foram diversificadas (CMNP, 1975).

Mandaguari se situa dentro da região denominada por *Norte Novo*, região onde se destacam as cidades de Londrina e Maringá. Segundo a Companhia de Terras, a cidade de Maringá representaria o expoente dos trabalhos da mesma. Claramente o livro do Cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná não dá um papel de destaque para a cidade de Mandaguari, sendo

mencionada ínfimas vezes. Maringá foi Patrimônio de Londrina de 1936 a 1943, Patrimônio de Apucarana de 1943 a 1947 e Distrito de Mandaguari, de 1947 a 1951, pois Mandaguari era Distrito de Apucarana até 1947.

Os núcleos básicos estabelecidos pela CTNP, que se constituíram nas cidades de Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama, e povoados menores foram implantados entre estes para serem polos convergentes da produção rural. Os núcleos básicos acabaram por superar as expectativas de crescimento, e da mesma forma os pequenos povoados tornaram-se cidade médias, segundo Prefeitura Municipal de Apucarana, 1983. Estão dentre estas cidades Mandaguari, como se observa na figura 9, que demonstra o plano urbanístico da Companhia:

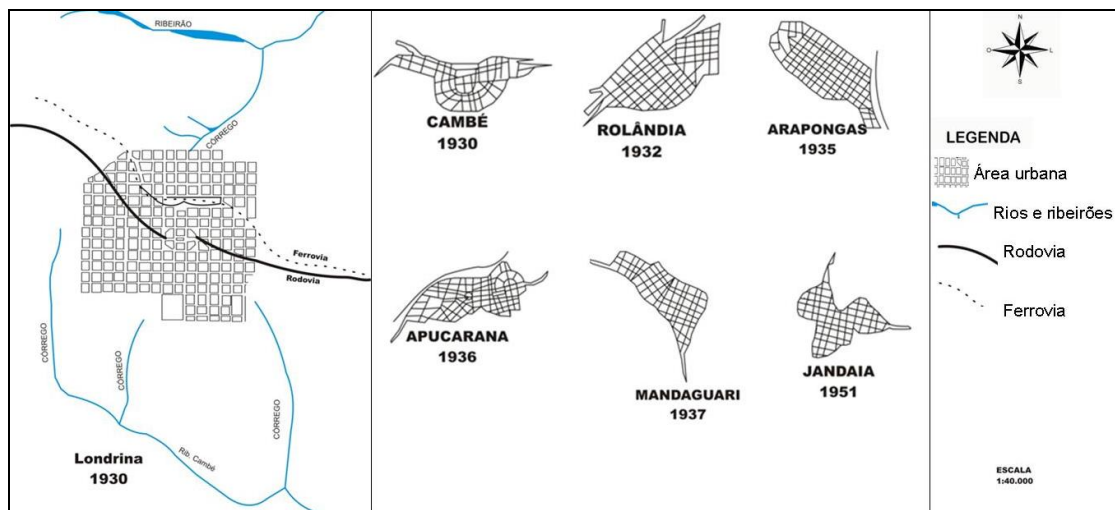


Figura 9: Planos urbanísticos projetados pela CTNP em entre as décadas de 1930 e 1950.

Fonte: Fonte: Arias Neto (1998)

Adaptado por Faria (2014)

Após Londrina, a Companhia dedicou-se a fundação de Apucarana, da qual Mandaguari passaria ser distrito em 1943, quando desmembrada de Londrina.

3.2 LONDRINA

Contar a história de Londrina não é tarefa fácil, mas indispensável para nosso trabalho, pois o processo de colonização do norte paranaense, bem como de Mandaguari, está intimamente ligado com o nascimento de Londrina.



Figura 10: Primeira fotografia de Londrina, tomada em 1929
Fotografia: George Craig Smith
Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Em 1929 iniciou-se o processo de povoamento e loteamento da região onde hoje é Londrina, pela CTNP:

O loteamento em módulos de 3 a 30 alqueires paulistas possibilitava que colonos sem grandes recursos pudessem comprar seu lote, cujo pagamento era facilitado. Todo o Norte do Paraná desenvolveu-se a partir do crescimento da cidade pólo que era Londrina. Foram lançadas as bases do sistema ideal de agricultura, de forma a que todos tivessem a sua propriedade – o que hoje se deseja para os mini-agricultores sem terra. (MACARINI, 2004, p.61).

O nome recebido, Três Bocas, foi devido a muitas minas d'água que existiam na região. O povoamento vai aumentando aos poucos, contanto com a presença de japoneses, por conta da propaganda realizada pelo corretor de terras Hikoma Ujihara. A partir da década de 30, toda a infraestrutura estava sendo providenciada pelos moradores, mas o povoado estava crescendo, e, apesar desses esforços, mais investimentos em infraestrutura seriam necessários. Um exemplo é o da energia elétrica, que a princípio só tinha potência para iluminar os escritórios da companhia e as casas das personalidades mais renomadas como Arthur Thomas e Willie Davids. Sendo assim, em 1936 Gastão de Mesquita Filho e Roland Davids fundaram a Empresa Elétrica de Londrina Sociedade Anônima (EELSA) e

começaram a planejar o fornecimento de energia elétrica para Londrina e a construir usinas hidrelétricas de pequeno porte.

Após as estradas, o transporte motorizado chega. Todas estas inovações, assim como o fornecimento de água, e estrada de ferro, passaram pela aprovação da CTNP. A estrada de ferro chega a Londrina em 1935, com objetivos claros,

A estratégia do planejamento inglês consistia na construção da ferrovia aliada à subdivisão de pequenos lotes rurais e a implantação de núcleos urbanos de apoio equidistantes uns aos outros, para abastecimento e prestação de serviços (BORTOLOTTI, 2007, p.61).

Londrina foi planejada para ser um destes núcleos que serviriam de apoio e ajudariam no desenvolvimento do comércio na região. A cidade foi pensada para ser um cartão postal, com uma estética bem apresentada, que serviria para chamar a atenção de brasileiros e estrangeiros que viriam conhecer a terra prometida nas propagandas da CTNP.

A narrativa quer trata da questão em Bianchini e Fontes (1987) já menciona um cenário grandioso, referindo-se ainda ao Patrimônio de Três Bocas. Assim como faz o livro da CMNT, as autoras constroem um texto poético:

No meio dos barulhos das serras, dos machados, das foices, além do grande estrondo que uma árvore secular fazia quando caía, ouvia-se ao longe o grito estridente da araponga, que espantada com tudo, buscava a mata próxima para abrigar-se. E, a cair da noite, quando pequeninas luzes de lamparina tremulavam nos ranchos, o silêncio envolvia tudo e só era quebrado pelo rugir distante da onça pintada e o piar das corujas, seguido pelo cantar incessante dos grilos, que atentavam que seus domínios, a floresta virgem, havia sido invadida (BIANCHINI, N. M; FONTES, E. A 1987. pg. 33).

Politicamente, em 1932, o Patrimônio deixa de ser “Três Bocas” e já é denominado de Londrina. Em 1934, constituía-se como Município, emancipado de Jataizinho. Surge então um problema: a disputa para prefeito, que ficou em torno de Carlos de Almeida, apoiado pela CTNP, e Joaquim Vicente de Castro, de Ponta Grossa, que contava com o apoio do interventor Manoel Ribas, por conta de questões relacionadas ao pagamento de impostos e pela importância da região. Joaquim de Castro foi nomeado pelo interventor, mas após descontentamento popular, após seis meses assume o cargo Rosalino Fernandes, vindo de Curitiba, até as eleições diretas.

Em 12 de setembro de 1935, em todas as cidades do Paraná, foram realizadas eleições para prefeito e vereadores. Willie Davids toma posse neste momento.



Figura 11: Posse do prefeito eleito Willie Davids e dos vereadores em 20 de janeiro de 1936

Fotografia: José Juliani

Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Entre as décadas de 1940 e 1950, 31 novos Municípios são acrescentados a divisão administrativa do Paraná. Desta forma, a configuração geográfica de Londrina e do Estado mudou muito nestas décadas. O Decreto-lei estadual nº 199, de 30 de dezembro de 1943, criou de uma só vez os municípios de Andirá, Apucarana, Assai, Rolândia, Colombo e Pitanga. Desses, Apucarana e Rolândia foram desmembrados de Londrina. A partir desse decreto, Apucarana passou a ser o maior município do norte do estado. E além da criação do Município, foi criada a Comarca de Apucarana, que contava com uma série de localidades, dentre elas Mandaguari. Distrito criado com a denominação de Mandaguari, pelo decreto-lei estadual nº 199, de 30- 12-1943, subordinado ao município de Apucarana. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Mandaguari figura no município Apucarana.

3.3 APUCARANA

Apucarana de destaca dentro das cidade do Norte novo, logo se faz necessário mencionar brevemente sua trajetória neste contexto.

Segundo Lopes e Braga (2014, p. 15), após a aquisição da ferrovia pela Companhia de Terras Norte do Paraná, seguiu-se o prolongamento da mesma através das estações Meirelles, Ingá, Bandeirantes, Santa Mariana, Cornélio Procópio, Congonhas, Frei Timóteo, Jataí, Londrina, Nova Dantzig e Rolândia.

Segundo os autores, “a penúltima estação inaugurada foi em Arapongas em 1941 e a última em Apucarana no dia 1 de novembro de 1942”.

Segundo Faria (2014), o desenvolvimento de Apucarana se deu graças à atuação de seus moradores e de imigrantes, pois a mesma não contava com grandes auxílios da CTNP, e Londrina. Segundo o a página da Prefeitura Municipal de Apucarana, o Interventor Manoel Ribas avisava por telegrama sobre a criação do Decreto de Lei nº 199, de 30 de dezembro de 1943, o estabelecimento da comarca de Apucarana. Sua instalação ocorreu em 19 de abril de 1944. Outro ponto que merece destaque no desenvolvimento de Apucarana foi o papel da ferrovia, que proporcionou desenvolvimento para pequenas cidades, dentre elas até mesmo para a região Maringá.

O nome que figura como desbravador do território de Apucarana é Benites Mesquita, que havia chego em 1934 na região. Assim como em Londrina, a presença de japoneses é marcante em Apucarana.



Figura 12: Caminhão carregado de perobas-rosa, na Praça Rui Barbosa, em 1943.

Fotografia: Autor desconhecido

Fonte: Museu Histórico de Apucarana

Segundo a obra organizada por Paulo César Boni (2009), não era a intenção da CTNP investir em Apucarana, pois era uma área limítrofe de territórios: parte pertencia à fazenda de Vicente de Castro. Sendo assim, tudo que fosse investido ali pertenceria ao fazendeiro.

O esforço pela criação do município começou dia 5 de maio de 1943, quando ocorreu, na sede do Grêmio Esportivo e Recreativo de Apucarana (GERA), a primeira reunião para discutir a emancipação do povoado. Manoel Ribas elevou o povoado à categoria de município em 30 de dezembro de 1943. O primeiro-tenente Luiz José dos Santos foi designado para ser o primeiro prefeito de Apucarana.

Mandaguari é elevada á categoria de município pela lei estadual nº 2, de 10-10-1947, desmembrado de Apucarana. Sede no atual distrito de Mandaguari (ex-povoado).

3.4 MANDAGUARI

O livro “Mandaguari, Sua História, Sua Gente”, de José Adalberto Firmino Silva (1982), constituiu-se como umas das principais obras sobre a cidade de Mandaguari. Escrita em 1982, ainda é referência para pesquisas em todas as bibliotecas públicas da cidade e na Faculdade (FAFIMAN). Com grande número de dados, esta trata da história da cidade desde a colonização e comercialização dos lotes, até os aspectos gerais da mesma, como trâmites políticos, vida social, educação e comércio. Importante destacar ainda que o autor utilizou-se em grande parte da obra do livro da CMNP como sua fonte.

Iniciaremos com a Missão Montagu, sendo relatada em Silva (1982) como a ligação do Brasil com a Inglaterra e o posterior convite de Arthur Bernardes para que uma missão inglesa viesse para o Brasil objetivando um estudo para reconstrução econômica do país e suas possibilidades de produção. O autor ainda destaca a importância da participação de Lord Lovat, Simon Frazer.

O relatório produzido por Lovat e enviado à Inglaterra não deixa dúvidas sobre a boa impressão causada e os interesses da Sudan Plantations nas terras de São Paulo e Paraná. A ideia inicial era de experimentar onde a cultura do algodão se desenvolveria melhor e a responsável por isto seria a já pensada Brasil Plantations Syndicate. É ainda importante mencionar a construção da linha ferroviária Ourinhos – Cambará.

Quando Lovat funda a Brasil Plantations Syndicate e envia Arthur Thomaz para o Brasil, Lovat também entrega a assessoria jurídica da empresa para os advogados João Domingues Sampaio e Antonio de Moraes Barros. Ocorre que Arthur Thomaz pensavam em formar uma companhia maior e com mais recursos, e desta forma, em 1925 foi fundada a Companhia de Terras Norte do Paraná. Conforme Silva, “estava criada a maior empresa do ramo de colonização do Brasil em uma área com as melhores terras do país” (1982).

São de suma importância as questões sobre a legitimidade das terras e os

acordos feitos com o Estado. É de destaque o apoio do governador do Paraná, Dr. Afonso de Camargo, à Cia. Após a resolução dos problemas de legitimidade, o próximo passo foi dar início à ocupação a partir de polos colonizadores de iniciativa da empresa. Segundo as fontes, os polos são: Patrimônio de Três Bocas, mais tarde, Londrina (como o ponto de partida); mudança do escritório para Mandaguari e depois para Maringá.

Para solucionar um de seus grandes problemas para a efetiva colonização, o transporte, a Cia. se interessa na compra da estrada de ferro SP/PR. Mas esta via de acesso é comprada em 1928 antes mesmo da investida de início da colonização. A princípio a mesma só chegava até Cambará, e se estenderia posteriormente, até que em 1934 os trilhos atingiram Londrina.

Com a Segunda Guerra Mundial, o governo inglês necessitou retomar todo o capital investido no exterior, e desta forma a CTNP é colocada à venda e negociada com um grupo brasileiro. Gastão de Mesquita Filho foi o primeiro interessado a buscar sócios para o negócio, em 1942. Este consegue o apoio de Gastão Vidigal, mas eles enfrentariam uma intervenção do Governo Federal, que condicionou sua anuência ao negócio desde que a Estrada de ferro SP/PR lhe fosse vendida por 88.000 contos de réis, quando o grupo já havia pago 128.000. Este fato fez com que muitos sócios desistissem do negócio, mas após a luta de Gastão Mesquita Filho e Gastão Vidigal, as ações ficaram distribuídas entres estes dois, Arthur Bernardes e os irmãos Soares Sampaio.

O trabalho de colonização prossegue com a estrada de ferro transferida para a União.

O desejo de estender as atividades a outros setores como fabricação de cimento e usinas hidrelétricas faz com que, em 1951, a Cia. se torne Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Em 1951 também ocorre a substituição de Arthur Thomas por Hermann Moraes de Barros.

A fundação de cidades continuava, estando a conta em 62:

1. Água Boa	2. Apucarana
3. Arapongas	4. Aricanduva
5. Astorga	6. Atalaia
7. Aquidaban	8. Barão de Luçena
9. Belém	10. Bonsucesso
11. Cambé	12. Camargo (DR)
13. Castelo Branco (Pres.)	14. Cedro
15. Cianorte	16. Cruzeiro do Sul
17. Florai	18. Guadiana
19. Heimtal	20. Igaritê
21. Iguatemi	22. Inajá
23. Indianópolis	24. Itacolomi
25. Ivaítinga	26. Jandaia do Sul
27. Japurá	28. Jussara
29. Lobato	30. Londrina
31. Lovat	32. Malu
33. Mandaguari	34. Marabá
35. Maringá	36. Maristela
37. Marialva	38. Marques dos Reis
39. Marumbi	40. Nova Esperança
41. Paissandu	42. Pirapó
43. Perobal	44. Rolândia
45. Sabáudia	46. São João do Caiuá
47. São Jorge	48. Stº Antonio do Caiua
49. S. Miguel do Cambui	50. São Manoel
51. São Lourenço	52. São Pedro
53. São Tomé	54. Sarandi
55. Sumaré	56. Terra Boa
57. Tunesiras d'Oeste	58. Uniflor
59. Umuarama	60. Valência
61. Vidigal	62. Warta.

Figura 13- Comunidades fundadas pela CTNP/CMNP
Fonte: Mandaguari, Sua História, Sua gente (1982).

Ao iniciar o processo de colonização, a Companhia instala o seu mais avançado posto em Lovat, segunda denominação do local, que se chamou Vila Vitória, Lovat e Mandaguari, posteriormente. A Companhia também instalou neste local o Escritório de Vendas, o Departamento de Topografia e o Almojarifado. Este Departamento de Topografia executaria vários projetos, dentre eles o da cidade de Maringá.

Em 1936, segundo Zélia Freire Alonso (2009), no local onde hoje é Mandaguari, vários lotes já haviam sido vendidos. O povoado foi inicialmente batizado de Vitória por conta de uma serraria montada em 1937 pelos irmãos Manoel e Antonio dos Santos, e que serviu de ponto central para a construção de um pequeno número de casas ao seu redor. Mas o Patrimônio é rebatizado pela Companhia Colonizadora, já em 1938, passando a se chamar Patrimônio Lovat, em clara homenagem a Lord Lovat, permanecendo com este nome até 1942. Segundo Nair Bianchini e Elizabeth Fontes, em 1937 a Companhia de Terras resolve fazer uma planta urbana do povoado Vitória. Esta fica pronta em 1938, aparecendo com o nome de Lovat. Na planta, os rios e ruas foram denominados com nomes de rios brasileiros e europeus, trocados por outros nomes mais adiante por sugestão de alguns vereadores.

Devido a grande prosperidade do Patrimônio de Lovat, a estrutura fiscal tributária implantada por Londrina também foi implantada em Lovat,

O fiscal geral Joaquim Rodriguez de Souza, designava Ernani Milo de Oliveira, que ficava encarregado para arrecadar e fiscalizar os impostos dos Patrimônios de Apucarana e Lovat. Também ficava encarregado da administração de Lovat (...) (BIANCHINI, N. M; FONTES, E. A 1987. pg. 35).

Como consequência da Guerra, segundo Zélia Freire Alonso (2009), o Governo Federal determina a mudança dos nomes das cidades que tivessem origem germânica para nomes brasileiros, devido sua solidarização com os aliados. Cambé, por exemplo, se chamava anteriormente Nova Dantzig. Mas, curiosamente, o nome Lovat também foi trocado, apesar de não ter origem germânica e sim britânica. A autora afirma que isto é decorrente da falta de conhecimento em línguas estrangeiras do responsável pelo serviço.

Segundo Silva (1982), o Decreto – Lei que altera o nome de Povoado Lovat para Vila Mandaguari não faz qualquer referência ao motivo das alterações do nome de 48 Distritos paranaenses, mas chega à conclusão da eliminação de nomes com origem Alemã, Italiana ou Japonesa, determinando assim nomes tipicamente brasileiros. Para Silva, o Diretório Regional de Geografia, responsável pelos anexos determinando as modificações, desconhecia o processo colonizador da Companhia de Terras Norte do Paraná, tendo como pessoa de suma importância Lord Lovat. Deve ser mencionado o Decreto-Lei nº 199, Art. 2º, § 1º, letra b, que cita a anexação de um Município a outro se a Prefeitura não apresentar o mapa do território municipal até 31 de dezembro de 1944. Também cita um vazio cartográfico paranaense. Apucarana tinha um ano para elaborar seu mapa. Logo, conclui-se que na elaboração dos anexos o Diretório Regional de Geografia se utilizou do mapa de Londrina, e neste mapa consta o Rio Mandaguari, sendo assim é claro que o Rio foi levado em contra na nova denominação, e não a abelha.

Em 30 de dezembro de 1943, por força do decreto do interventor Manoel Ribas, Apucarana foi convertida em município e novas demarcações de área foram feitas. Mandaguari, situada dentro destes limites, passou à condição de distrito de Apucarana, sendo definitivamente desmembrada do município de Londrina. No dia 12 de abril de 1944, Mandaguari foi elevada à condição de vila. Nesta data, contava com 14.528 habitantes (FREIRE ALONSO, 2009. p. 160).

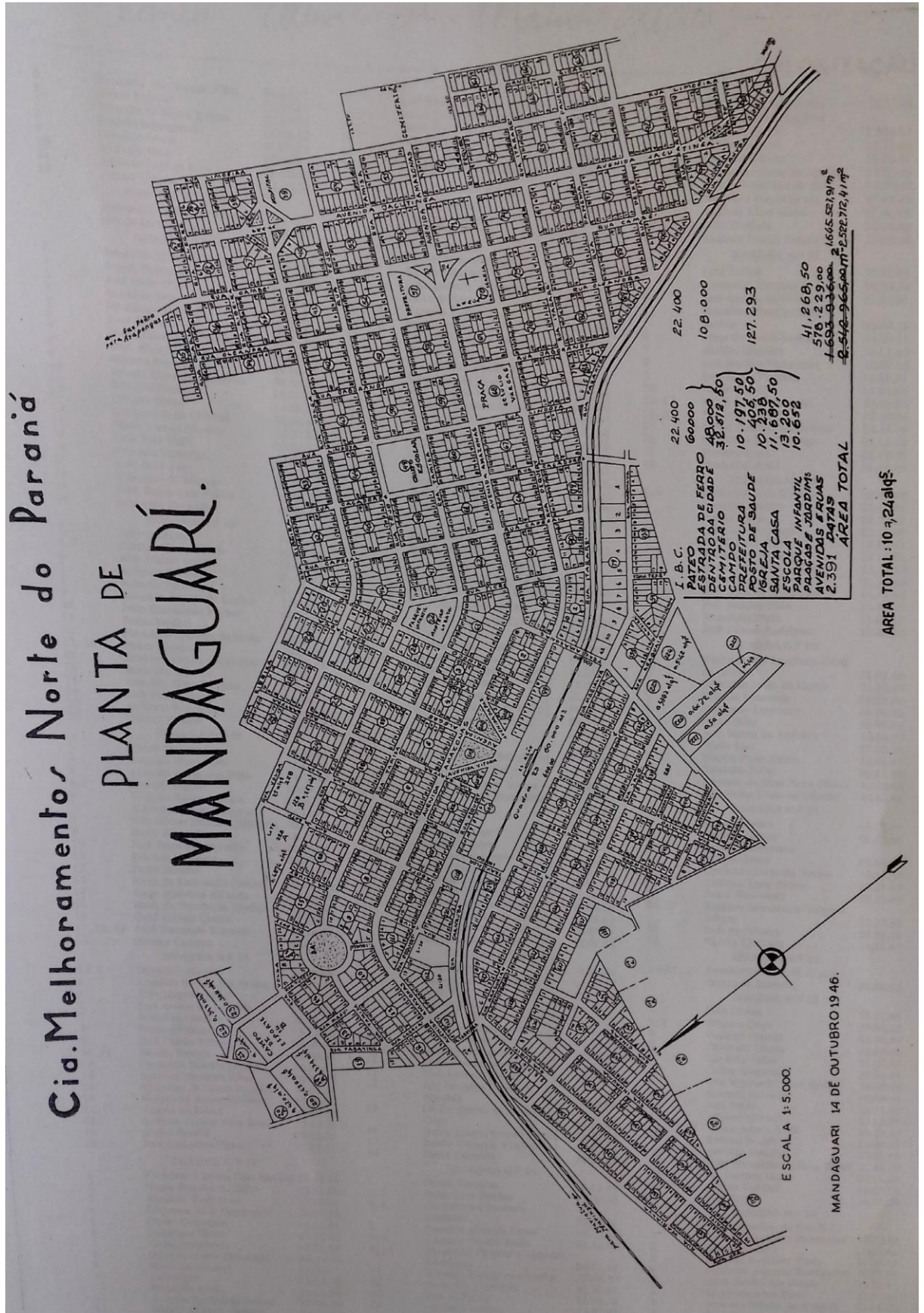


Figura 15 : Planta de Mandaguari
Fonte: Livro Mandaguari, Sua História Sua gente (1982)

O livro do Cinquentenário de Mandaguari destaca que, além do Distrito de Mandaguari, alguns patrimônios vinham se desenvolvendo, como Marialva, Maringá, Guaira, Capelinha e Paranaíba.

Em 7 de maio de 1942, outro fato que refirma a prosperidade de Mandaguari aparece na narrativa: doação de 15 alqueires paulistas da CTNP para construção de uma pista de pouso para aviões. Segundo Fontes e Bianchini, “Posteriormente foi construído um excelente edifício no aeroporto (...) já havendo a pista de pouso, graças ao trabalho dinâmico do Prefeito Municipal Décio Medeiros Pullin” (BIANCHINI, N. M; FONTES, E. A 1987. pg. 39).

Quando Mandaguari eleva-se a categoria de Vila, em 1944, este possuía 14.528 habitantes, segundo as autoras, o comércio e a agricultura da cidade estavam se desenvolvendo, ocorre a instalação de energia elétrica e um cartório. Em 1947 Mandaguari torna-se município, com uma extensão de 14.000 Km², tornando-se segundo maior do Paraná. Mas o crescente desenvolvimento demanda uma rápida organização administrativa.

Com o desenvolvimento da Vila Mandaguari, apresentando inclusive uma população numerosa, um comércio florescente e uma agricultura sólida, resolveu a Companhia de Terras Norte do Paraná, fornecer a luz elétrica, gerada por motores, montados em uma casa de força, na região periférica da vila na antiga rua Parahyba (...)

Tal melhoramento na ocasião, foi extraordinário, beneficiava Mandaguari em apenas um período, noturno, das 19 às 23 horas.

Dado o desenvolvimento que o Distrito apresentava, nesta época, foi instalado um cartório para registros civis, imóveis e tabelionato (BIANCHINI, N. M; FONTES, E. A 1987. pg. 51).

A comunicação e o transporte dentro do Município de Apucarana foram tornando-se cada vez mais visivelmente insuficientes, devido à extensão do Município com seus vários Patrimônios. A chegada de novos moradores de diversas regiões fez com que novos Municípios fossem criados no Norte do Estado em especial. Desta forma, o Município de Mandaguari é criado no dia 10 de outubro de 1947, através da Lei nº2, Publicada no Diário Oficial nº. 205 de 1 de Novembro de 1947, que dispunha sobre a divisão administrativa do Estado, na qual seu **Art. 2º**, eleva à categoria de Municípios alguns distritos. A Lei é assinada pelo interventor Manoel Ribas, segundo o Sistema Estadual de Legislação. Com uma área de aproximadamente 14.000km², abrigava os Distritos de Marialva, Maringá, Guaíra (Mandaguaçu), Capelinha (Nova Esperança) e Paranaíba.

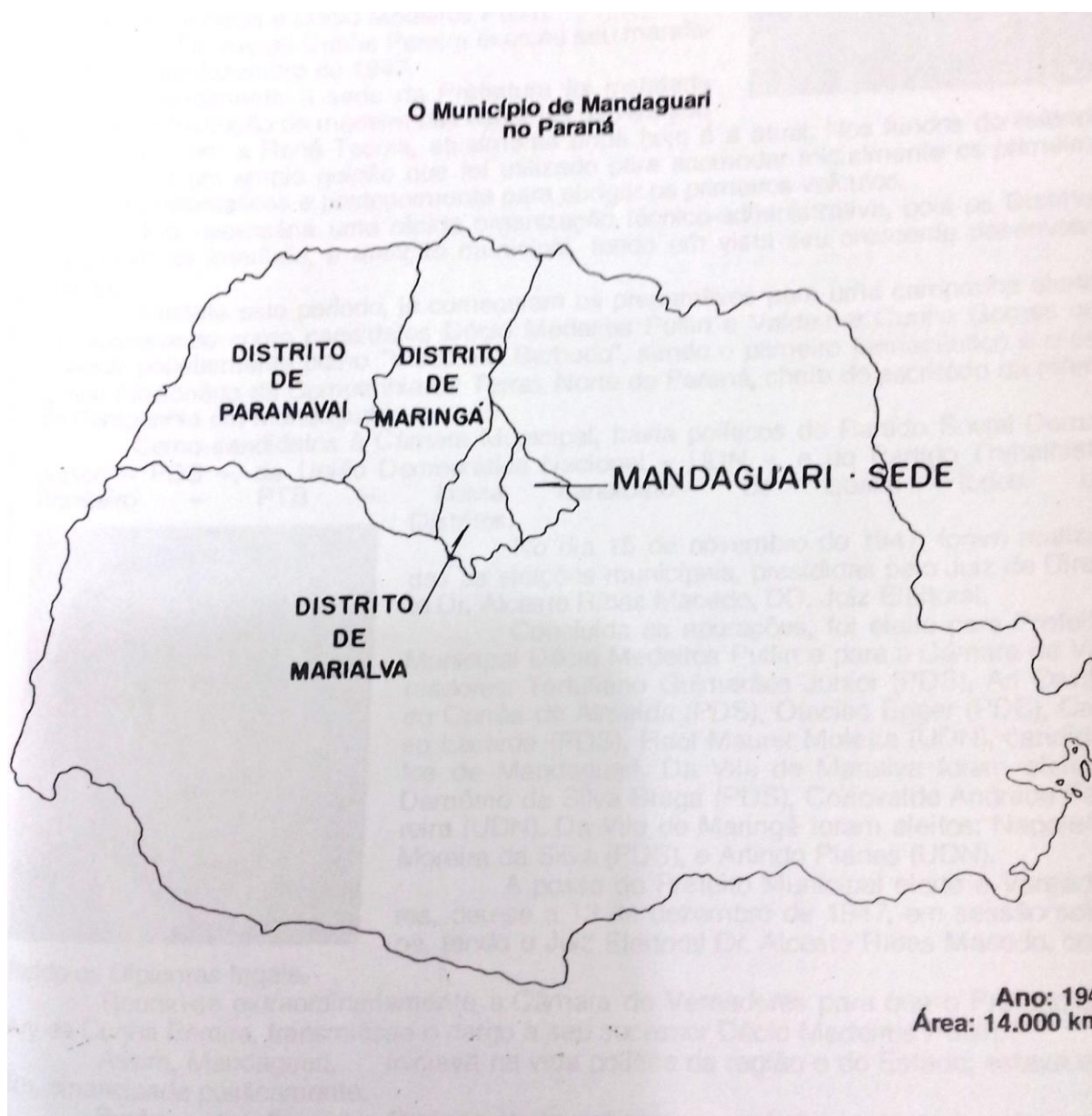


Figura 16 : O município de Mandaguari (1944).
Fonte: Livro Cinquentenário de Mandaguari (1937- 1987) (1987)

Em 18 de outubro de 1947, Dr. Ary da Cunha Pereira foi nomeado como Prefeito, iniciando-se os preparativos para a eleição. Dois candidatos se destacaram: Décio Medeiros Pullin e Valdemar Gomes da Cunha, o “Valdemar Barbudo”, funcionário da Companhia de Terras e chefe do escritório da Cia. na cidade. Décio venceu as eleições.

Porém o desafio que o Prefeito eleito enfrentava era árduo, pois, tudo estava por fazer e, ainda contribuía para aumentar o desafio a área extensa

do município, com Vilas em desenvolvimento vertiginoso e povoados que brotavam da noite para o dia, a exigir um trabalho dinâmico dos poderes executivo e legislativo.

Ainda havia mais um problema a ser revolido pela administração, o governo do Estado havia fixado a receita anual do novo município para 120 milhões de cruzeiros. Entretanto ante a expectativa geral, tal quantia foi superada de maneira extraordinária, pois em seu primeiro ano de emancipação política, o Município arrecadou cerca de 3 bilhões de cruzeiros (BIANCHINI, N. M; FONTES, E. A 1987. pg. 57).

Ainda, segundo Alonso:

Em menos de um ano, em agosto de 1948, o prefeito viu-se às voltas com um dos maiores problemas de sua administração: uma desavença com a Companhia de Terras Norte do Paraná, que não concordava com os impostos que passaram a ser cobrados pela prefeitura. O escritório da colonizadora, localizado em frente ao terreno que havia sido reservado para a praça central da cidade (onde hoje ficam localizados os edifícios Munhoz e Rissi), representava a maior construção de Mandaguari (Figura 7). Não só, mas também por isso, meses depois a CTNP transferiu seu escritório para Maringá (ALONSO, 2009, p. 162).

A autora ainda afirma:

A década de 50 foi de intensas transformações para Mandaguari. Por um lado, a cidade ganhou em termos de infraestrutura; por outro, perdeu a maior parte do território do município. No final de 1951 ocorreram novas eleições para a prefeitura e a câmara. O prefeito eleito foi Antonio Sinézio da Cruz. Ao tomar posse, em 10 de dezembro de 1951, o novo prefeito recebeu um município muito menor – em termos físicos –, uma cidade com infraestrutura, comércio e serviços instalados, e um déficit de 6,851 milhões de cruzeiros, o que comprometeu um pouco o início de sua administração (ALONSO, 2009, p. 163).

Com a emancipação dos novos municípios, a área territorial de Mandaguari caiu de 14.000 para apenas 345 km², ou seja, o município perdeu 97,54% de sua área (ALONSO, 2009, p. 164).

O trabalho das autoras destaca o dinamismo e as realizações da administração de Pullin, afirmando o crescimento e atratividade da região neste momento. Mas, logo após estes elogios, o grande litígio desta administração é colocado em pauta: um problema com a Companhia de Terras Norte do Paraná. Como já mencionado, a Companhia possuía um escritório na cidade, dirigido na época por Dr. Nivaldo Pereira Gandra. Nas palavras das autoras:

(...) a Companhia dirigiu um pedido ao Executivo Municipal, solicitando a isenção de impostos sobre as datas que a mesma possuía na sede urbana de Mandaguari.

O prefeito Décio Medeiros Pullin, dirigiu uma consulta ao Executivo de Apucarana, a fim, de saber como era tratado este assunto naquele

município. O prefeito municipal de Apucarana atendeu tal pedido respondendo o seguinte: 'Até o exercício de 1946 o critério adotado para os lançamentos da Companhia de Terras Norte do Paraná, era seguinte: na quadra que houvesse uma data vendida seria lançado só a frente desprezando-se as demais. No exercício de 1947, foi desprezado este critério em vista de não haver lei que beneficiasse a Companhia nesse sentido, passando a quadra que tivesse uma data vendida a ser lançada "in locum", menos Maringá por ser o primeiro ano que se lançava o imposto territorial naquela cidade'.

Diante dessa exposição de motivos, resolveu o prefeito Pullin enviar uma mensagem à Câmara de Vereadores, deixando a critério da mesma, a solução do problema. (BIANCHINI, N. M; FONTES, E. A 1987. pg. 58).

Segundo as autoras, a mensagem foi enviada no dia 10 de agosto de 1948 e possui a seguinte descrição:

Com o presidente venho inteirar Vv. Excias., da comunicação pessoal feita pelo Sr. Dr. Nivaldo Pereira Gandra, Diretor Técnico do Escritório da Companhia de Terras Norte do Paraná, sobre o critério adotado por esta Prefeitura no lançamento do Imposto Territorial Urbano nas datas de sua propriedade.

Julgando-o elevado, o representante da Companhia de Terras Norte do Paraná, alegou em síntese o seguinte: que a Companhia no ano passado, ao ser lançada no Imposto Territorial Urbano, só era lançada pela metade nas quadras onde uma de suas datas fosse vendida, ficando redimidas de impostos as demais datas dessa quadra.

Face a alegação, consultou este executivo a opinião a respeito, da Prefeitura de Apucarana, auscultando do seu serviço competente, qual critério seguido com respeito à grande contribuinte.

Em consideração a resposta daquela municipalidade, cujo teor Vv. Excias. Tomarão conhecimento, porque a mesma segue anexa à presente, este Executivo não julgou de bom alvitre atender à reclamante, porém deixa o julgamento ao critério idôneo desse egrégio Órgão.

O critério seguido, neste exercício, a respeito do lançamento do Imposto Territorial Urbano, baseia-se no disposto na Lei municipal nº 6 que estabelece uma base de 6% (seis por cento) sobre o valor venal dos terrenos.

Não obstante, esta Prefeitura, considerando os grandes serviços prestados pela Companhia de Terras Norte do Paraná, no setentrão deste Estado, contribuindo grandemente para sua colonização, o dinamismo de seu progresso, facilidade de escoamento de suas riquezas com a construção de excelentes estradas, desenvolvimento cultural das gentes que habitavam e habitam esta região, com a difusão do ensino por sua própria conta, mantendo professores e construindo escolas; considerando enfim a multiplicidade de formas de métodos utilizados pela Companhia para converter os sertões bravios do hinterland desta região em zonas cultiváveis, habitáveis, até confortáveis, em alguns casos em centros urbanos; considerando por último que sobre tão grande e poderosa companhia também coerentemente, pensam grandes ônus, este Executivo, não obstante a determinação em Lei municipal, BAIXOU o lançamento do Imposto Territorial Urbano de 6% (seis por cento) para 3% (três por cento) base essa usada para terrenos limpos e roçados, e sobre o valor venal.

Essa concessão especial, Excias., foi devida às grandes contribuições da Companhia de Terras Norte do Paraná, no passado e no presente, para o PROGRESSO, para a COLONIZAÇÃO, para escoamento das riquezas agrícolas desta região privilegiada pela natureza!

Supondo que Vv. Excias. Vão concordar plenamente com este Executivo

com relação a sua iniciativa de assim ter procedido com a ilustre Companhia de Terras Norte do Paraná, que é também um dos orgulhos do expoente colonizador brasileiro e um raro e nobre exemplo que incitará grandes capacidades financeiras na exploração de relevantes iniciativas do no solo pátrio!

Nos lançamentos efetuados sobre o vasto patrimônio da Companhia de Terras Norte do Paraná, foi pois julga este Executivo seguindo um critério de justiça, que esta administração acompanhou de perto, justiça essa em deferência ao mérito da contribuinte e acompanhada de uma redução de cinquenta por cento como apanágio, como privilégio especial, que somente o espírito de leis sábias e especiais concede às grandes empresas que trazem bem à comunidade.

Em resumo, Excias., por parte deste Executivo não houve motivo para quaisquer reclamações. Não obstante reitero o que já foi dito, deixando ao inteiro critério de Vv. Excias. O aprimorado estudo da questão (BIANCHINI, N. M; FONTES, E. A 1987. pg. 59-60).

Apesar da crença descrita acima sobre a decisão do legislativo, o mesmo vai contra o executivo, negando sua proposta. Os seguintes vereadores votaram contra a proposta de concessão de privilégios tributários à Companhia: Raul Moletta, Napoleão Moreira da Silva, Wilson Varella e Arlindo Planas. As autoras destacam neste momento que os vereadores acima citados não eram residentes de Mandaguari, e este poderia ser um dos motivos para a negação dos privilégios, com a intenção de dificultar o progresso da cidade, ou seja, a ideia de uma espécie de complô. Após a recusa da Câmara, a Companhia teria começado a pensar em retirar-se de Mandaguari, e em 1950 transferiu-se para Maringá.

Muitos Mandaguarienses costumam afirmar que foi a atitude do Prefeito Pullin, que fez com que a Companhia saísse de Mandaguari, o que logicamente prejudicou o Município, porém cumpre ressaltar historicamente que o Prefeito fez o que estava ao seu alcance para satisfazer as solicitações da Companhia, como atesta sua mensagem ao Poder Legislativo. Mas não o conseguiu, impedido que foi pelos vereadores, principalmente por aqueles que não residiam em nossa cidade (...) Realmente a saída do escritório da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná prejudicou o desenvolvimento do Município de Mandaguari (...) (BIANCHINI, N. M; FONTES, E. A 1987. pg. 58).

No decorrer da obra são feitos vários elogios à administração de Pullin, tendo como resultado o progresso do Município. A próxima administração, de Antonio Sinézio da Cruz (1951 – 1953), herdará muitas realizações, mas também um déficit de 6 milhões e 851 cruzeiros.

É nesta administração que se iniciam as movimentações para desmembramento territorial de Mandaguari. Por conta do tamanho do município e do crescimento de seus distritos, o governo do Estado começa a se preocupar. Os

próprios distritos manifestavam intenções de emancipação por conta de seu progresso.

Em 14 de novembro de 1951 foi promulgada a Lei 790 pelo Governo do Estado, que desmembrava definitivamente o Município de Mandaguari – sede- 16.153 habitantes; os Distritos: Marialva com 21.396; Maringá 38.588 e Paranavaí 25.520 habitantes (BIANCHINI, N. M; FONTES, E. A 1987. P. 66).

A Câmara tinha esperanças de que o Prefeito fizesse algo para inverter o quadro estabelecido pela Lei 790, ou pelo menos tornasse a situação menos prejudicial para Mandaguari. Quando das eleições para os novos Prefeitos dos Distritos, em 1952, houve boatos de que o Prefeito entraria com mandado de segurança contra o Tribunal Eleitoral, mas o boato foi desmentido pelo Presidente da Câmara, quando afirmou que em conversa pessoal com Antonio Sinézio da Cruz, o Prefeito manifestou sua negação com relação ao mandado. Além disto, teria afirmado sua neutralidade com relação aos novos Municípios, pois não gostaria de desagradar os novos contatos.

Não conformada, a Câmara faz um memorial com a assinatura dos vereadores para pedir uma divisão mais igualitária ao governo do Estado ou ainda a consulta da população dos vários distritos. Mas este memorial desapareceu sem chegar ao seu destino. As autoras destacam uma complicada situação política no momento: Vereador Geraldo Barbosa do Carmo conseguiu um voto de censura contra o Dr. Francisco de Matos Nogueira que tentava reivindicar um desmembramento mais justo para Mandaguari. Mas, anteriormente, todos haviam assinado o memorial. Nove vereadores votaram a favor do voto de censura e quatro ficaram do lado de Francisco. Após o fato, consuma-se o desmembramento.

A Afirmação de que por não querer arriscar seu prestígio político com os eleitores o prefeito não tenta impedir o desmembramento é clara na obra. Apesar de ter a consciência de que o desmembramento iria ocorrer cedo ou tarde por conta de uma complexidade de fatores como o tamanho e a receita fiscal, afirma-se que os políticos poderiam ter feito algo para que a perda não fosse tão grande para Mandaguari.

A administração de Antonio Sinézio da Cruz também é marcada pelas dificuldades financeiras. Existia uma pressão da Câmara para prestações de contas e houve a recusa do Prefeito neste sentido, e quando a prestação finalmente é feita,

ela possui divergências. A Câmara não aprova as contas do Executivo e encaminha ao Promotor um pedido para instauração de ação penal contra o prefeito. Devido à inquietude causada por este contexto, o prefeito renuncia, e o processo penal é arquivado.

O fato narrado acima aparece da mesma forma em uma série de bibliografias que trabalham a história da cidade. Silva (1982) afirma que, visando a colonização da cidade de Maringá, a Companhia Melhoramentos transfere para Maringá a base de sua infraestrutura, antes sediada em Mandaguari. Ainda afirma que este fato significou um grande golpe para Mandaguari, pois centenas de pessoas teriam acompanhado a Companhia, fazendo com que o movimento comercial da cidade ficasse comprometido. Para o autor o fato tornou-se político, responsabilizando o prefeito Décio Medeiros Pullin, mas na realidade, analisando no histórico de desenvolvimento da região, a “culpa” pela retirada do Escritório de Companhia deveu-se ao progresso de Maringá.

O texto de Gustavo Nunes Mourão, “A trajetória do desenvolvimento econômico de Mandaguari – PR: Uma interpretação a partir das teorias de North, Perroux e Myrdal” (2011), que busca estabelecer as causas do processo de desenvolvimento no espaço econômico, afirma que após a elevação a categoria de município, a crescente arrecadação permite ao mesmo uma grande prosperidade. Em outras palavras, quanto mais a população crescia, maior arrecadação de impostos, melhoras na infraestrutura, mais empregos e aumento da mão de obra e maior desenvolvimento.

O mesmo autor afirma que por desentendimentos de razão política entre a prefeitura e a Cia. De Terras, o escritório da mesma muda-se para Maringá e neste mesmo ano Mandaguari perde maior parte de seu território, enquanto Maringá torna-se o 5º mais populoso do estado.

Os efeitos dessa rápida expansão foram sendo irradiados dos centros (e Mandaguari foi um desses centros) (...) A grande influência exercida pela CTNP também é bastante evidente na questão da infraestrutura presente logo no início da ocupação, mas também para a conformação de Mandaguari às dimensões atuais, não só em relação aos limites geográficos (...) mas também economicamente, devido à mudança da sede desta para Maringá (MOURÃO, G. N, 2011, p. 49).

Da mesma forma ocorre com “Colonização e formação econômica do

Município de Mandaguari” (2006), de Sérgio Fajardo:

A importância da Companhia Melhoramentos para o município de Mandaguari pode ser compreendida pelo fato da mesma ter mantido neste, desde a década de 1930 toda a base de sua infraestrutura. Lovat, antiga denominação de Mandaguari, que foi fundado em 1937, teve iniciada sua ocupação por volta de 1935, ano em que foram vendidos os primeiros lotes. Já nessa época a então Companhia de Terras Norte do Paraná tem instalado ali seu posto mais avançado.

(...)

Um fato curioso é que em 1950 era o segundo do Paraná em população como lembra Fontes (1987, p.14), o Censo realizado em 1950 constatou que “Mandaguari era 2º município mais populoso do Estado, perdendo apenas para Curitiba. Isto, porém, pode ser explicado pelo fato de Mandaguari possuir inúmeros distritos populosos como Maringá, Marialva, Mandaguaçu, Nova Esperança e Paranaíba. Possuía na ocasião cerca de 101.657 habitantes sem uma área de 14.000 Km². A sede de Mandaguari possuía 16.153 habitantes”.

(...)

A transferência da base da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná – CMNP - para Maringá, na década de 1950, representou um duro golpe para Mandaguari. “O movimento comercial caiu abruptamente, centenas de pessoas deixaram a cidade seguindo a companhia”. (SILVA, 1982, p.4). Após o desmembramento de todos os seus distritos, em 1957 Mandaguari tinha uma população de 21 mil habitantes (FONTES, 1987, p.14). (FAJARDO, 2006, p. 4-5-6).

E, por fim, é reafirmado na matéria comemorativa dos 60 anos da cidade de Mandaguari, de título *A Saga dos Pioneiros – Eles dizem que erros políticos atrapalham o desenvolvimento de Mandaguari*.

A reportagem especial segue a linha de elogios aos pioneiros, que vieram em busca do tão prometido “Eldorado”, contemplando suas dificuldades e sua força de vontade. Um dos pioneiros entrevistados, Aleixo Leão de Oliveira, com 91 anos na época, rememora os acontecimentos políticos, afirmando que havia falta de entrosamento e ação política na cidade. Em suas palavras, “os erros começaram cedo. O primeiro prefeito, Décio Medeiros Pullin, criou atritos com a Companhia de Terras porque quis cobrar imposto (...) e até de pés de café”. O depoimento de outros pioneiros corroboram a visão de Aleixo. Alfredo Rodrigues Brianez, 77 anos, conta: “A Companhia foi embora para Maringá e nós perdemos a oportunidade de crescer e se desenvolver”. Jerônimo Martinez filho, 74, afirma: “Perdemos para outras cidades. Apucarana e Arapongas, por exemplo, cresceram mais do que nós”.

O problema narrado será discutido mais detalhadamente em um momento posterior deste trabalho, bem como seus desdobramentos.

Com relação ao projeto da cidade, Mandaguari se enquadra dentro do que

conhecemos como cidades projetadas, ou seja, atendem a um objetivo e a certas intenções. Traçada pelos britânicos, a cidade segue um projeto da CTNP, após CMNP. Desta forma, o projeto inicial planejado pela CTNP sofre modificações.

Quando nos referimos a cidades projetadas, temos em mente que a Companhia demarcou sua propriedade, fez levantamento topográfico e das bacias hidrográficas, após somente que se inicia o parcelamento do solo, segundo Bortolotti (2007). O projeto das estradas de rodagem e da estrada de ferro foi o último passo para este planejamento. A figura a seguir demonstra como as cidades em destaque (Mandaguari, Jandaia do Sul e Apucarana) ficam despostas conforme as estradas:

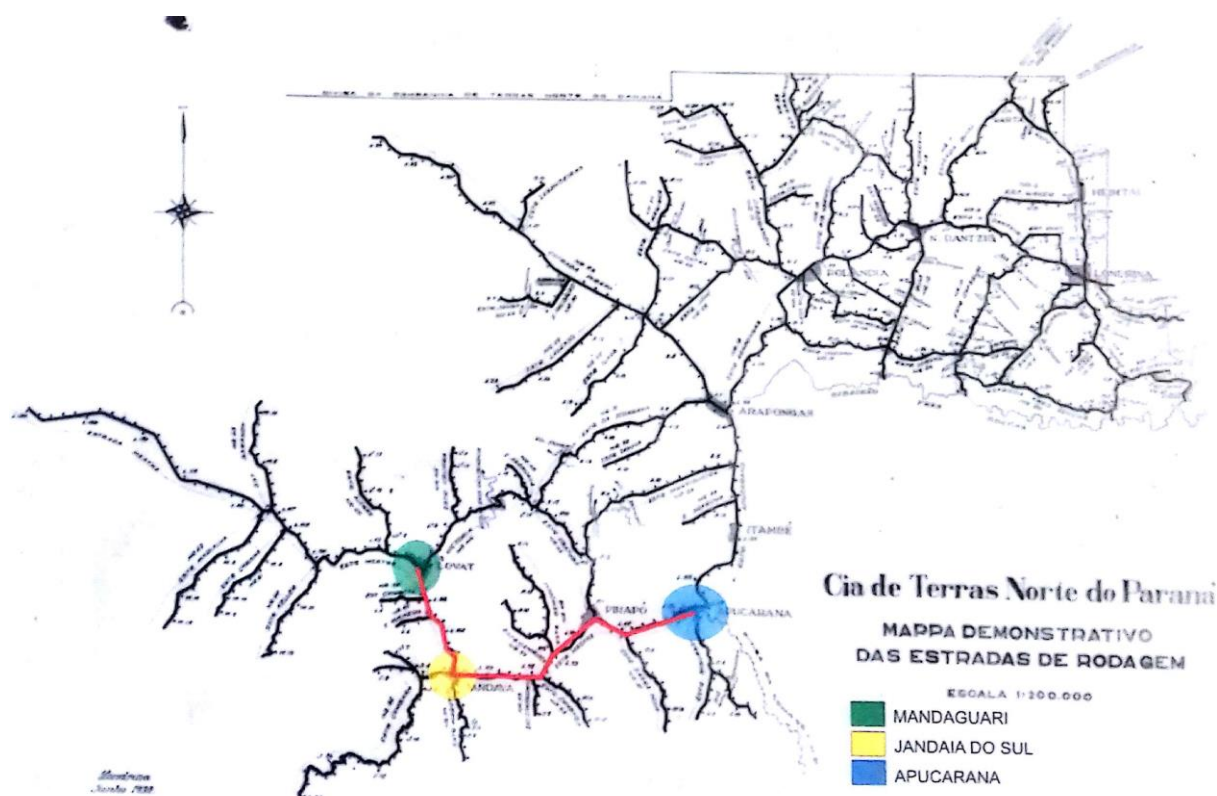


Figura 17 - Esquema do planejamento das estradas de rodagem organizado pela Companhia, o qual sistematiza a implantação da rede de cidades.

Fonte: Universidade Estadual de Londrina – Museu Histórico (1938)
Adaptado por Bortolotto (2010)

Segundo Iara Schneider Bortolotto (2010) a cidade de Mandaguari tem uma posição privilegiada na rede rodoviária regional, partindo do princípio da conectividade entre as cidades. A forma como os assentamentos urbanos foram sistematizados nos mostra o pensamento de uma sequência de cidades ligadas ao plano rodoferroviário.

Observando-se o mapa do parcelamento do solo da Companhia de Terras, as

idades eram posicionadas uma na sequência da outra com distanciamento equivalente entre elas. Também se observa a forma regular como as mesmas estavam dispostas.

Rego (2009) se refere a estas cidades como cidades *ex-novo*, isso quer dizer, cidade cujo desenho era traçado enquanto a mata era desbravada, ou seja, cidade que surgia do ponto zero. O que permitiu que além de serem pensadas como redes de cidades, eram pensadas como cidades “ideais” (BORTOLOTTI, 2010. p. 32).

Mandaguari, para Bortolotto (2010), possui um diferencial: adaptação do projeto ao terreno, possibilitando assim um desenho inconfundível e uma identidade. Os dois momentos de planejamento da cidade de Mandaguari, de 1938 e de 1946, podem ser observados na figura a seguir:

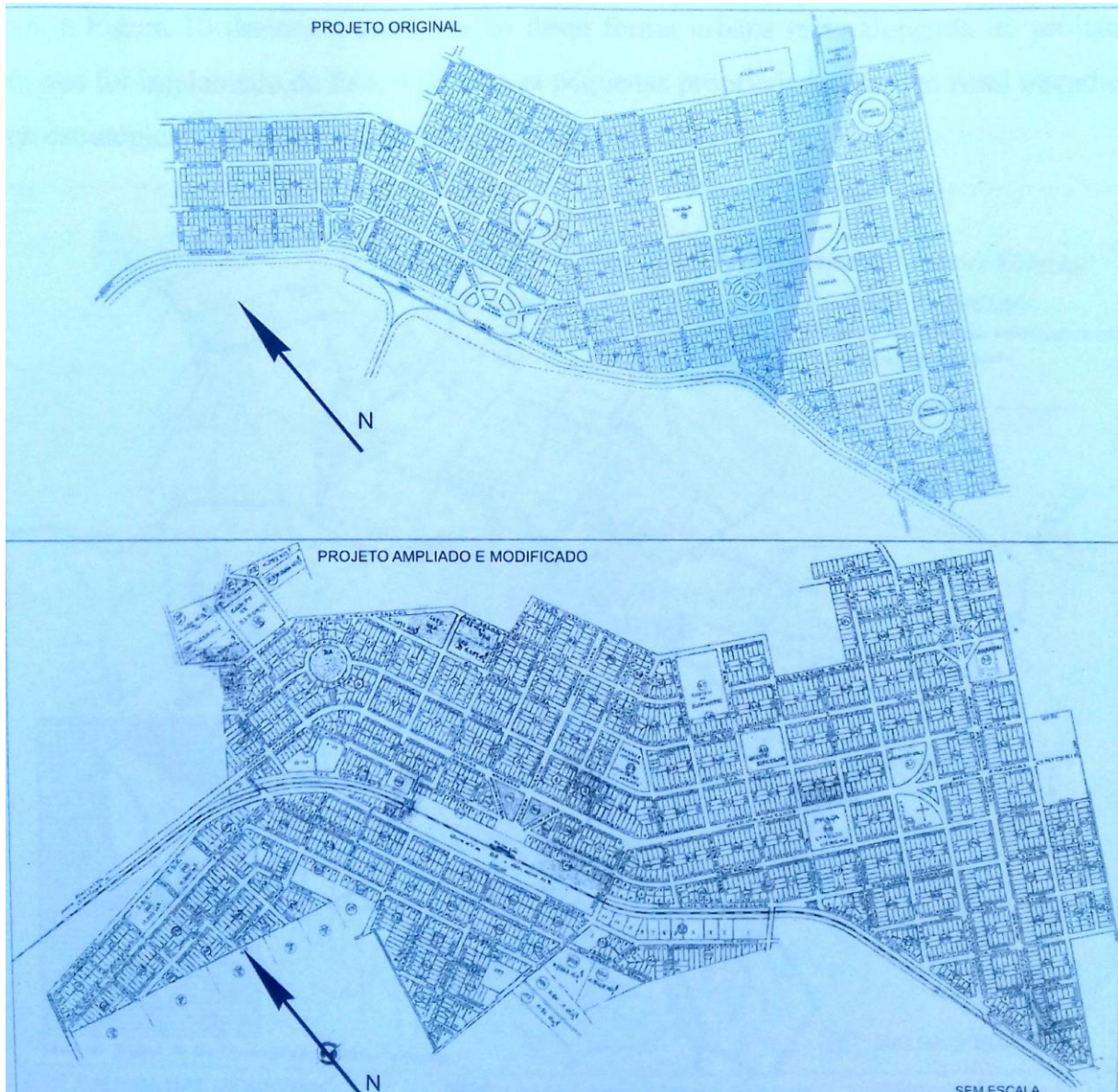


Figura 18 – Projeto original de Lovat, de 1938, acima. Projeto de Mandaguari, de 1946, abaixo.

Fonte: CMNP (s.d), Adaptado por Bortolotto (2010)

Observam-se então as ampliações e modificações que ocorrem na forma urbana do projeto. Bortolotto (2010) destaca que, após a implantação do projeto de 1946, com a malha urbana acomodada ao terreno, as modificações concluídas e com a expansão da malha urbana para o território mais plano, a forma regular inicial parece de se perder:

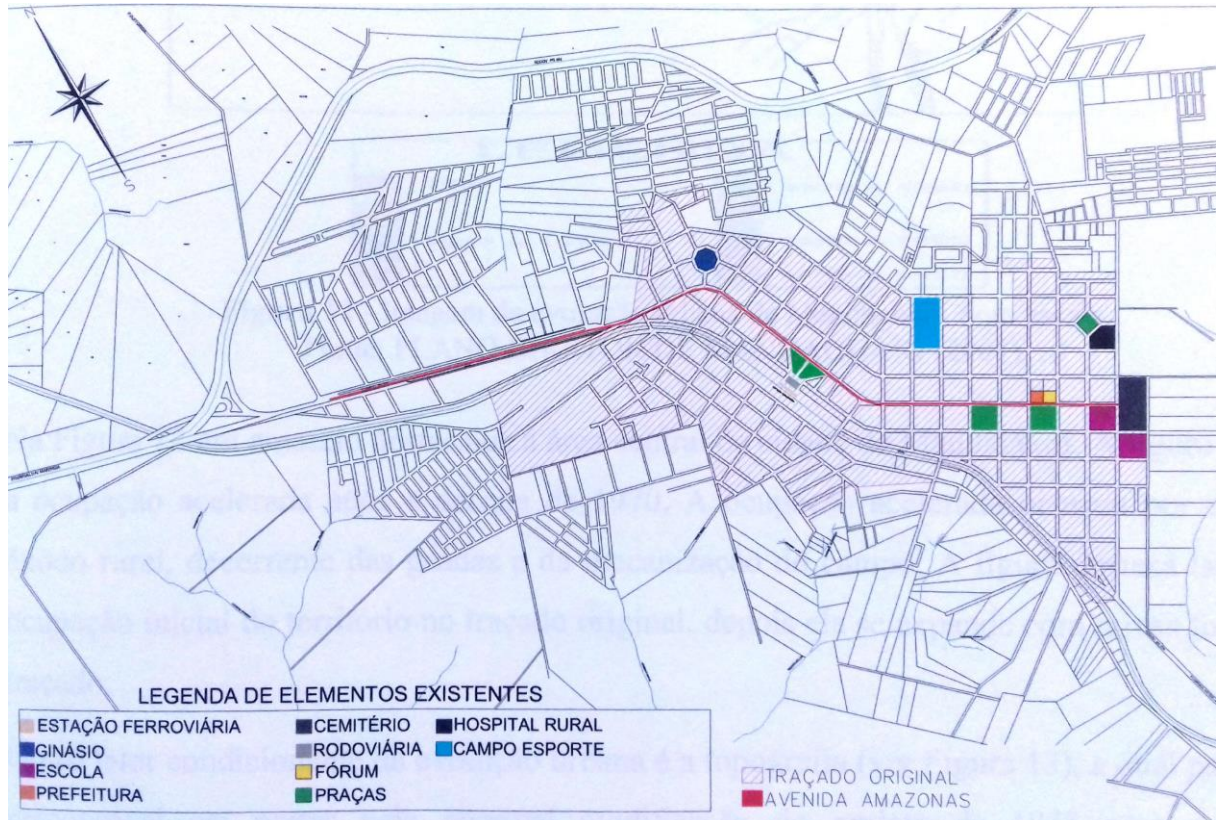


Figura 19 - Croqui do traçado urbano de Mandaguari atual. Sem escala.
 Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI (2008)
 Adaptado por Bortolotto (2010)

O perímetro destacado corresponde ao projeto de 1946, o que não está em destaque indica a expansão, através de um alongamento. Desta forma, segundo a autora, a cidade planejada sofreu um crescimento demográfico acelerado, e se adaptou, perdendo características do projeto original. Como forma de demonstrar a evolução urbana acelerada, Iara Schneider Bortolotto inclui uma imagem que destaca o crescimento e a modificação do traçado urbano mandaguariense:

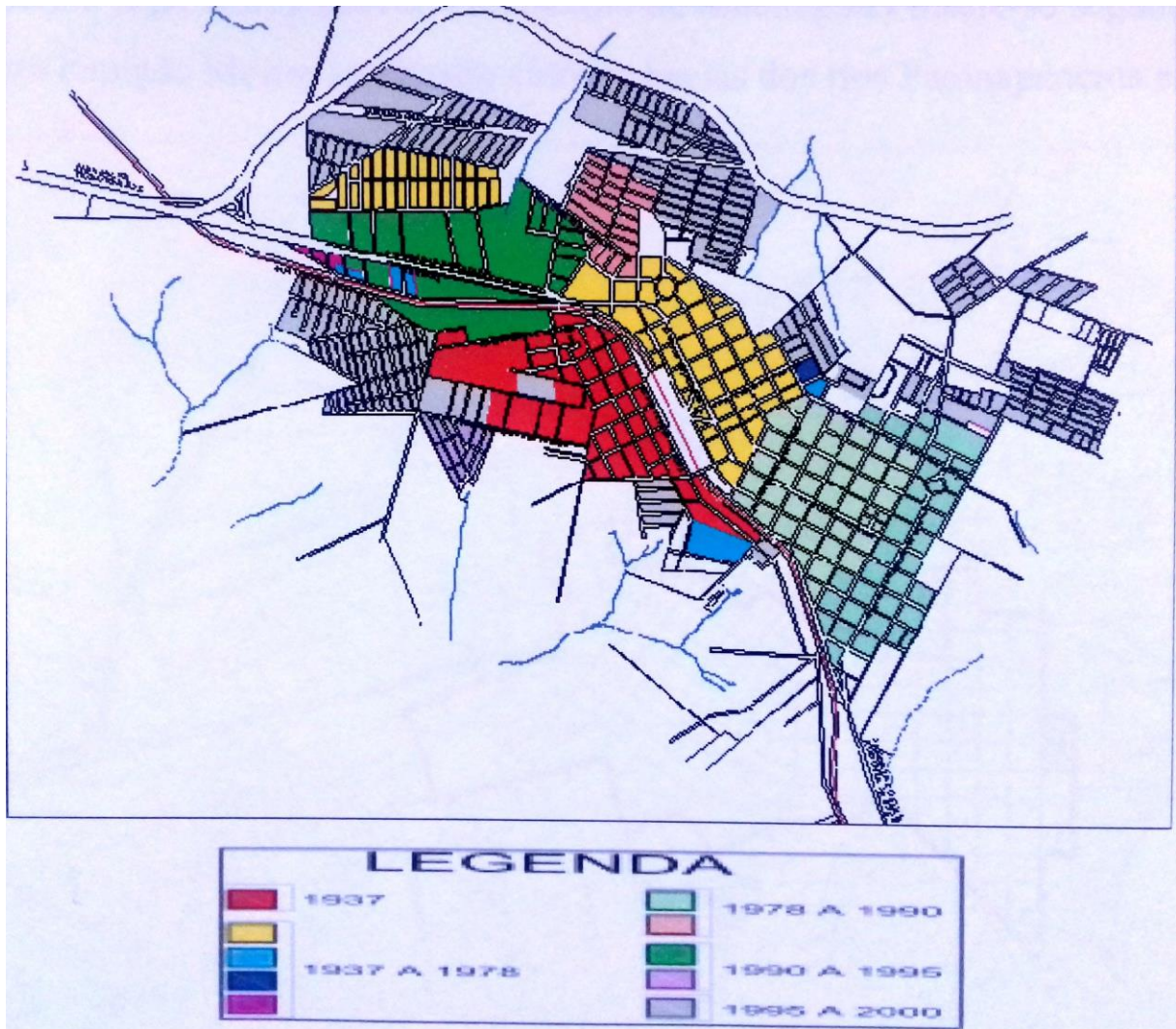


Figura 20- Imagem da Evolução Urbana de Mandaguari. Sem escala.
 Fonte: PLANO DIRETOR DE MANDAGUARI (2008)
 Adaptado por Bortolotto (2010).

Podemos observar a ocupação inicial se expandindo com novos traçados, e uma ocupação acelerada após a década de 1970, que corresponde ao êxodo rural. A autora também destaca a topografia como causa da modificação do traçado original.

A rigor, a simetria formal desapareceu justamente quando a topografia a impediu de se manifestar, como no caso do traçado de Mandaguari e Apucarana, por exemplo. De fato, a regularidade e a simetria formais foram atenuadas no desenho de Mandaguari, originalmente batizada de Lovat. Condicionada pelas vertentes do terreno, essa forma urbana acompanhou o desenho serpenteante previsto para a via férrea e desenvolveu-se ao longo dele. Com efeito, o *layout* alongado decorreu do ajuste as condições topográficas mais favoráveis para que a via principal que parte da estação e leva ao centro da cidade mantivesse a mesma cota, como é de praxe no padrão dessas cidades. Desse modo, a cidade ganhou um desenho mais orgânico, menos rígido que aqueles apresentados até aqui. Contudo ela ainda manteve as características que constituíram o padrão dos projetos urbanos da Companhia (REGO, 2009, p. 131).

3.5 DISTRITOS – MARINGÁ

Quando o município de Mandaguari é fundado constitui-se como o segundo maior do Paraná, contando com os distritos de Marialva, Maringá, Guaíra, Capelinha e Paranaíba. No entanto, a partir da Lei 790/51, os distritos foram emancipados e tornaram-se novos municípios: Marialva, Maringá, Nova Esperança e Paranaíba, sendo que um destes, Maringá, iria se tornar um polo regional. Por este motivo, optamos por tratar mais detalhadamente sobre Maringá.

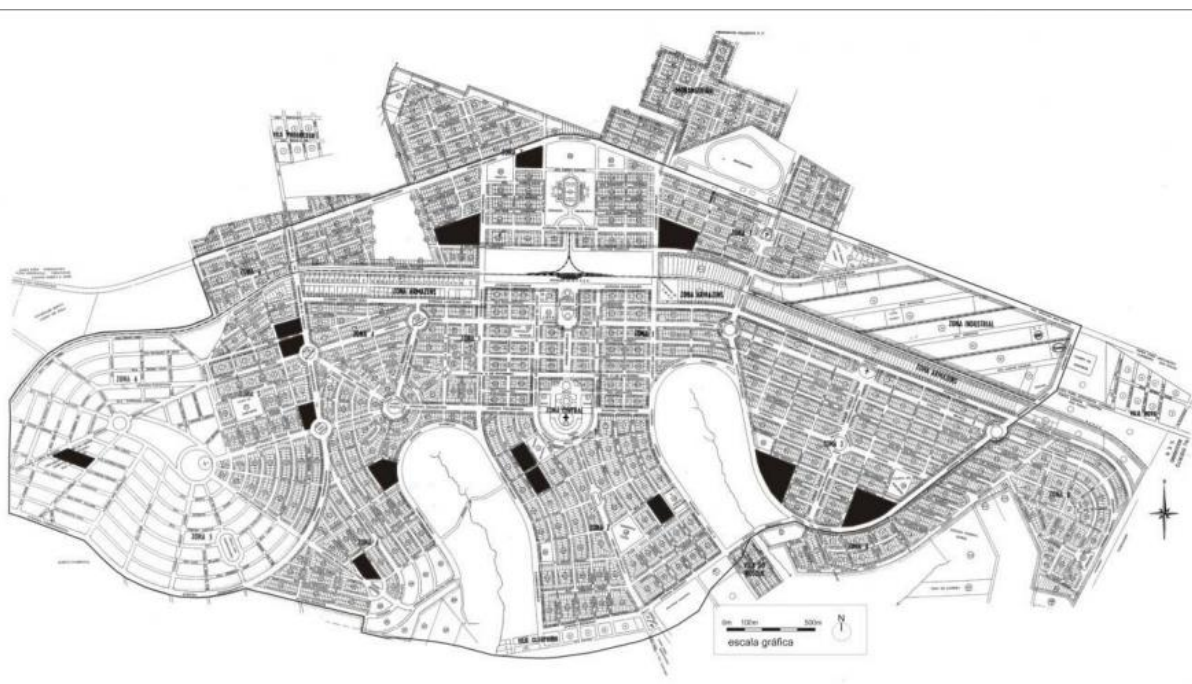


Figura 21: Estabelecimentos educacionais propostos por Jorge de Macedo Vieira, denominados instituto profissional (2 unidades), escolas (4 unidades), parques infantis (2 unidades), escolas e parques infantis (2 unidades), colégios (2 unidades), internato de meninas (1 unidade), internato de meninos (1 unidade). Fonte: elaborado pela autora a partir do plano de Jorge de Macedo Vieira. Mapa base: planta de Maringá elaborada por Paulo Novaes Silveira, em 1957, a partir do original da CMNP. Fonte: Acervo Biblioteca Central da UEM.

Uma privilegiada situação geográfica fez de Maringá um dos principais núcleos urbanos fundados pela Companhia Melhoramentos. Desde 1938, lotes já eram vendidos na circunscrição de Maringá. Segundo France Luz,

Mas a empresa colonizadora reservava na zona central de sua extensa gleba, um local privilegiado para o estabelecimento de uma cidade que polarizaria a parte mais ocidental de suas terras, dividindo com Londrina a liderança regional; serviria, dessa forma, como centro propulsor de progresso para uma vasta e promissora área agrícola (LUZ in DIAS; GONÇALVES, 1999, p. 124).

Segundo Fabíola Cordovil, em sua Tese de Doutorado intitulada “A Aventura Planejada: engenharia e urbanismo na construção de Maringá, 1947 a 1982”, (2010), o plano inicial da cidade de Maringá trata de 1947, tendo como engenheiro responsável Jorge de Macedo Vieira. No entanto, este foi modificado devido a demandas como desenvolvimento urbano e adensamento populacional, para então atender aos interesses da empresa colonizadora.

Em sua criação, Maringá apresentou aspectos particulares que devem ser evidenciados desde já, para que tenhamos a dimensão de sua análise. Ao fazer parte de uma rede regional empreendida e estabelecida por uma empresa privada, a cidade incorporou-se como polo, juntamente com outras, e teve seu traçado elaborado por um engenheiro que o concebeu com evidentes ressonâncias com os modelos urbanísticos europeus e estadunidenses (CORDOVIL, 2010, p. 17).

O projeto da cidade de Maringá foi um dos mais famosos de Jorge Macedo Vieira. Este traçou o centro da cidade com ruas largas e alguns bairros periféricos, com reservas de projeto dos mananciais de água e reservou grandes áreas de mata no centro da cidade.

A lei que cria o Município é de autoria do deputado Rivadávia Vargas. Maringá possuía uma extensão de 999 Km², possuindo alguns distritos que só serão emancipados em 1960. Segundo Antenor Sanches (2002), a justificativa de Rivadávia enaltece as características de Maringá relacionadas ao seu projeto, sua representação para o Estado e tudo que sua estrutura abrigaria. Segundo o autor, o deputado, à época, afirmara: “Maringá é um autêntico milagre no cenário paranaense, fazendo jus aos foros de Município, capaz de dirigir os seus destinos, em busca do seu grande porvir”.

O período compreendido entre 1950 e 1960 foi o de maior crescimento para a cidade. Segundo os dados do IBGE, em 1950, a população urbana de Maringá era de 7.270 habitantes e a rural de 31.318. Já em 1960, a população urbana aumentou para 47.592 habitantes e a rural para 56.539. Este período corresponde ao período tratado nas narrativas sobre a cidade de Mandaguari em que teria ocorrido “o grande golpe”, quando a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, visando a colonização de Maringá, transfere para esta a base da infraestrutura que pertencia a Mandaguari.



Figura 22: Escritório da CTNP em Maringá
Fonte: Blog “Maringá Histórica” (2011)
Adaptado por Cunha (2017)

No início da década de 1960, houve o maior crescimento ao norte do plano. Nas décadas de 1960 a 1970 a população dobrou, e em 1968 formulou-se o primeiro plano diretor de Maringá. A população continuou aumentando no intervalo de 1970 a 1980 e as expansões territoriais intensificaram-se, segundo Cordovil (2010). Ocorre que o período entre 1947 e 1982 foi um período de grandes transformações no território brasileiro, e no que se refere ao Paraná, este participa da inversão campo/cidade nas décadas de 60 e 70.

Não podemos deixar de mencionar o papel da empresa colonizadora e suas intenções, pois Maringá está de acordo com o plano de colonização dirigida e modernização de área agrícola. O primeiro núcleo urbano em Maringá foi a região posteriormente conhecida como “Maringá Velho”, de caráter provisório, ou seja, foi criado em 1942 somente para dar suporte à nova cidade planejada que viria a surgir, o que proporciona para Maringá uma estruturação adequada.

A estrada de ferro passaria pela região em direção à Guaíra, e este fato foi decisivo para o traçado definitivo da cidade. Enquanto a Cia. esperava esta definição, estabeleceu um pequeno povoado, o conhecido “Maringá Velho”, com um

traçado que permitiria a expansão da cidade. O estímulo à vinda de pessoas para este núcleo já era estimulado pela CMNT.

Após a demarcação definitiva da estrada de ferro, os estudos e levantamentos de topografia para o planejamento urbano de Maringá se iniciam. A pedra fundamental da cidade foi oficialmente lançada no dia 10 de maio de 1947, data que comemora-se a fundação de Maringá.

Ocorre que em 1947 também foi criado o Município de Mandaguari, contando com quatro distritos, dentre eles Maringá. Sendo assim, somente após cinco meses de sua fundação, Maringá tornou-se sede de um distrito.

O crescimento de sede do distrito de Maringá era expressivo e, por essa razão, já no ano de 1948 foi criada, pela Prefeitura Municipal de Mandaguari, uma agência arrecadadora distrital e no mesmo ano criou-se a Subprefeitura de Maringá, em substituição à agência arrecadadora (LUZ, 1999, P. 139).

A emancipação ocorreu em 1951, e um dos grandes argumentos para tal foi seu plano urbanístico. A rapidez com que Maringá se formava, segundo Cordovil (2010), é tratada pela Enciclopédia dos Municípios, organização do IBGE em 1959. A publicação que leva em conta dados econômicos e populacionais, afirma que foi um crescimento espantoso.

A historiadora France Luz também trata sobre o desenvolvimento de Maringá e do Norte do Paraná em sua dissertação de mestrado intitulada “O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá” (1981). Afirma que a região operou como uma forma diferente das demais colonizações que ocorreram no Brasil, assemelhando-se em certa medida com Alta Sorocaba e Oeste Paranaense, acompanhando um modo empresarial e a “onda pioneira”.

A venda de lotes rurais e urbanos foi facilitada, pois a CMNT facilitava o transporte e a assistência para a instalação do colono, fato que favorece a implantação de Maringá. Segundo Cordovil, inicialmente Maringá era como as outras cidades mais antigas, Mandaguari, por exemplo. Fato que a autora comprova utilizando-se do depoimento de Alfredo Nyffeller que será reproduzido, em partes, abaixo:

Nos primeiros anos a cidade não diferia das demais que abrimos no norte do Paraná. Ruas de terras mal definidas e com terrenos de um lado e de outro onde se viam raízes e troncos semicarbonizados. Muito poeira em dia

de sol e lama até o tornozelo em dias de chuva (...) Era mesmo sertão que abríamos a machado para oferecer novas oportunidades ao agricultor brasileiro (CMNP, 1975, p. 141)

A bibliografia que trata da história de Maringá também menciona dificuldade administrativa em seu primeiro mandato. Quando acontece o desligamento de Mandaguari, a Prefeitura desta cidade foi acusada de retirar tudo, “não deixando nem um lápis” (SANCHES, 2002, p. 21). O prefeito Villanova teria comprado sua mesa com seu próprio dinheiro. Conforme Sanches, “a primeira arrecadação do município foi de Cr\$50,00, pagos por um óbito. Essa renda foi revertida para a compra de um enxadão, usado para abrir a cova do defunto” (2002, p. 21).

As dificuldades desta primeira administração também são decorrentes de litígios entre a empresa privada colonizadora e a administração pública, assim como ocorreu em Mandaguari.

A lei responsável pela emancipação de Maringá estabelecia alguns critérios para a criação de municípios, como população mínima de cinco mil habitantes e renda anual mínima de Cr\$100 mil. Deveriam também possuir 100 moradias na sede, ter no mínimo 500 eleitores e áreas suficientes para logradouros comuns aos municípios. Com relação a Maringá, este possuía números superiores aos exigidos por lei.

4 MEMÓRIA COLETIVA

Após realizar a reconstrução da narrativa sobre a cidade de Mandaguari, podemos observar que existe uma problemática clara que surge após conflitos entre a administração municipal e a CMNP. Logo, pretendemos demonstrar a relação do desmembramento da cidade de Mandaguari após a mudança do escritório da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná para a cidade de Maringá e o pensamento mandaguariense, ainda recorrente, de que a cidade não teria se desenvolvido satisfatoriamente, como Maringá, por este motivo. A base para nossa análise se constituirá na própria narrativa construída acima, pois esta está baseada na bibliografia que trata sobre a cidade.

Existem alguns debates importantes como a influência da Companhia na definição do Código Tributário e na eleição de prefeitos e vereadores. A Companhia dirigiu um pedido ao executivo solicitando a isenção de impostos sobre as terras que a mesma possuía na área urbana de Mandaguari. O prefeito Décio então fez uma consulta ao executivo de Apucarana para saber como era tratado o assunto naquela cidade. Após, deixou a decisão a critério da Câmara de Vereadores, em agosto de 1948, que foram contra as propostas de conceder privilégios à Companhia Melhoramentos. Observa-se na visão de muitos locais que teria havido uma espécie de “complô” para a saída do escritório da Companhia de Mandaguari.

O “grande golpe” para Mandaguari, na década de 50, teria ocorrido quando a Companhia Melhoramentos, visando a colonização de Maringá, transfere para a mesma a base de sua infraestrutura que anteriormente pertencia a Mandaguari. Este fato teria ocorrido por conta de um desentendimento entre a CMNP e a administração pública, na figura do prefeito Décio Medeiros Pullin. Afirma-se que, a partir deste momento, há uma queda no movimento comercial mandaguariense, e muitas pessoas deixam a cidade acompanhando a Companhia. Ainda, há especulações que responsabilizam tão somente o progresso maringaense. O fato é que já existia planos para o lançamento de Maringá: o engenheiro Nivaldo Ferreira Gandra, responsável pelo escritório ainda em Mandaguari, já orientava cálculos sobre o projeto, que se tornam realidade em 1947.

Será de grande importância para este debate a entrevista dada pelo professor Reginaldo Benedito Dias ao jornalista André De Canini, mandaguariense, em 2014, quando Mandaguari estava comemorando 77 anos de sua fundação:

André: *Professor, você comentou essa questão dos polos regionais a cada 100 km. Seguindo uma questão meio lógica, Mandaguari, por ser a cidade mais antiga da região, era para ocupar esse polo. Até porque aqui estavam localizados aeroportos, os hospitais, e tudo. Só que na prática não é isso que aconteceu. Pouco tempo depois, esse papel de polo regional passou a ser exercido por Maringá. Inclusive o território de Mandaguari, que era inicialmente de mais de 14000 km, foi reduzido para 300 e poucos km. A história oficial que a gente ouve aqui em Mandaguari desde criança é que essa inversão do desenvolvimento foi para Maringá porque na eleição de 1947 o candidato a prefeito que era apoiado pela Companhia Melhoramentos, Valdemar Barbudo, perdeu a eleição para o Décio Medeiro Pullin, e aí, como uma forma de retaliação, a Companhia teria mudado essa sede para Maringá e direcionado para Maringá todo o desenvolvimento que era para ser de Mandaguari. Inclusive, essa história é explorada politicamente em Mandaguari até os dias de hoje. Então, eu gostaria de saber se o resultado dessa eleição realmente influenciou no processo de emancipação política de Maringá e para que Maringá se tornasse a principal cidade da região. Durante as suas pesquisas, você encontrou algo que comprove essa tese, professor?*

Reginaldo: *Nós podemos dividir essa pergunta em várias partes. De fato, com a derrota da Companhia de Terras em 47, quando é eleito o Décio Pullin, ela criou um litígio entre a empresa colonizadora e o poder público municipal. Isso aconteceu em Maringá também em 52, porque o mesmo candidato Valdemar Gomes da Cunha, o vulgo Valdemar Barbudo, ele pleiteou com o apoio da Cia. a prefeitura de Maringá e perdeu. E a primeira gestão da prefeitura de Maringá foi muito litigiosa também. O que nós sabemos é que houve esse litígio, sim, entre o prefeito Décio Pullin e a Cia. Que eu saiba, é um caso até pra gente investigar mais detalhadamente, esse conflito tinha uma razão de ser, que a Cia., como regra, a resistência em pegar os impostos, primeiro de perder o político. Era uma empresa privada, então ela tinha o domínio das áreas que ela colonizava. E quando você elegia um representante público, é evidente que esse representante, com a legitimidade do voto, é que tinha que comandar as coisas. Então, aqui em Maringá o primeiro mandato foi muito litigioso porque essa transferência foi difícil, e o ponto focal mesmo, é a questão dos tributos. Eu não fiz uma pesquisa, mas tenho até alunos que estou estimulando a investigar*

isso em Mandaguari. Mandaguari, ela não queria pagar impostos sobre aquelas áreas que ela não tinha vendido ainda. Na medida em que você vende os lotes, quem paga é o proprietário. Se você não vendeu, você é o proprietário e tem que pagar. Que eu saiba, houve um litígio também de natureza fiscal, mas eu vejo que isso cabe uma investigação mais aprofundada posteriormente. Então, ponto um: litígio houve, seja político na transferência do mando para o representante público, ou de natureza econômica em razão da cobrança dos impostos. O prefeito tem que cobrar o imposto. Mas essa associação com o crescimento de Maringá é algo que merece uma reflexão, porque o planejamento urbano de Maringá já previa uma cidade grande.

André: *Exatamente. Até esse ponto que eu ia comentar com você, porque se a gente observar a planta original de Mandaguari e a planta original de Maringá, a gente vê que elas são bem distintas. Maringá foi projetada realmente para ser uma grande cidade, ao contrário de Mandaguari, né?*

Reginaldo: *Exatamente isso que eu queria apontar, você foi com precisão. Na metade da década de 40, portanto antes da fundação do município de Mandaguari, nós estamos comemorando a fundação do núcleo populacional em 37.*

André: *Exato.*

Reginaldo: *Mas o Município de Mandaguari é fundado em 47.*

André: *Outubro de 47 foi quando houve a emancipação política.*

Reginaldo: *Exatamente. Antes da fundação do município de Mandaguari, Maringá já tinha um planejamento urbano. Quando houve a transferência do capital inglês para o capital nacional, Grupo Mesquita e Vidigal, eles encomendaram ao urbanista Jorge Macedo Vieira o planejamento que seria Maringá. E nós temos duas características: a primeira é o padrão urbanístico diferenciado. Nem mesmo Londrina, que é a primeira metrópole criada pela Companhia, tinha um planejamento tão sofisticado. Hoje já existem muito livros que dissecam a natureza do planejamento de Maringá. É baseado em concepções bastante arrojadas, cidades*

jardim. Então tinha todo um incremento, um investimento urbanístico. Isso não houve em Londrina. A outra cidade da região que teve um investimento comparado foi Cianorte, que até leva no nome o adônico da Companhia Norte do Paraná. Esse é um diferencial. O segundo diferencial é a própria projeção da população. Já se previa uma cidade bastante populosa, o que colocaria em cheque essa tese de que o agigantamento de Maringá devia-se a esse litígio entre o prefeito e a Companhia. Nós não devemos responsabilizar o prefeito Décio Pullin. Primeiro porque ele fez uma coisa que é obrigação do prefeito: cobrar imposto.

André: *Embora naquela época não houvesse lei de responsabilidade fiscal ainda.*

Reginaldo: *É, não havia, mas ele tinha obrigação de fazer isso. Como o primeiro prefeito de Maringá fez. Aliás, aconteceu a mesma coisa em Londrina, com o primeiro prefeito. Com o Willie Davids, que é o homem da Cia., que é o nome do Estádio de Maringá. Então, essa transferência da empresa privada para o poder público que é litigiosa. E quando o núcleo urbano de Maringá se emancipou, em 51, atribuía-se pelos dados do censo, uma população de 38.000 habitantes no território que deveria ser de Maringá. Ou seja, se você pegar o território da Amusep e da Associação dos Municípios, você vai encontrar pouquíssimos Municípios que tem 38.000 habitantes. Já havia uma movimentação econômica na base do que viria a ser Maringá. E a emancipação de Maringá, ela era uma coisa natural. Em 1951, quando houve a Lei 790, ela não veio para emancipar somente Maringá, houve na própria região a emancipação de mais municípios, todos que pertenciam ao grande município de Mandaguari, mas esse grande município ia ser desmembrado. Não podia ter um município que ia até Paranavaí.*

André: *Impossível, né...*

Reginaldo: *Como que o prefeito... Nota que inclusive não tinha infraestrutura para os transportes. Como que o prefeito de Mandaguari vai socorrer a população que situava-se, digamos, em Nova Esperança?*

André: *Seria totalmente inviável, né.*

Reginaldo: *O desmembramento era uma coisa previsível, tanto era assim, que essa Lei 790, ela teve várias partes. O município de Toledo, lá no oeste, o município de Cascavel, foram criados por essa mesma lei, porque o Município de Foz do Iguaçu era extremamente grande também. Então o desmembramento era uma coisa previsível, bastava que os núcleos intermediários tivessem as condições: população, renda e etc., e no caso Maringá já oferecia essas condições. Maringá só não se desmembrou de Mandaguari por causa do litígio do prefeito com a Cia. Ela se emancipou por condições próprias. Isso era uma coisa que iria acontecer mais cedo ou mais tarde. Então são coisas que podem não ser conclusivas, mas eu creio que as explicações são mais complexas do que um episódio específico, onde ao meu juízo, o prefeito estava certo.*

A partir desta entrevista, podemos perceber que o pensamento que culpabiliza a administração de Pullin e a consequente retirada do escritório da CMNT da cidade de Mandaguari pela queda em seu desenvolvimento é claro. Desta forma, julgamos necessária uma nova entrevista para elucidação de alguns pontos, pois observamos que o jornalista denomina a versão mencionada de “oficial”. Sendo assim, é de suma importância compreender o que possibilitou a esta versão tonar-se a “oficial” na cidade. Dentro deste contexto, abaixo a entrevista realizada com o jornalista André De Canini, em 2017, para o presente trabalho:

Ana Paula: *André, na entrevista dada, em 2014, a você pelo professor Reginaldo Benedito Dias, você diz:*

“A história oficial que a gente ouve aqui em Mandaguari desde criança é que essa inversão do desenvolvimento foi para Maringá porque, na eleição de 1947, o candidato a prefeito que era apoiado pela Companhia Melhoramentos, o Valdemar Barbudo. Ele perdeu a eleição para o Décio Medeiro Pullin, e aí, como uma forma retaliação, a Companhia teria mudado essa sede para Maringá e direcionado para Maringá todo o desenvolvimento que era para ser em Mandaguari. Inclusive essa história é explorada politicamente em Mandaguari até os dias de hoje (...).”

Porque você a chama de história oficial? Em que ela foi baseada? Como foi seu acesso a essa história?

André: *Creio que o termo “história oficial” não tenha sido a melhor definição para a versão da história à qual eu me referia. Talvez se a entrevista tivesse sido feita por escrito eu o teria grafado entre aspas como estamos fazendo agora. Embora esta versão sobre história de Mandaguari seja a mais comentada entre os moradores da cidade, não me recordo de nenhuma publicação que faça tal afirmação amparada em documentos oficiais. No entanto, eu cresci ouvindo esta história, embora com algumas variações. Eu era muito criança quando a ouvi pela primeira vez. Tinha uns seis anos quando um tio me levou para soltar pipa no local onde funcionou o antigo aeroporto (foi quando eu soube que Mandaguari já tinha tido um) e um primo comentou que Mandaguari era para ser do tamanho de Maringá, mas que por culpa de um prefeito que a cidade teve isso não aconteceu. Cheguei em casa e perguntei a minha mãe, que confirmou isso e me explicou que o prefeito, Décio Medeiros Pulin, havia brigado com a empresa que estava fundando a cidade e por isso ela se mudou para Maringá. Minha mãe inclusive lembrou que quando isso aconteceu, um vizinho dos meus avós ficou com tanta raiva do tal prefeito que resolver dar o nome de Pulin ao cachorro da família. Mais tarde, quando estava na terceira série do primário, dentro da disciplina de Estudos Sociais aprendemos um pouco sobre a história de Mandaguari. Foi quando eu soube que no começo da colonização o território do município se estendia até as barrancas dos rios Paraná e Paranapanema. Na época o professor também repetiu a história de que por conta do desentendimento entre o prefeito e a companhia de terras a cidade perdeu a maior parte do território e o desenvolvimento urbano foi direcionado para Maringá. Ouvi essa mesma versão por muitos e muitos anos, inclusive de alguns pioneiros que viveram aquele período e com os quais tive a oportunidade de conversar. Por muito tempo eu também acreditei nisso, mas passei a questionar a veracidade desta versão quando, trabalhando como fotógrafo do jornal Gazeta Regional, passei a conviver mais de perto com o escritor Ildeo Manso Vieira, que era colunista do jornal e na juventude trabalhou na Companhia Melhoramentos. Vieira foi quem pela primeira vez me falou sobre o projeto de colonização que a companhia criou para esta região, explicando sobre o tamanho e as características dos lotes rurais e a criação das cidades polos, que seriam os centros regionais dotados de melhor estrutura de comércio e serviços. Segundo o que ouvi de Ildeo, entre as cidades polo foram criados pequenos conglomerados urbanos para fornecer os suprimentos básicos à população rural que morava naquelas localidades. A partir daí, comecei a*

ter uma visão mais crítica em relação ao que sempre tinha ouvido sobre a história de Mandaguari.

Ana Paula: *O que te levou a questionar o professor Reginaldo sobre a “veracidade” desta narrativa? A pergunta que fez ao professor: “Então eu gostaria de saber se o resultado dessa eleição realmente influenciou no processo de emancipação política de Maringá e para que Maringá se tornasse a principal cidade da região. Durante as suas pesquisas você encontrou algo que comprove essa tese, professor?”.*

André: *Conforme eu comentei no início da pergunta, a versão de que ao não conseguir eleger seu candidato a prefeito Companhia Melhoramentos transferiu sua sede para Maringá, e conseqüentemente atravancou o desenvolvimento de Mandaguari, vem sendo explorada politicamente há muitos anos. Eu mesmo tive a oportunidade (ou seria infelicidade?) de trabalhar diretamente em três campanhas eleitorais e em todas elas os candidatos usavam esta versão da história como um dos motes de campanha. O discurso era mais ou menos assim: “no passado elegemos um prefeito que não tinha compromisso com a cidade. Por isso a companhia de terras foi embora levando tudo de bom que a gente tinha. Maringá se desenvolveu e Mandaguari não. Até hoje sofremos por termos escolhido o candidato errado e não podemos repetir o erro lá de trás”.*

Além das campanhas políticas, outro momento em que esta história costuma vir à tona é durante as comemorações pelo aniversário da cidade. Foi numa época dessas que eu conversei com o professor Reginaldo e se não estou enganado o tema estava sendo debatido em um grupo do Facebook que reúne moradores de Mandaguari. Achei oportuno abordar este tema naquela ocasião para trazer novos elementos à uma discussão que geralmente gira em torno dos mesmos argumentos e acaba consolidando uma versão histórica que pode não ser tão verídica quando se prega. Meu objetivo ao fazer aquela entrevista com o professor Reginaldo Dias foi apresentar ao público um contraponto ao “mantra” que é repetido incansavelmente por pessoas que na maioria das vezes nunca estudaram a história da cidade e simplesmente repetem aquilo que ouviram ao longo dos anos. Embora nunca tenha conversado pessoalmente com o professor, sempre tive referências muito boas de seu trabalho como historiador e pesquisador sobre a política maringaense e percebi que o conhecimento dele poderia agregar muito a este debate. Isso tanto é verdade

que até hoje, mais de três anos depois, volta e meia eu compartilho o áudio daquela entrevista em grupos em que se discute a história de Mandaguari.

Ana Paula: *Você conhece a bibliografia mandaguariense, abaixo, que trata sobre o tema? “Mandaguari, Sua História, Sua gente” de José Adalberto Firmino Silva, “Cinquentenário de Mandaguari: Mandaguari e sua História” de Nair Bianchini e Elizabeth Fontes, “Certidões de Nascimento da História: o surgimento dos municípios no eixo Londrina - Maringá”, organização de Paulo César Boni, temos um capítulo dedicado a Mandaguari: Vitória, Lovat, Mandaguari, o texto de Gustavo Nunes Mourão, “A trajetória do desenvolvimento econômico de Mandaguari – PR: Uma interpretação a partir das teorias de North, Perroux e Myrdal”, “Colonização e formação econômica do Município de Mandaguari”, de S&ea cute;rgio Fajardo, e ainda reportagens de jornais locais como Gazeta Regional de Mandaguari em seu Especial Mandaguari 60 anos.*

André: *Eu tenho as duas primeiras obras que você citou e quase sempre as consulto quando estou produzindo alguma reportagem que necessita de dados históricos. O livro “Certidões de nascimento...” eu já ouvi falar, mas não conheço. Eu tive contato com este material produzido pelo Fajardo, não me recordo dos detalhes, mas, antecipando a resposta abaixo, lembro que algo que estava ali não correspondeu ao meu ponto de vista, pelo menos naquela época (mas acho que esse posicionamento não pode ser considerado já que eu não estou falando com propriedade). Quanto às reportagens publicadas na Gazeta Regional eu tive a oportunidade de acompanhar a produção de todas, já que naquela época eu fazia as fotos para o jornal (além dessa edição que você citou, existem outras bastante interessantes, que foram publicadas nas comemorações do aniversário nos três anos seguintes).*

Ana Paula: *Se conhece a bibliografia acima, concorda?*

André: *Entendo que algumas devem ser vistas com ressalvas, pois utilizam como fontes apenas registros oficiais, sendo que muitas vezes a realidade que se esconde por trás dos fatos pode ser diferente daquilo que está documentado. Por exemplo, questões políticas, econômicas e religiosas, já que na época da colonização desta região a igreja católica tinha um poder muito grande sobre os dois segmentos anteriores, podem ter sido determinantes para tomadas de decisões que resultaram*

nos fatos que estão lá registrados. Não me recordo de nenhuma obra relacionada à história de Mandaguari que aborde as movimentações que ocorreram nos bastidores da política e da economia.

Abro aqui um parêntese para relatar um fato mais recente da história que exemplifica muito bem isso e mostra que nem sempre o que está documentado reflete o que realmente aconteceu. No final da década de 1990 ocorreu uma grande mobilização em Mandaguari para que a cidade lançasse um único candidato a deputado estadual. Isso acabou tendo apoio de quase todas as lideranças políticas e da população, que concedeu mais de 80% dos votos para este candidato. Todos os registros que você encontra sobre este acontecimento dão conta de que foi um movimento de iniciativa popular, que a definição de quem seria o candidato foi uma escolha democrática e que políticos de diferentes grupos se uniram em torno daquela candidatura por amor à cidade. Entretanto, eu vivenciei todo esse processo de uma posição muito privilegiada e testemunhei que as coisas não foram tão “românticas” como se fez parecer. Toda a mobilização tinha um objetivo oculto que era alavancar o projeto político de um grupo que almejava chegar ao poder e precisava ganhar força e apoio popular. Desde o início havia pessoas trabalhando nos bastidores (eu estive próximo delas o tempo todo) para garantir que tudo saísse de acordo com os seus interesses. Fiz este relato para mostrar que nesta cidade nem tudo é o parece. Se neste episódio que relatei aconteceu isso, quem nos garante que o mesmo não ocorreu em outros momentos de nossa história?

Ana Paula: *Você acha que essa “historia oficial” é também oficial para toda a população? As novas gerações aprendem essa história da mesma forma?*

André: *O que percebo nas conversas que tenho sobre esse assunto com as pessoas e em geral é que a maioria acredita nesta versão “oficial”. Observo a mesma coisa nas discussões que volta e meia surgem em dois grupos de Facebook sobre a história de Mandaguari dos quais participo. São poucas as pessoas que apresentam pontos de vista divergentes da versão tradicional. Algo que me chama a atenção tanto em conversas pessoais quanto nas redes sociais é que analisando o perfil de quem defende a versão “oficial” percebemos que as pessoas não possuem grande empatia com temas históricos, não demonstram ter lido muita coisa a esse respeito e possuem pouco embasamento para defenderem seus argumentos. Outro*

ponto que observo é que a versão “oficial” também é amplamente defendida por pessoas ligadas aos grupos políticos que atuam na cidade. Já os poucos mandaguarienses que encontro com um ponto de vista diferente sobre nossa história são pessoas que profissionalmente ou por curiosidade estudam e fazem pesquisas relacionadas à história.

Não tenho conhecimento de como as escolas municipais trabalham a história de Mandaguari com os alunos atualmente. Acho pouco provável que existam livros ou mesmo apostilas sobre este assunto voltados aos alunos do Ensino Fundamental e desconfio que o tema não entre na grade curricular das escolas estaduais. Isso me leva a crer que as novas gerações estejam sim aprendendo sobre nossa história da mesma forma como eu aprendi, até porque se fosse diferente teríamos cada vez mais vozes questionando ou buscando mais detalhes para saber se os fatos que vem sendo reproduzidos ao longo dessas décadas realmente procedem e não é isso que tenho visto.

Ana Paula: *Por que você acha que essa história se fixou tanto na memória do mandaguariense?*

André: *Como já comentei, essa versão vem sendo explorada politicamente há muito tempo na cidade. Como disse Goebbels, “uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade”... Soma-se a isso o fato de que Mandaguari não possui uma política de preservação de documentos históricos e muito menos das memórias dos nossos pioneiros. Há pouca bibliografia que trata sobre nossa vida política e os veículos de comunicação daqui sempre foram controlados por pessoas que possuem fortes ligações com grupos políticos, o que coloca em xeque sua credibilidade e nos dá margem para acreditar que muitas das notícias publicadas ao longo da história podem ter sido distorcidas de modo a atender interesses específicos. Diante deste contexto foi muito fácil para que a versão “oficial” da nossa história se perpetuasse até os dias atuais.*

Ana Paula: *Você acredita que Mandaguari não se desenvolveu como deveria?*

André: *Entendo que o desenvolvimento de uma cidade é algo muito relativo. Vamos pegar como exemplo Sarandi, que possui mais de cem mil habitantes e sedia grandes indústrias. Em tese, é uma cidade que se desenvolveu em termos*

populacionais econômicos. Mas se analisarmos mais a fundo veremos que os donos das grandes empresas ali sediadas são de Maringá. Uma parte significativa dos moradores de Sarandi trabalha em Maringá. A cidade cresceu sem planejamento e enfrenta sérios problemas com a infraestrutura urbana, saneamento básico e criminalidade. Então fica o questionamento: Sarandi realmente se desenvolveu ou apenas cresceu?

Em relação à Mandaguari, se você perguntar aos moradores se a cidade se desenvolveu certamente vai ouvir muitas pessoas afirmando que não, que a cidade é péssima e só tem problemas. Costumam compara-la com Maringá e aí é claro que saímos perdendo. Mas eu costumo observar Mandaguari sob aspectos específicos para depois fazer uma contextualização global. Economicamente vejo que a cidade se desenvolveu sim. Nossa economia tem uma capacidade incrível de se reinventar e iniciar novos ciclos quando determinado segmentos fracassam. Até meados da década de 1970 dependíamos quase que exclusivamente da cultura cafeeira. Com a geada de 1975 nossa economia, e a de todas as cidades da nossa região, sofreu um duro golpe. Muitos municípios nunca mais se recuperaram desse baque, mas Mandaguari logo descobriu uma vocação industrial. Além das principais empresas da cidade, Romagnole e Cocari que sempre deram um grande suporte para a economia local, no início da industrialização as indústrias moveleiras, de derivados de borracha, agroindústrias e madeireiras se destacaram e permaneceram em alta durante as décadas de 1980 e 1990. Depois disso, entre os anos 1990 e 2000, tivemos um crescimento do setor têxtil e de confecções por quase duas décadas. Entre os anos 2000 e 2010 as indústrias do segmento metalmeccânico tiveram um forte impulso. Agora nos anos 2010 além do setor metalmeccânico as agroindústrias voltaram com força total. O poder público teve influência sobre isso? Sim, cada um à sua maneira, os governantes sempre procuraram apoiar as empresas, mas os grandes responsáveis pelo desenvolvimento econômico da cidade sempre foram os empreendedores. Diferente do que se vê em outros municípios, a grande geração de empregos em Mandaguari ocorre em empreendimentos fundados por pessoas da própria cidade. Não dependemos de investimento de fora, temos vida própria. Ainda que a riqueza produzida aqui não seja muito bem distribuída, vejo que Mandaguari é uma cidade desenvolvida economicamente. Prova disso é que neste momento estamos nos destacando em nível estadual pela quantidade de empregos que

gerados mesmo diante da grave crise econômica que afeta o país.

A cidade também teve uma expansão urbana significativa nas últimas décadas. Dezenas de novos bairros surgiram, regiões antes desprezadas passaram a ser valorizadas, atraíram investimentos, fomentaram pequenos empreendimentos comerciais e de prestação de serviço. Hoje muitos bairros têm o que chamamos de vida própria e os moradores quase não precisam ir para o centro da cidade a fim de fazer compras ou contratar serviços. Nossa infraestrutura urbana e os serviços de saneamento são infinitamente melhores do que há vinte anos atrás. O grande problema é que por conta dos interesses imobiliários a expansão urbana não ocorreu de forma muito ordenada, e isso nos acarretou alguns problemas que precisam ser solucionados nas áreas de saneamento e escoamento viário, por exemplo.

Porém há alguns setores nos quais o desenvolvimento da cidade deixou a desejar, como é o caso da saúde. No começo dos anos 80 tínhamos seis hospitais, hoje apenas um. Faltam médicos especialistas em diversas áreas clínicas (mesmo para atendimentos particulares) e um paciente que precisa fazer exames mais complexos precisa se deslocar para outra cidade. Hoje faltam vagas nas creches municipais e não se vê nenhuma mobilização efetiva do poder público para solucionar este problema.

Esses foram alguns exemplos, mas quando colocamos isso e outras coisas na balança vemos que Mandaguari é sim uma cidade desenvolvida. Poderíamos ter nos desenvolvido mais em alguns aspectos? Sim. Precisamos evoluir em algumas questões? Com certeza. Mas eu não tenho dúvidas que Mandaguari é uma cidade desenvolvida. Isso fica ainda mais evidente se ampliarmos um pouco mais nosso campo de visão e observarmos o que a região onde estamos inseridos nos oferece. Hoje em dia não podemos pensar em uma cidade isoladamente e sonhar com uma ilha de prosperidade. Temos que observar o entorno, já que isso também interfere na nossa qualidade de vida. Este é um debate que vem sendo levantado pelo Observatório das Metrópoles, que é ligado à UEM. Praticamente tudo que Mandaguari não oferece aos seus moradores, seja em termos de produtos, serviços, saúde, lazer, etc, você não precisa viajar mais do que uma hora para encontrar nos grandes centros regionais (Maringá, Londrina, Apucarana ou Arapongas). O

transporte coletivo nesse eixo deixa a desejar, mas estamos bem servidos por rodovias (ainda que pedagiadas) que possibilitam o deslocamento rápido e seguro. Creio que o modelo de desenvolvimento almejado deve ser esse, o de desenvolvimento conjunto.

Com relação ao desenvolvimento de Mandaguari, não faremos uma análise exaustiva de dados para analisar seu crescimento, porém, como menciona André De Canini, a cidade se desenvolveu em áreas específicas, tendo em vista a relatividade do tema. Além dos dados citados na entrevista com o jornalista, a Prefeitura de Mandaguari destaca as seguintes áreas:

DADOS SÓCIO ECONÔMICOS

Mandaguari é referência no estado do Paraná em geração de empregos seja na indústria, agricultura ou comércio.

INDÚSTRIAS

O setor industrial da cidade de Mandaguari ainda lidera na geração de empregos. O município tem grandes empresas sendo muitas delas conhecida nacionalmente como as empresas Romagnole, Cocari e Prorelax que se destacam na geração de empregos a vários anos consecutivos, mas o município conta com varias outras indústrias que estão crescendo em ritmo acelerado. Mandaguari possui três parques industriais e mais de cinquenta indústrias de grande e pequeno porte, divididas em vários setores.

AGRICULTURA

A agricultura ainda é fundamental na economia da cidade de Mandaguari, a cidade ainda é destaque pelo seu cultivo de café, sendo varias vezes premiada com o melhor café do Brasil mas a cidade também tem a economia aquecida com o plantio de milho, trigo, feijão, cana-de-açúcar e principalmente a soja.

COMÉRCIO

Mandaguari conta com vários comércio de moveis e eletrodoméstico sendo que as principais são as lojas BJ Santos, Colombo, Manica, Valdar Moveis, Romera, Moveis São Bento, Salfer, Darom, entre outras. A cidade também tem três grandes supermercados sendo eles o Cidade Canção, Camilo e o Supermercado Brasil. No setor vestuário a cidade conta com as empresa de calçados e roupas, Batistão e a Xita Brasil que é referência em estilo de moda no estado do Paraná e varias outras lojas espalhada por toda a cidade. ACEMAN Associação Comercial e Empresarial de Mandaguari, é a principal associação dos comerciantes e empresários da cidade de Mandaguari e conta com grandes parceiros como o Sicoob e o Sicredi (MANDAGUARI, 2017).

Em 13 de outubro de 2015 o jornal “Jornal Agora”, de Mandaguari publicou a seguinte notícia:

Mandaguari é a 55ª melhor cidade do Brasil

Posição leva em conta os municípios de pequeno porte, com até 50 mil habitantes – ou seja, mais de cinco mil em todo o país; pesquisa foi realizada pela Istoé em parceria com a Austin Ratings (JORNAL AGORA, 2015).

Nosso objetivo não é criticar ou deixar a entender que a bibliografia referida na construção da narrativa sobre a história da cidade não é verídica e mereça ser descartada. Esta bibliografia é de grande importância para a cidade, para sua população e para a história. Pretendemos, a partir desta bibliografia, compreender como a memória coletiva da cidade foi se constituindo, em que esta se baseou, para compreender que memória os livros de Mandaguari expressam, para assim ampliar os estudos sobre Mandaguari.

A partir desta perspectiva, observamos na entrevista acima que o jornalista concorda com o fato de que a versão apresentada nas narrativas anteriores sobre a cidade é uma versão amplamente difundida. O mesmo ouvia a versão referida desde criança, em ambientes familiares e oficiais, como a escola. Interessante o fato de que percebemos que as várias gerações familiares apreenderam a mesma história quando o entrevistado menciona a versão sendo transmitida por avós, mãe, tio e primo, até chegar a ele. Uma versão carregada de rancor.

André De Canini passou a questionar a versão “oficial” somente a partir do momento em que teve contato com um ex-funcionário da CMNT que o elucidou sobre os projetos da mesma para a região. Fato que nem toda a população tem acesso, mesmo porque, como mencionado por André, os políticos locais são ótimos reprodutores da versão de que não elegeu o *candidato certo* fez com que a CMNT retirasse seu escritório de Mandaguari, afirmando que a eleição de um candidato “sem comprometimento” com a cidade teria prejudicado a mesma.

É importante destacar que a bibliografia que nos referimos acima para a reconstrução da narrativa, em sua maior parte, foi construída por moradores de Mandaguari.

Podemos observar a reprodução dessa “versão oficial” em grupos de redes sociais na internet. No grupo da rede social Facebook, denominado “Mandaguari

Memórias e fotos atuais”, foi publicada uma matéria no dia 14/06/2017 com o título: “Memória: Mandaguari foi a maior comarca do Norte do Paraná nos anos 1940”. A publicação recebeu o seguinte comentário: “Foi feita pela Companhia de terras pra ser uma grande cidade. O primeiro prefeito se desentendeu com a companhia de terras. Esta foi embora e abriu Maringá. Fez de Maringá a grande cidade. Mandaguari ficou abandonada pela companhia de terras”.

Em abril de 2017, no mesmo grupo mencionado acima, aparece o seguinte debate:

L: Boa tarde, assistindo o jornal agora na RPTV em uma reportagem de Maringá, onde o entrevistado disse que maringá era distrito de Mandaguari, vejam só como esta Maringá hoje e Mandaguari, creio que hoje Mandaguari deveria ser distrito de Maringá, a História não mente, e o que faz uma briga política, e em quanto tiver políticos que não trabalham por Mandaguari, vai continuar assim.

Z: Mandaguari não foi projetada para ser uma grande cidade. A Companhia que era dona das Terras eixo LONDRINA- MARINGÁ, as projetou cidades METRÓPOLES.

E: Pelo que sei Mandaguari tinha um território de 14.000 km² com vários distritos incluindo Maringá mas era muito chão para uma cidade só é acabou depois ficando com apenas 345 km². Deve ter dado muita briga na época. Rss

L: com toda certeza

L: OLHA AMIGO NÃO SEI MUITO, MAS PELO QUE EU OUVI DISER mANDAGUARI TINHA O TERRITORIO DESDE APUCARANA ATÉ PARANAVAI, NÃO TENHO CERTESA, MAS SEI QUE TEVE MUITA BRIGA SIM

Os comentários acima foram reproduzidos neste trabalho da forma exata como estavam na rede social mencionada.

Sendo assim, nossa investigação percorre o imaginário local, a memória coletiva, transmitida de tempos em tempos, já fixa na cidade de que a mesma não se desenvolveu satisfatoriamente devido a este desmembramento. Que houve um

momento de prosperidade, uma “bela época” mandaguariense, como podemos observar na narrativa bibliográfica de Mandaguari, em que a cidade era o segundo maior Município do Paraná e tinha Maringá como distrito. Mas esta “bela época” foi rompida. Rompida por fatos que ao nosso entendimento eram inevitáveis, pois estavam previstos pela Companhia colonizadora. No entanto, a memória difundida dos fatos coloca a retirada da base administrativa da CMNT como um divisor de águas para o desenvolvimento da cidade.

Raoul Girardet, no capítulo intitulado “A Idade do Ouro”, em “Mitoses e Mitologias Políticas”, nos fala sobre as imagens de um passado que foram tornadas lendas, e sobre uma determinada forma de leitura de história que “seleciona”, “o mito no sentido mais completo do termo: ao mesmo tempo ficção, sistema de explicação e mensagem mobilizadora” (1987, p.54).

Girardet discute as imagens idealizadas de um passado lendário ou a projeção dessas idealizações em uma utopia para o futuro, e estes fatos causam um grande impacto na imaginação política das pessoas.

Talvez em busca de uma justificação, ou apenas acalento, volta-se frequentemente há um tempo passado. No caso da cidade de Mandaguari, há um tempo no qual esta teria sido próspera. É impreciso o limite entre o que faz parte dos domínios do pesar e do que é esperança, entre o que é apenas nostalgia, e a expectativa de seu retorno, segundo Girardet.

Há o tempo presente que é o de uma degradação, de uma desordem, de uma corrupção das quais importa escapar. Há por outro lado, o “tempo de antes” e que é o de uma grandeza, de uma nobreza ou de uma certa felicidade que nos cabe redescobrir (GIRARDET, R. pg. 105).

O discurso da idade de ouro é comum nos discursos de mobilização política. Há muitas variações, mas a noção geral é aquela que estimula uma nostalgia dos “bons e velhos tempos”, do passado, em contraste com os costumes corrompidos do presente. Este passado pode até ter sido vivenciado pelos enunciadores, mas a questão é que a memória não faz registros inteiramente homogêneos. Ela se esquece, seleciona, amplifica o valor de detalhes sentimentais insignificantes, ou simplesmente apaga aquelas memórias mais inconvenientes. Isto é o que ocorreu com Mandaguari, selecionando, através de um sentimento, fatos para a construção de uma narrativa que se fixou na memória coletiva da cidade e ainda é amplamente

difundida e utilizada com intenções políticas. Os litígios entre o privado e público ocorreram, mas até que ponto foram decisórios para o desenvolvimento da cidade? A relação com o desenvolvimento que culpabiliza Pullin foi fixada a partir de um sentimento nostálgico e transmitido através de narrativas que contam a história da cidade.

O passado a qual se referem nunca foi diretamente conhecido; seu poder evocador é o de um modelo, de um arquétipo, modelo e arquétipo a que a emergência fora do tempo decorrido parece por definição dar um valor suplementar de exemplaridade... Como quer que seja, a cada modo de sensibilidade – ou de pensamento – político corresponde, assim, uma certa forma de leitura da história, com seus esquecimentos, suas rejeições e suas lacunas, mas também como suas fidelidades e suas devoções, fonte jamais esgotada de emoção e fervor (GIRARDET, 1987, p. 98).

O passado evocado nos discursos políticos não pertence mais a memória pessoal de alguém, mas sim é idealizado a partir de referências fragmentadas, ou seja, a memória, em especial a que tratamos em nosso trabalho não é um registro amplo e fiel da realidade, mas uma forma de sua representação.

Quando se tem no presente uma sensação de decadência, torna-se mais comum a idealização de um passado repleto de glórias, e esta representação do passado se torna um mito. Como bem coloca André De Canini em sua entrevista, o debate entre crescimento e desenvolvimento é muito relativo e amplo, mas sabe-se que Mandaguari até mesmo ultrapassou os números previstos para a cidade. Mesmo assim, a população difunde uma versão de cidade em decadência, sempre comparando-a com Maringá.

A propaganda difusora destes mitos da “idade de ouro” busca recuperar os valores destes tempos perdidos, mas muitas vezes esta noção de “bons tempos” é puramente idealizada porque não está situada na história, mas em um tempo lendário que tem como paradigma a imagem mítica do paraíso perdido.

Outro aspecto importante a ser analisado dentro do mito da idade de ouro que diz respeito a nosso trabalho está em seu caráter dualista: é, ao mesmo tempo, um ressentimento e uma evocação nostálgica da felicidade perdida, mas também é uma esperança e uma expectativa do seu retorno. Uma determinada visão de futuro pode estar ligada ao passado, a formulação de um paraíso perdido. Sendo assim, o mito da idade de ouro representa o plano da lembrança, do lamento, mas também da utopia e da espera messiânica.

(...) os contornos do mito revelam-se tanto mais difíceis de abarcar quanto os limites aparecem quase sempre singularmente imprecisos entre o que pertence ao domínio apenas do pesar e o que pertence ao domínio também da esperança, entre o que não é senão evocação nostálgica de uma espécie de felicidade desaparecida e o que exprime a expectativa de seu retorno (GIRARDET, 1987, p. 103).

Acredita-se que o papel de difusor do mito da “bela época” mandaguariense esteja intimamente ligado a memória coletiva do povo em questão. Como cita Maurice Halbwachs (2004), é algo que se acredita ser uma memória individual, mas que na verdade se constituiu como uma opinião baseada no depoimento dos outros.

Ainda segundo Halbwachs, as imagens que são impostas pelo meio modificam a impressão que se possa ter de um fato, para algumas lembranças reais junta-se assim uma massa compacta de lembranças fictícias. Em uma mesma sociedade existem noções comuns a um indivíduo e ao resto dos integrantes e essas são incessantemente transmitidas, ou seja, e isso é possível por ser um ente social e, assim, as lembranças podem ser construídas.

O pertinente para este trabalho está na menção do caráter social da memória, sobretudo seguindo o pensamento de Maurice Halbwachs, pois este analisa uma dimensão que ultrapassa o individual, ou seja, a memória para o autor não existe distante da sociedade. As memórias constituem-se como uma construção de grupos sociais, e são estes mesmos grupos que determinam as partes que serão preservadas. Estamos nos referindo então a um recorte de memória.

Após estas considerações, é pertinente analisar o conceito de Memória Coletiva na obra em questão e a participação do indivíduo dentro destas memórias.

Nossas recordações de infância, familiares, escolares dentre outras, nos permitem perceber que estas são essencialmente memórias de um grupo em questão. Sendo assim, o indivíduo se constitui como produto deste grupo. A capacidade de lembrar, para Halbwachs, está condicionada a presença do indivíduo ao grupo.

Halbwachs, durkheiminiano, faz um estudo dos contextos sociais da memória. Para o autor, a noção individual de memória vem a partir do fato de que temos que ter alguém que participou do fato, que possa relatá-lo. Este armazenamento de informações é classificado como memória individual. A partir daí tem-se a

necessidade do testemunho:

Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação, embora muitas circunstâncias a ele relativas permaneçam obscuras para nós. O primeiro testemunho a que podemos recorrer será sempre o nosso.

(...)

Se o que vemos hoje toma lugar no quadro de referências de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptam ao conjunto de nossas percepções do presente (HALBWACHS, 2003, p. 29).

O testemunho do “outro” e do “eu” devem se encontrar de forma harmônica. Estes fazem parte do mesmo grupo e o fato a que se referem deve ser “lembrado” da mesma forma.

Sendo assim, a memória vai sendo transmitida de membro para membro. Nossas lembranças são lembradas por outros ainda que só nós tivermos participado destas, porque não estamos sós. Não estamos nos referindo apenas a testemunhos materiais, mesmo porque, segundo o autor, os testemunhos dos indivíduos de forma material e sensível apenas não seriam suficientes.

Para Halbwachs, é comum que imagens impostas pelo meio alterem a impressão que temos de um fato antigo. Essas imagens podem não reproduzir exatamente o passado. Talvez uma pequena lembrança que havia em nós seja a expressão mais exata do fato, e “a algumas lembranças reais se junta uma compacta massa de lembranças fictícias” (HALBWACHS, 2003 p. 32).

Sendo assim, podemos afirmar que existe uma relação intrínseca entre a memória individual e coletiva, pois o indivíduo se recorda das lembranças do grupo que se faz parte, e é necessário que haja concordância entre estas memórias e ainda que estas estejam sobre uma base comum. Em resumo, a memória individual só é possível juntamente com as palavras e ideias que o indivíduo toma emprestado de seu meio, segundo Halbwachs (2003).

Podemos nos questionar então se não existem particularidades individuais, e o autor nos responde que sim. Chama este fato de busca a um estado de consciência puramente individual. Desta forma, o indivíduo conseguiria distinguir seu próprio passado. A memória coletiva envolve a memória de cada componente do grupo.

Um outro ponto pertinente a esta discussão está no questionamento de como esta memória permanece e se dissemina. Para o autor, o que determina este fato é

a duração do grupo, os laços afetivos e os elos entre os membros do grupo, que são responsáveis pela sua perpetuação e devem ser preservados.

(...) Se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram enquanto integrantes do grupo. Desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes (HALBWACHS, 2003, p. 69).

Se não houver identificação com o grupo, não há rememoração, pois os indivíduos só se lembram por conta do que o autor chama de “quadros sociais da memória”. Estes que são responsáveis pelo fortalecimento da memória coletiva. Para a rememoração, os fatos que foram vividos por um maior número de pessoas estarão em primeiro lugar. Mesmo que estas lembranças tenham ocorrido há um bom tempo, o encontro com os membros do grupo que as viveram ou o lugar comum a estas, as revivem. Desta forma, quanto mais inseridos no grupo os indivíduos estiverem, melhor para a memória do mesmo.

Ao retomar um fato nos remetemos ao momento em que ele ocorre, ou seja, a noção de tempo também se faz presente na obra de Halbwachs. O autor não se refere a um tempo exato, mas sim a um período. O mesmo associa a noção de tempo à localização temporal de um fato.

Ao compreendermos que a memória expressa nos livros sobre Mandaguari ajudou de forma decisiva para a construção da memória coletiva da população, outro questionamento torna-se necessário para o debate: por que foi e ainda é fácil responsabilizar o poder público, na figura de Décio Medeiros Pullin, neste contexto? Esta resposta, ao nosso entendimento, perpassa por dois aspectos: a visão dos moradores sobre a CTNP/CMNP, reforçada pela propaganda estabelecida pela mesma, e pela história dos conflitos relacionados a impostos no Brasil, já que o conflito entre Pullin e a Companhia teria ocorrido porque esta não queria pagar impostos sobre as terras que ainda não haviam sido vendidas.

A propaganda produzida pela CTNP/CMNP destaca além da riqueza das terras, a visão de um plano racional de colonização, responsável pelo progresso na região. As diferenças entre passado e um presente próspero são sempre evidenciadas nas propagandas. Existe sempre a associação entre os feitos da Cia.

com a renda da terra, colocando a mesma como um marco de avanço no Norte do Paraná. O Norte do Paraná, antes apenas um sertão, após a chegada da CTNP/CMNP tornou-se sinônimo de progresso, trabalho e riqueza.

Em conjunto com a ideia que coloca a Companhia como sinônimo de progresso, e automaticamente a ausência dela ao atraso, está o problema com relação à aceitação dos impostos, que quase sempre sofrem o repúdio da população.

Joacir Sevegnani trata dos conflitos associados aos tributos no Brasil em sua dissertação “A Resistência aos tributos no Brasil: o Estado e a sociedade em conflito” (2006).

Na história do Brasil, muitas foram as revoltas contra a tributação. Ainda no Período Colonial ocorreram conflitos desta natureza, tornando-se mais intensos no Ciclo do Ouro, a partir do século XVIII, quando eclodiram diversos movimentos contra os elevados impostos exigidos pelo reino de Portugal(SEVAGNANI, 2006, p. 87).

Para o contribuinte que pagava á duras penas, pouco retornava sob a forma de serviços públicos, ou seja, havia uma cobrança extorsiva de impostos associada a uma aplicação injusta desses recursos. Segundo Sevegnani, a primeira revolta contra a arrecadação de impostos no Brasil ocorre em 1660 e ficou conhecida como “Revolta da Cachaça”. Esta revolta ocorreu porque o recém-empossado governador da capitania do Rio de Janeiro ordenou de imediato a cobrança de novos impostos.

A obra de Sevegnani faz toda a retomada histórica dos muitos conflitos relacionados a cobranças de impostos no Brasil. Não retomaremos todos os conflitos pois não é este nosso objetivo, mas sim destacar que a cobrança de impostos em nossa sociedade em muitas vezes foi causa para grandes conflitos entre a administração pública e a sociedade. Importante destacar que apesar de muitas vezes estes impostos serem abusivos e sem qualquer retorno à população, não estamos pontuando que este foi o caso na administração de Décio Medeiros Pullin, pois como pontuou o professor Reginaldo Benedito Dias em sua entrevista para André De Canini, aquela cobrança era uma das funções do poder público.

O fato é que, observando o histórico de cobranças de impostos no Brasil, compreende-se a pouca aceitação da população com relação aos mesmos. A população mandaguariense não aceitou a associação de que por uma cobrança de impostos a Cia. teria saído da cidade e levado seu desenvolvimento e prosperidade

para Maringá. Desta forma, tonou-se fácil culpar Décio Medeiros Pullin.

Como já mencionado neste trabalho, existia o discurso de que qualquer prejuízo que a Companhia inglesa tivesse, concomitantemente seriam prejuízos para o Estado e para a Nação, pois estes estavam unidos em interesses. Trata-se de um jogo de imagens que demonstram paz, trabalho e progresso atrelados a terra.



Figura 23: Avenida Amazonas na Década de 1950
Fonte: Grupo “Mandaguari Memória e fotos atuais”



Figura 24: Visita do então governador Moysés Lupion nos anos 1950
Fonte: Blog Paraná em fotos



Figura 25: Piloto José Conciani no aeroporto da cidade nos anos 1950.
Fonte: Blog Paraná em fotos

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história de Mandaguari está inserida em um contexto onde existiram profundas relações entre o público e o privado. O privado, neste contexto, foi representado de forma ímpar pela presença de uma Companhia Colonizadora: A Companhia de Terras Norte do Paraná/Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Já o poder público estava nas mãos do Estado do Paraná, mais especificamente, em nosso caso, nas mãos da Prefeitura Municipal de Mandaguari e seus representantes eleitos.

É de amplo conhecimento a importância da Companhia colonizadora para região, importância esta que foi estrategicamente enfatizada pela própria companhia com objetivos claros que a beneficiavam. A Companhia, como empresa privada, buscava a geração de lucros, logo a grande propaganda que associava o progresso do norte paranaense a ela é compreensível nesta perspectiva.

Nossa intenção era demonstrar como a bibliografia construiu a narrativa sobre a história de Mandaguari e construiu as relações apresentadas acima. Decorrente disto, demonstrar também que essa memória foi socialmente estabelecida e reproduzida.

Através das narrativas, percebemos uma grande convergência entre as mesmas, mesmo porque em muitas vezes elas se citam entre si, utilizando uma a outra como fonte.

A história de Mandaguari na bibliografia analisada pode ser separada em dois grandes momentos: “os bons e velhos tempos”, de prosperidade, com grandes possibilidades de desenvolvimento e a *estagnação*, a perda, o ressentimento. Estes dois momentos possuem um divisor de águas: o litígio entre a empresa pública e o privado, a CTNP/CMNT e a Prefeitura de Mandaguari.

A bibliografia analisada coloca os fatos da seguinte forma: após um desentendimento entre a CTNP/CMNP e a administração pública, nos poderes dos vereadores, e do o Prefeito Décio Medeiros Pullin, sendo este mais culpabilizado pela memória social. Após este litígio, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná retirou toda sua infraestrutura, seu escritório, de Mandaguari, transferindo-o para Maringá. Por este motivo Mandaguari perdeu grandes possibilidades de desenvolvimento. Desenvolvimento este que levou Maringá a tornar-se uma das mais importantes cidades da região, “tomando” um lugar que pertenceria a

Mandaguari.

Estes litígios de fato aconteceram, e não é nossa intenção negá-los, nem tampouco fazer uma análise profunda sobre o desenvolvimento da Mandaguari. Nossa conclusão está no âmbito de que estes fatos fazem parte de uma memória que foi construída a partir das narrativas utilizadas e reproduzida dentro da cidade.

Os planos da empresa colonizadora para Mandaguari e Maringá foram apenas cumpridos. Mandaguari seria um polo temporário, até Maringá ter estrutura para ser emancipada. Esta emancipação ocorrerá em 1951, e um dos grandes argumentos para emancipação foi justamente seu plano urbanístico.

A historiadora France Luz também trata sobre o desenvolvimento de Maringá e do Norte do Paraná em sua dissertação de mestrado intitulada “O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá” (1981), como uma forma diferente das demais colonizações que ocorreram no Brasil, assemelhando-se em certa medida com Alta Sorocaba e Oeste Paranaense, acompanhando um modo empresarial e a “onda pioneira”.

A fase de “grande prosperidade” mandaguariense, então segundo maior Município do Paraná, não seria definitiva. Um município deste tamanho não teria condições para se sustentar, para atender as necessidades de todo seu território. Em momentos próximos as emancipações, alguns distritos já possuíam população maior que a de Mandaguari.

A lei responsável pela emancipação de Maringá estabelecia alguns critérios para a criação de municípios, como: população mínima de cinco mil habitantes e renda anual mínima de Cr\$100 mil. Deveriam também possuir 100 moradias na sede, ter no mínimo 500 eleitores e áreas suficientes para logradouros comuns aos municípios. Com relação a Maringá, este possuía números superiores aos exigidos por lei.

Ocorre que Mandaguari não aceitou a sequência de fatos pelos quais passou como sendo naturais e estando dentro de um planejamento maior. Assim, associou os mesmos aos litígios que ocorrem entre a CTNP/CMNP e o Prefeito Décio Medeiros Pullin, culpabilizando-o. O fato de culpar o prefeito se torna ainda mais fácil devido ao motivo dos litígios: impostos. A cobrança de impostos em nossa sociedade em muitas vezes foi causa de grandes conflitos entre a administração pública e a sociedade.

Existia o discurso de que qualquer prejuízo que a Companhia inglesa tivesse,

concomitantemente seriam prejuízos para o Estado e para a Nação, pois estes estavam unidos em interesses. Trata-se de um jogo de imagens que demonstram paz, trabalho e progresso atrelados a terra.

Sendo assim, podemos observar a partir de qual princípio o discurso foi construído, estabelecido socialmente através das narrativas e fazendo parte da memória coletiva da cidade. O passado evocado nos discursos políticos não pertence mais a memória pessoal de alguém, mas sim é idealizado a partir de referências fragmentadas, ou seja, a memória não é um registro amplo e fiel da realidade.

Quando se tem no presente uma sensação de decadência, torna-se mais comum a idealização de um passado repleto de glórias, e esta representação do passado se torna um mito. Ao longo da história, podemos observar diversos destes mitos idealizadores do passado, como da história de Mandaguari. A população do município reproduz este discurso acreditando ser uma memória individual, mas na verdade ela se constituiu como uma opinião baseada no depoimento dos outros. Na entrevista com o jornalista local podemos ver claramente isto quando ele menciona de onde vem sua lembrança com relação aos fatos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. V. , “ **Memórias de Trabalhadores: A procura do Eldorado 1050-60 – Maringá**”, 1998.
- ALONSO, Z. F. Fragmentos da História do Norte do Paraná em Textos e Imagens - Certidões de Nascimento da História: O Surgimento de Municípios no eixo Londrina -Maringá, 2009.
- ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado**: representações da política em Londrina, 1930/1975. Londrina: Ed. UEL, 1998.
- BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O problema das “Frentes Pioneiras” no Estado do Paraná. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, n 3, 1953. p. 18-19.
- BIANCHINI, Nair. M; FONTES, Elizabeth. A. **Cinquentenário de Mandaguari: Mandaguari e sua História**. Maringá: Clichetec, 1987.
- BORTOLOTTI, J.B. **Planejar é preciso**: memórias do planejamento urbano de Londrina. Londrina: Midiograf, 2007.
- BORTOLOTTI, I. S. **A Multifuncionalidade da Avenida Amazonas, de Mandaguari**: Problemas e Potencialidades. Dissertação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Maringá, 2010.
- CASA CIVIL – Sistema Estadual de Legislação. Disponível em:< <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=15788&codTipoAto=&tipoVisualizacao=original>>. Acesso em: 15/02/17.
- CORDOVIL, Fabíola C. de S. **A aventura planejada**: engenharia e urbanismo na construção de Maringá, Paraná, 1947 a 1982. 2010. 636f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.
- C.M.N.P. (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná), 1975. **Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná**. Maringá, C.M.N.P.
- DIAS, R. B. GOLÇALVES, J. H. R. (org). Maringá e o Norte do Paraná. Maringá: EDUEM, 1999.
- FAJARDO, S. **Colonização e a formação econômica do município de Mandaguari**- PR. Rev. Ciên. Empresariais da UNIPAR, Umuarama, v.7, n.1, jan./jun. 2006.
- FARIA, Maria do Carmo Carvalho. Apucarana – processo de ocupação e colonização. in: GUILHERME, Cássio A. S. A; ROMPATTO, Maurílio (orgs.). **Histórias e Memórias da ocupação das regiões paranaenses no século XX**. 1. ed. Maringá-PR: Massoni, 2014. pp. 173-193.

GAZETA REGIONAL DE MANDAGUARI. Especial Mandaguari 60 anos. 1997.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. *Quando a imagem publicitária vira evidência factual: versões e reversões do norte (novo) do Paraná – 1930/1970*. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Org.). **Maringá e o norte do Paraná (Estudos de história regional)**. EDUEM - Maringá, 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HOFF, Sandino. A Ocupação do Norte. In: PAZ, Francisco (org). **Cenários de economia e política: Paraná**. Curitiba: Prephácio, 1991, p. 34.

JOFFILY, José. **Londres, Londrina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1905, p. 41-45.

JORNAL AGORA. **Mandaguari é a 55ª melhor cidade do Brasil**. Disponível em:< <http://www.portalagora.com/noticias/mostrar/id/47231/titulo/mandaguari-e-a-55%25c2%25aa-melhor-cidade-do-brasil>>. Acesso em: 20/11/2015.

LOPES, José Carlos Neves; BRAGA, Newton. **Meu Pai e a Ferrovia - Uma breve historia fotográfica da Companhia Ferroviária São Paulo - Paraná – 1924/1944**. Cornélio Procópio: UENP, 2014.

LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira**: Maringá. Maringá: Prefeitura Municipal de Maringá, 1997; OMURA, Ivani. Eleitores e eleitos: composição e comportamento. Maringá, 1956-1964. (Dissertação de Mestrado) Curitiba: UFPR, 1981.

LUZ, F. **Maringá: a fase de implantação**. In: DIAS, Reginaldo Benedito; ROLLO GONÇALVES, José Henrique (orgs). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999

MACARINI, Walmor. **Londrina Paraná Brasil: raízes e dados históricos**. Londrina: Humanidades, 2004.

MOTA, L. T. ; NOELLI, F. S. *Exploração e Guerra de Conquista dos Territórios Indígenas nos Vales dos Rios Tibagi, Ivaí e Piquiri*. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. (Orgs). **Maringá e o Norte do Paraná: Estudos de História Regional**. Maringá: EDUEM, 1999. p. 35.

MOURÃO, G. N. A Trajetória do Desenvolvimento Econômico de Mandaguari – PR: Uma interpretação a partir das Teorias de North, Perroux e Myrdal. **Diálogos & Saberes**, Mandaguari, v. 7, n. 1, p. 37-50, 2011.

PADIS, Pedro Calil, Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.

Paraná Jornal. Ano II n° 90 Edição de aniversário, 1947.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APUCARANA. **Plano diretor de desenvolvimento urbano**. Apucarana: CODEM/CODEPARDATM, 1983.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APUCARANA. História da cidade. Disponível em: <<http://www.apucarana.pr.gov.br/ame/historia/>> Acesso em: 20/08/17.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI. **Dados Socioeconômicos**. Disponível em: <<http://www.mandaguari.pr.gov.br/pagina/549>>. Data de acesso: 14/06/2017.

REGO, L. Renato. **As Cidades Plantadas: os britânicos e a construção da paisagem do norte do Paraná**. Londrina: Humanidades, 2009.

SEVEGNANI, Joacir. **A Resistência aos tributos no Brasil: O Estado e a Sociedade em conflito**. 2006. 187 f. Dissertação – Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina, 2006.

SILVA, F. A. José. **Mandaguari, Sua História, Sua Gente**. Maringá: J. A. Editora, 1982.

Trabalhos Acadêmicos: **História da cidade de Mandaguari**. Londrina, Universidade Estadual de Londrina.

TODOROV, T. **Análise Estrutural da Narrativa**. Petrópolis: Vozes, 1976.

TOMAZI, N., D. **Certeza de lucro e direito de propriedade: o mito da companhia Terras Norte do Paraná**. Assim: UNESP / dep. História, 1989.

TOMAZI, Nelson Dacio. *Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná*. In: DIAS, Reginaldo Benedito; ROLLO GONÇALVES, José Henrique (orgs). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999

TOMAZI, Nelson Dacio. **“Norte do Paraná”: História e Fantasmagorias**. Curitiba, Tese de Doutorado, UFPR, 1997.

TOMMAZINO, K. **A história dos Kaingang da bacia do Tibagi: uma sociedade Jê meridional em movimento**. São Paulo: USP, 1995. p. 10-11. Tese de Doutorado – Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo. 1995.

WACHOWICZ, C. Ruy. **História do Paraná**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.